

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**Património Cultural Imaterial da
Cidade Transmontana de Macedo de Cavaleiros**

Dissertação de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas,
variante Comércio e Relações Internacionais

Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal

Orientadora:

Professora Doutora Maria Olinda Rodrigues Santana



Vila Real, 2017

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**Património Cultural Imaterial da
Cidade Transmontana de Macedo de Cavaleiros**

Dissertação de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas,
variante Comércio e Relações Internacionais

Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal

Orientadora:

Professora Doutora Maria Olinda Rodrigues Santana

Composição do Júri:

Sónia Catarina Gomes Coelho (Professora Auxiliar, UTAD)

Orquídea Maria Moreira Ribeiro (Professora Auxiliar, UTAD)

Maria Olinda Rodrigues Santana (Professora Associada com Agregação, UTAD)

Vila Real, 2017

Declaro, para os devidos efeitos, que as ideias apresentadas nesta Dissertação são da minha responsabilidade pessoal.

*À memória de meus Pais,
Maria Emília e João Afonso.*

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro e mais profundo agradecimento é dirigido à minha Orientadora, Professora Doutora Olinda Santana, por nunca me ter deixado desistir deste projeto e por ter acreditado nas minhas capacidades mais do que eu própria. Agradeço vivamente a sua interminável dedicação, persistência e empenho, os seus sábios conselhos, críticas e sugestões, os seus excelentes ensinamentos e a sua imensa paciência e disponibilidade para os meus *timings* sempre um pouco descontrolados. Se esta dissertação está agora concluída, à sua perseverança se deve, por me ter conseguido conduzir à entrega necessária para a realização da mesma, por ter pacientemente acompanhado este trabalho que seguiu um trajeto algo arrastado. Pelo facto de nunca ter desistido, mesmo quando eu já tinha feito essa opção, ficar-lhe-ei para sempre grata!

Seguidamente estendo os meus agradecimentos à minha grande amiga Oliva Martins, pela sua incansável ajuda, pela sua interminável disponibilidade, pelas suas sugestões e ideias para o caminho da investigação que decidi seguir.

Não poderei jamais esquecer a paciência e generosa colaboração dos entrevistados que foram peças-chave neste projeto: D.^a Madalena Vasconcelos, D.^a Helena de Sá Miranda Patrício, D.^a Conceição Lopes, Sr. Pe. Basileu Pires, Sr. Abrandino Fernandes, Sr. Carlos Baptista e Dr. Luís Costa. Muito obrigada!

Agradeço igualmente a todos que, de uma forma ou de outra – pelo empréstimo de bibliografia, pelos conselhos sobre vários aspetos das minhas linhas de investigação, pelas sugestões para a realização da componente prática, pela partilha de contactos, informações e memórias, ou simplesmente pelo tão necessário incentivo constante – tiveram uma intervenção fundamental para que eu tivesse conseguido concluir esta etapa.

À Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros agradeço também, concretamente, pela cedência de mapas.

Quero deixar também o meu reconhecimento aos meus irmãos, cunhadas e aos meus sogros pelo estímulo e pelo alento, com os quais nunca me faltaram. Deixo um agradecimento de destaque ao meu sogro, Eng. Luís Aníbal Dias Liberal, pela cedência de alguma bibliografia usada e de fotografias.

Por fim, agradeço ao meu marido, Luís, e à minha filha, Ana Luís, pela colaboração efetiva prestada, nomeadamente em questões mais práticas deste trabalho. Agradeço

novamente aos mesmos e ainda ao meu filho, João Afonso, pela compreensão nos momentos de necessárias ausências ou “roubos” de tempo em família, pela tolerância nos momentos de maior desgaste para mim, e claro, pelo apoio e amor incondicionais.

Muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo foi feito no âmbito da dissertação de 2.º Ciclo em Línguas Estrangeiras Aplicadas, variante Comércio e Relações Internacionais e aborda o Património Cultural Imaterial (PCI) de Macedo de Cavaleiros e de algumas freguesias do concelho, nomeadamente: Chacim, Cortiços e Podence. Fez-se também recolha do património religioso do Santuário de Balsamão.

Esta investigação tem o objetivo principal de analisar o PCI da referida área, mais concretamente, verificar que tradições, costumes e festas são marca distintiva daquela cidade e do concelho. Pretende-se, igualmente, sensibilizar as entidades e cidadãos para a necessária preservação do PCI e para a possibilidade do seu aproveitamento para dinamizar e projetar o território, em termos turísticos.

A dissertação está estruturada num enquadramento teórico e numa componente prática desenvolvida através da aplicação de sete entrevistas individuais, orais e escritas.

O resultado da pesquisa foi organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro relativo à metodologia utilizada e esclarecendo os motivos da seleção dos entrevistados e do objeto de estudo; o segundo capítulo faz o enquadramento teórico do tema geral do estudo e explora a importância do PCI para as noções de memória coletiva, identidade e sentimento de pertença. O terceiro capítulo apresenta o perfil do Nordeste Transmontano e do concelho de Macedo de Cavaleiros. É também neste capítulo que se expõe a informação recolhida através das entrevistas pessoais, as quais foram transcritas como documentos individualizados. Por fim, o último capítulo esclarece se o PCI da cidade e concelho está a ser alvo de preservação e dinamização, e ainda de que forma está a ser usado para a projeção turística da cidade.

Pretende-se que o registo destas manifestações de património imaterial, de alguma forma, concorra para a preservação e difusão do mesmo, bem como para o desenvolvimento de um sentido de identidade nas gentes de Macedo de Cavaleiros.

Palavras-chave: património cultural imaterial, identidade, tradições, costumes, festas, turismo cultural.

ABSTRACT

The present study was developed in the context of the Master degree in Applied Foreign Languages, in the variant of Trade and International Relations, and addresses the Intangible Cultural Heritage (ICH) of the city of Macedo de Cavaleiros and of some parishes of the county under the same name: Chacim, Cortiços and Podence. A collection of the religious heritage of the Sanctuary of Balsamão was also done.

This research aims at analysing the ICH of the above mentioned area, in particular, at verifying which traditions, customs and festivities are a distinctive feature of the city and of the county. It is also intended to raise awareness among the authorities and bearers to the necessary preservation of the ICH and the possibility of its use to enhance and display the territory, in what regards tourism.

The investigation is structured as follows: a theoretical framework and a practical part, which developed through conducting seven oral and written individual interviews.

The results of the research were arranged in four chapters. The first regards the methodology used, it explains the reasons for selecting these specific interviewees and clarifies the object of the study; the second chapter gives the theoretical framework of the main topic of this study and analyses the significance of the ICH to the concepts of collective memory, identity and sense of belonging. Chapter III presents the profiles of the northeast part of Trás-os-Montes and of the county of Macedo de Cavaleiros. This chapter also displays the information gathered through the personal interviews, transcribed as individual documents. Finally, the last chapter accounts for the preservation and enhancement of the ICH of the city and the county, as well as if it is being applied as a tourist attraction.

It is intended that the record of these forms of intangible heritage, in some way contributes to the preservation and dissemination of that legacy, as well as to the development of a sense of identity among the population from Macedo de Cavaleiros.

Keywords: Intangible Cultural Heritage, identity, traditions, customs, festivities, cultural tourism.

SUMÁRIO

Resumo.....	vii
Abstract	viii
Lista de abreviaturas e siglas	xi
Introdução	13
Capítulo I - Metodologia da investigação e estrutura do trabalho	17
Capítulo II – Enquadramento teórico	23
1 – Património Cultural Imaterial: conceito e legislação aplicável.....	23
2 – Património Cultural Imaterial e as gentes	32
Capítulo III – Componente prática.....	40
1 – Perfil de Trás-os-Montes	40
2 – Perfil de Macedo de Cavaleiros	48
2.1 – Tradições e festas no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	58
2.1.1 - Macedo de Cavaleiros: tradições e festas	58
Entrevista 1.....	58
Entrevista 2.....	63
Entrevista 3.....	70
2.1.2 – Cortiços: tradições e festas	75
Entrevista 4.....	75
2.1.3 - Chacim: tradições e festas.....	79
Entrevista 5.....	79
2.1.4 – Balsamão: Santuário de Nossa Senhora de Balsamão - o Sagrado	86
Entrevista 6.....	86
2.1.5 – Podence: Festa dos Caretos – o Profano.....	91
Entrevista 7.....	91
Capítulo IV – Património Cultural Imaterial e turismo cultural.....	100
1 – A preservação do Património Cultural Imaterial na cidade e no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	100
2 – A utilização do Património Cultural Imaterial como forma de projecção da cidade e do concelho, em termos turísticos.....	103

3 – Impedimentos ao bom desenvolvimento da cidade e do concelho de Macedo de Cavaleiros	109
Considerações finais	112
Referências bibliográficas	116
Índice de gráficos.....	129
Índice de mapas	131
Índice de tabelas	133
Índice de quadros	135
Índice de figuras	137
Apêndices.....	139
A - Guião da entrevista.....	141
Anexos.....	145
A - Autorizações das entrevistas	147
B - Poemas de autoria de alguns dos entrevistados.....	155
C - Registos fotográficos	161
D – Mapas.....	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIRF – Centro Interpretativo do Real Filatório

CIRFSC – Complexo Industrial da Real Fábrica de Seda de Chacim

GCER – Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros

INATEL - Instituto Nacional para o Aproveitamento do Tempo Livre dos Trabalhadores

MIC – Marianos da Imaculada Conceição

PCI – Património Cultural Imaterial

PPAA – Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo

RGG – Rede Global de Geoparques

UNESCO - *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*

ZASNET- Zamora, Salamanca, Nordeste Transmontano

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata áreas temáticas da unidade curricular Espaços Culturais, Património e Turismo, e aborda o Património Cultural Imaterial (PCI) de uma cidade do Nordeste Transmontano – Macedo de Cavaleiros – e de algumas freguesias do concelho.

O que motivou a escolha do tema desta investigação foi a crença de que o PCI tem uma importância fundamental para a criação de identidade e riqueza humana e social de uma região e do país em que esta se encontra. O património é uma manifestação do passado, um testemunho que os nossos antepassados nos deixaram para melhor entendermos quem somos, para melhor nos identificarmos com o espaço onde vivemos. “É a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras.” (Rodrigues 2012: 48). É profundamente humano querer saber quem somos, quem fomos e quem seremos, e estas três dimensões estão intimamente ligadas.

Para a concretização deste trabalho foi efetuado um estudo na cidade que conheço desde tenra idade e onde resido e que, por esse motivo, desperta maior interesse. Assim, este estudo é sobre a cidade de Macedo de Cavaleiros, no Nordeste Transmontano.

Este estudo tem como principais objetivos fazer o levantamento do PCI e verificar até que ponto esse legado ainda está presente hoje na vida dos naturais e/ou residentes de Macedo de Cavaleiros e se é um símbolo da identidade das gentes em causa. A investigação propõe-se verificar que tradições, costumes e festas são marca distintiva desta cidade e do concelho, de forma a concorrerem para o sentimento de pertença, e perceber se nos dias de hoje ainda é possível encontrar costumes que se cumpram com tanta naturalidade como se fossem apenas extensões de atos diários básicos; tradições que sejam entendidas como “leis” e axiomas; e festividades que sejam celebradas com rigor ancestral. Pretende-se, igualmente, sensibilizar as entidades e cidadãos para a necessária preservação do PCI e para a possibilidade do seu aproveitamento com a finalidade de dinamizar e projetar o território, em termos turísticos.

A investigação segue com os objetivos específicos seguintes:

- fazer levantamento das festividades e celebrações sazonais, costumes e vida social que se praticavam na cidade, quando esta era ainda uma povoação e, depois, vila;
- registar as tradições, costumes e festividades de algumas freguesias do concelho com o mesmo nome;

- verificar se este património ainda está vivo e, em caso afirmativo, quais as diferenças que se podem registar;

- aferir se este património tem uma relevância significativo na vida dos residentes do concelho, portanto, se continua a ser transmitido à geração seguinte;

- constatar se o PCI está a ser preservado, dinamizado e usado de forma a projetar o território, em termos turísticos.

Para atingir a estes objetivos, esta investigação pretende fazer uma identificação do PCI da referida cidade através de um estudo comparado entre o passado e o presente, aplicando entrevistas individuais. Pretende-se, ainda, analisar os contributos do poder local, dos grupos associativos locais/regionais e da influência dos próprios residentes para a preservação e continuidade desse património, bem como verificar *se e como* é que o referido património funciona como atração turística da cidade e como forma de fixar população na região.

O resultado da pesquisa foi organizado em quatro capítulos estruturados da seguinte forma:

- Capítulo I – esclarece a metodologia usada na execução do trabalho, com especial destaque para o instrumento de pesquisa utilizado, o guião de entrevista. Também se esclarece neste capítulo a forma como foi organizada a informação obtida nas entrevistas, as razões que levaram à seleção das pessoas entrevistadas, bem como à seleção das freguesias estudadas. Neste capítulo ainda se apresenta de forma sintética o perfil dos informantes.

- Capítulo II – faz o enquadramento teórico com referências à legislação nacional e europeia sobre o tema geral do estudo: PCI. Este capítulo é também aquele que mais aprofundadamente explora a importância do PCI para as noções de memória coletiva, identidade e sentimento de pertença.

- Capítulo III – apresenta o perfil da região transmontana, nomeadamente o Nordeste Transmontano e dá a conhecer o perfil do concelho de Macedo de Cavaleiros, com a devida contextualização histórica. É também neste capítulo que se expõe a informação recolhida através das entrevistas pessoais, as quais foram transcritas como documentos individualizados.

- Capítulo IV – com base na análise das entrevistas, este capítulo esclarece se o PCI da cidade e concelho está a ser alvo de preservação e dinamização, bem como de que forma está a ser usado para a projeção turística da cidade. É também neste capítulo que se exploram alguns aspetos que ainda requerem dedicação e trabalho para que o território consiga fixar as populações e, assim, concretizar o sentido de pertença e de identidade.

Com este trabalho pretende-se dar um contributo para o registo escrito de algumas tradições, costumes e festas da cidade e de algumas freguesias do concelho de Macedo de Cavaleiros, para que não se percam na memória daqueles que ainda experienciaram esse património. Almeja-se que a recolha do PCI efetuada com este estudo possa, eventualmente, servir para a sua preservação e difusão perante gerações mais recentes e futuras e, sobretudo, que contribua para o desenvolvimento de um sentido de singularidade que Macedo de Cavaleiros, aparentemente, não possui.

Capítulo I – Metodologia da investigação e estrutura do trabalho

Em qualquer trabalho de investigação é necessário adotar uma metodologia específica que sirva de orientação na trajetória desse projeto. É indispensável utilizar uma metodologia que permita obter uma visão, a mais fidedigna possível, para o tratamento do tema proposto.

No caso concreto deste estudo, consultaram-se obras especializadas e, considerando a modalidade da investigação, aplicou-se o modelo de investigação qualitativa (Sousa e Baptista 2011: 56-63), uma vez que a intenção em relação ao objeto de estudo é meramente exploratória e os objetivos pretendidos são de natureza fundamentalmente descritiva.

A entrevista pessoal foi a técnica de investigação utilizada para a recolha de informação. Esta fonte de dados primária apresenta várias vantagens: é pessoal, permite criar empatia com o informante, permite adaptar as questões, permite captar sinais não verbais e clarificar dúvidas, permite aos informantes valorizar aspetos e demonstrar emoções subjacentes ao testemunho que estão a dar. Trata-se de uma técnica que exige do entrevistador uma capacidade de interpretação constante, já que se estabelece um contacto direto com os entrevistados a partir do qual é necessário entender as perspetivas que estes atribuem em relação aos eventos que relatam. O investigador deve ser capaz de perceber os acontecimentos expostos a partir do ponto de vista do seu informante (Cachadinha 2013: 339, 341).

Quanto ao instrumento privilegiado da recolha de dados foi utilizado o guião de entrevista, o qual se encontra integrado em apêndice deste trabalho. O referido guião foi construído de forma estruturada, a partir da análise dos conteúdos temáticos mais relevantes encontrados na literatura e de forma a conseguir obter melhor a informação específica necessária. No entanto, é importante esclarecer que o mesmo foi um instrumento flexível, pois a variedade de entrevistados e de objetivos com algumas entrevistas era distinto do objetivo do guião original. Por exemplo, o guião foi alterado para se dar a conhecer o Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros. Do mesmo modo, o guião sofreu alterações mais profundas aquando da entrevista ao diretor do Santuário de Balsamão, já que o objetivo neste caso era a história do Santuário e do património religioso associado.

Por outro lado, este instrumento é também flexível pelo facto de se dar ao entrevistado a liberdade de se expressar sem constrangimentos, o que, naturalmente, possibilita uma maior fluidez do diálogo mas, ao mesmo tempo, permite desvios do tema principal. Nestes casos, é fundamental que o investigador oriente a conversa no sentido necessário à prossecução do

estudo. As entrevistas foram aplicadas a um grupo restrito e selecionado em função de alguns critérios relevantes para este estudo, nomeadamente por se tratar de um trabalho de natureza qualitativa. Não se trata, por isso, de uma amostra representativa em termos estatísticos.

Realizou-se, então, um trabalho de campo com sete informantes: três pessoas oriundas e residentes em Macedo de Cavaleiros; uma pessoa residente na freguesia dos Cortiços; uma pessoa natural e residente em Chacim, uma pessoa natural e residente em Podence e o diretor do Santuário de Balsamão. A seleção destas pessoas foi feita de acordo com os seguintes critérios:

- em primeiro lugar, foi tido em conta o facto de serem pessoas conhecedoras e/ou que experienciaram as tradições e costumes do período em estudo (segunda metade do século XX até à data);

- por serem pessoas que representam instituições públicas ou privadas: Junta de Freguesia, Associação Grupo de Caretos de Podence, Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros, escritor popular e cantor, Santuário de Balsamão;

- em terceiro lugar, foi tida em conta a diversidade de experiências de vida dos informantes e o facto de serem do sexo masculino ou feminino, precisamente para se poder verificar se este fator influenciaria no discurso.

Curiosamente, no caso dos entrevistados em Macedo, Cortiços e Chacim, apurou-se que a tendência das senhoras foi para abordar os assuntos do ponto de vista das pessoas envolvidas, enquanto os senhores centraram-se mais em especificar locais e datas de acontecimentos.

Convém ainda esclarecer que no caso da D.^a Maria da Conceição Pinto Lopes Gomes, o principal objetivo da entrevista era obter informação sobre o Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros (GCER), do qual é membro desde a fundação do grupo. Considerou-se pertinente esta entrevista, uma vez que os grupos folclóricos são manifestações que integram o património cultural de uma região e, em muitos casos, são um elemento identificativo de uma comunidade.

Do mesmo modo, é necessário esclarecer que a entrevista ao Pe. Basileu Pires, diretor do Santuário de Balsamão, também foi direcionada num sentido ligeiramente diferente das demais: neste caso pretendeu-se registar a lenda da Senhora de Balsamão e a história do Santuário. Considera-se que havendo este templo de património religioso no concelho e, pertencente a uma das freguesias onde também se entrevistou outra pessoa, era uma referência incontornável para este estudo.

Quanto à seleção das freguesias de Cortiços e Chacim, prendeu-se com o facto de ambas estarem intimamente ligadas à organização administrativa deste território, porquanto ambas foram sede de concelho antes de Macedo de Cavaleiros o ser. Na contextualização histórica da cidade e do concelho são feitas várias referências a estas duas povoações, o que motivou esta seleção. Por fim, importa ainda esclarecer que foi escolhida também Podence e os seus Caretos pela razão óbvia de ser presentemente património imaterial com registo efetuado no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, e em vias de ser classificado pela UNESCO.

As entrevistas foram realizadas entre 16 de julho e 22 de agosto de 2016, consoante a disponibilidade dos entrevistados, e foram gravadas com a devida autorização dos informantes. Do mesmo modo, também foi dado consentimento para o registo da entrevista oral, a transcrição para texto escrito, bem como a publicação dos materiais (escritos e orais), constando as devidas autorizações assinadas em anexo deste trabalho. Remete-se para a visualização, na página seguinte, de uma tabela com informação sucinta e factual dos entrevistados e de alguns dados relativos à realização destes encontros.

A interpretação dos dados recolhidos foi feita com base na metodologia de análise de conteúdo dos mesmos. Apelou-se à metodologia comum às Ciências Sociais e Humanas: métodos tradicionais e modernos de pesquisa e à posterior explicitação das informações e respostas às entrevistas; ao método hermenêutico ou interpretativo.

A transcrição das entrevistas orais foi efetuada em discurso indireto e consta no corpo de texto do capítulo III deste estudo. Optou-se por esta modalidade, já que permitia melhor a organização da informação recolhida em subcapítulos temáticos. Deste modo, também se facilitou a leitura das respostas recolhidas.

Sempre que se sentiu a necessidade de acrescentar algum esclarecimento, o mesmo foi colocado em nota de rodapé. Além disso, sempre que se sentiu a necessidade de adicionar alguma citação oportuna, a mesma foi devidamente referenciada, pelo que também se distingue da fala do entrevistado.

Com as entrevistas pretendeu-se fazer um pequeno acervo com registos orais e escritos de PCI de Macedo de Cavaleiros, mas trata-se apenas de um início e considera-se que este corpus deverá ser alargado. A recolha de registos orais é, por natureza, um trabalho seletivo, pois como se lê em Maria Manuela Cruzeiro, “o indivíduo que rememora ou evoca o tempo vivido, fá-lo sempre de forma selectiva, o que significa que se há lembranças resgatadas, em contrapartida há outras esquecidas e excluídas de forma consciente ou inconsciente.” (Cruzeiro 2006: s.p.). Este tipo de registo permite construir documentos históricos tão válidos

como os documentos escritos. É em sociedade e na convivência com o outro que se vive a realidade diária e que se cria a memória coletiva de um mundo partilhado de referências e inferências comuns. Novamente citando Manuela Cruzeiro, acrescenta-se que “Para os mais relutantes em conceder dignidade histórica aos documentos recolhidos no registo único da oralidade, não resisto em invocar o que todos sabem, mas parecem esquecer: O testemunho constitui a estrutura fundamental da transição entre memória e história”. (Cruzeiro 2006:s.p.).

A apresentação da componente prática neste estudo foi organizada da seguinte forma:

- inicia-se pelas entrevistas efetuadas em Macedo de Cavaleiros (ponto 2.1.1 do capítulo III) e organizou-se a informação recolhida de forma homogénea, dentro do possível, tendo em conta pequenas variações nas respostas dadas;

- de seguida apresentam-se as entrevistas efetuadas nos Cortiços (ponto 2.1.2) e em Chacim (ponto 2.1.3), precedidas de uma breve exposição sobre as aldeias e alguns dados estatísticos;

- colocaram-se as duas últimas entrevistas nesta ordem – Balsamão (ponto 2.1.4) / Podence (ponto 2.1.5) – primeiramente para deixar Balsamão “perto” da sua localização geográfica, ou seja, pertencente a Chacim e, seguidamente para poder criar um (des)equilíbrio entre os títulos o “Sagrado” e o “Profano”, dada a natureza dos testemunhos.

A análise da informação recolhida foi feita de acordo com o grande tema deste estudo e com os subtemas integrantes do guião de entrevista. Assim, foi possível interligá-la com o enquadramento teórico desta investigação e aplicá-la como justificativo dos aspetos explorados no capítulo IV. Também as conclusões e considerações finais incluem uma sinopse da minha interpretação dos dados obtidos.

Inclui-se na página seguinte uma grelha informativa com um breve perfil dos informantes da componente prática. Esta tabela inclui os seguintes dados dos entrevistados: nome completo, idade, naturalidade, profissão/atividade e residência. Inclui ainda alguns dados sobre as entrevistas: duração das mesmas, data e local de realização. As entrevistas foram realizadas entre 16 de julho e 22 de agosto de 2016 a um universo de 7 informantes, tendo sido auscultados 3 indivíduos do sexo feminino e 4 do sexo masculino.

Pretende-se com esta tabela fazer uma brevíssima apresentação dos informantes e também mostrar as diversas áreas às quais estão ou estiveram associados na sua vida ativa.

TABELA 1 – Síntese da identificação do grupo de informantes.

Nome	Idade	Naturalidade	Profissão	Residência	Duração da entrevista	Data	Local
Sr. Carlos Jorge Baptista	68 anos	Macedo de Cavaleiros	Reformado (trabalhador independente)	Macedo de Cavaleiros	2h35'	16/07/2016	Café em Macedo de Cavaleiros
D. ^a Maria Madalena Vasconcelos Delgado	72 anos	Macedo de Cavaleiros	Reformada (Modista)	Macedo de Cavaleiros	2h15'	18/07/2016	Residência da informante
Dr. Luís Filipe Rodrigues da Costa	31 anos	Podence	Formador/comércio (restaurante e alojamento turismo rural)/artesão	Podence	1h05'	23/07/2016	Restaurante do informante
D. ^a Maria Helena Silva de Sá Miranda Patrício	79 anos	Macedo de Cavaleiros	Sem profissão	Cortiços	0h55'	28/07/2016	Residência da informante
Sr. Abrandino Manuel Fernandes	72 anos	Chacim	Comércio (café)	Chacim	1h15'	28/07/2016	Café do informante
D. ^a Maria da Conceição Pinto Lopes Gomes	54 anos	Macedo de Cavaleiros	Comércio (loja de móveis)	Macedo de Cavaleiros	1h10'	22/08/2016	Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros
Sr. Pe. Basileu dos Anjos Pires	62 anos	Genísio, Miranda do Douro	Sacerdote	Balsamão	0h45'	22/08/2016	Santuário de Balsamão

Capítulo II – Enquadramento teórico

1. Património Cultural Imaterial: conceito e legislação aplicável

Nós, Portugueses, estamos, não nas vésperas, mas em plena fase de perdermos toda essa riqueza do passado. Se não correremos rapidamente a salvar o que resta, seremos amargamente acusados pelos vindouros pelo crime indesculpável de termos deixado perder o nosso património tradicional, dando mostras de absoluta incúria e ignorância.
(Dias 1990: 46¹).

A preservação do património cultural nacional e internacional tem sido alvo de grandes discussões, sobretudo no que respeita à sua classificação e salvaguarda. Entre muitos escritos contam-se com peso considerável várias recomendações internacionais emanadas pelas Nações Unidas, assim como legislação produzida pelo Estado português. A *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* [UNESCO], na 17.^a sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* - reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, estabeleceu que “Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural (...) e situado no seu território constitui obrigação primordial” (UNESCO 1972: Art.º 4.º). Por esta altura, as referências e preocupações eram ainda apenas com o património cultural material (monumentos, conjuntos, locais de interesse) e património natural, conforme o Artigo 2.º do mesmo documento:

Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:
Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.
(UNESCO 1972: Art.º 2.º).

¹“A Etnografia como Ciência”, ensaio de Jorge Dias publicado na *Revista de Etnografia*, n.º 1, Porto, 1963: 7-5. Este ensaio encontra-se inserido na reedição de ensaios e estudos de antropologia do autor Jorge Dias, publicada em 1990, conforme referências bibliográficas.

A legislação enfatiza a necessidade de identificar, proteger, preservar e valorizar o referido património que se encontre em vias de extinção, tarefa essa que deverá ser levada a cabo por especialistas e comunidades científicas e de investigação, assim como pelos Governos de cada Estado, a fim de legislarem à escala nacional no mesmo sentido. As recomendações da *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* referem, ainda, a necessidade de cada Estado reforçar “o respeito e o apego dos seus povos ao património cultural e natural” (UNESCO 1972: Art.º 27.º).

Dezassete anos depois desta Conferência, a mesma entidade reúne novamente em Paris entre os dias 17 de outubro e 19 de novembro de 1989 com a finalidade de ampliar as recomendações sobre a salvaguarda do património e elaboram a *Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Neste momento inclui-se já neste conceito a cultura tradicional e popular, ganhando importância como elemento fundamental para a identidade de um povo. Dentro da cultura tradicional e popular, a UNESCO reconhece particulares fragilidades e urgência de proteção da tradição oral, sendo, como tal, imperativa a sua preservação e salvaguarda, face às ameaças múltiplas de que é alvo. O mesmo organismo define, neste documento, cultura tradicional e popular como

(...) o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (UNESCO 1989: *Recomendação A*).

Todas as manifestações culturais mencionadas no documento assumem agora uma posição fundamental na passagem do testemunho de uma geração para as seguintes. A autora Assunção Pinheiro Chagas sustenta que “A palavra Património relaciona-se fortemente com o conceito de herança, ou seja, tudo o que é transmitido, sendo ou não palpável, de geração em geração”. (Chagas 2014: 3). E se lermos Guilherme d’Oliveira Martins pode ainda verificar-se que Património não é apenas o que recebemos mas também tudo o que acrescentamos a essa herança. E esse conjunto de legados – os que herdamos e os que acrescentamos – todos constituem a nossa identidade:

(...) o Património cultural é constituído por pedras mortas e por pedras vivas, por monumentos e tradições, o Património imaterial, mas também pela criação contemporânea, pelo valor acrescentado que adicionamos ao que recebemos das gerações que nos antecederam. A identidade exige, contudo, a compreensão da memória, da vivência, da recepção e da entrega, do receber e do dar. (Martins 2009: 121-122).

No entanto, os meios de comunicação em massa e a globalização põem em risco a manutenção de algumas tradições, hábitos, ofícios e valores que identificam os povos, que lhes atribuem uma marca de origem, uma singularidade e uma exclusividade. Mas algo de novo e igualmente fundamental fica lavrado na *Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* para se cumprir: a necessidade de “sensibilizar a população para a importância da cultura tradicional e popular como elemento de identidade cultural.” (UNESCO 1989: *Recomendação E*).

Se as populações não tiverem consciência que determinado ofício, jogo ou tradição festiva é algo que forma a sua identidade, algo que as torna únicas, que as distingue das demais, sejam elas de outras regiões ou de outras nações, a preservação e a valorização desses traços culturais não serão alcançadas; e essas características perder-se-ão no tempo, diluídas nas invasões de outras tradições e outros valores, mesclados de outras culturas.

O autor Virgolino Ferreira Jorge incentiva o cidadão comum a conhecer o seu património, pois só assim haverá motivação para preservá-lo: “Não se pode defender um património que não se conhece nem se compreende (**inventariar** → **conhecer** → **classificar**).” (Jorge 2005: 42). Este autor defende a preservação do nosso património cultural, mobiliário ou imobiliário, tangível ou intangível, já que tal equivale à manutenção e reforço da nossa identidade e da nossa memória cultural (Jorge 2005: 65).

De acordo com Jorge Dias pode acrescentar-se que “(...) cultura é tudo aquilo que recebemos do ambiente social em que nos criamos e desenvolvemos. Foi tudo o que aprendemos de nossos pais e companheiros de folguedos, tudo o que fomos recebendo pela vida fora daqueles com quem convivemos.” (Dias 1990: 18). Este autor diz também que a cultura corresponde a um acumular de experiências que vão sendo transmitidas entre gerações, como um bem coletivo (Dias 1990: 25). Ainda Dias sustenta que a cultura de um povo desenvolve-se dentro de determinados padrões devido à proximidade que esse povo mantém com as suas tradições, ao respeito que mantém pela sua herança social. (Dias 1990: 45).

Nas palavras de Martins, encontra-se a seguinte definição de cultura:

A cultura é, assim, considerada como um lugar de encontro entre o que recebemos das gerações que nos antecederam, o Património construído e o Património imaterial, os monumentos e as tradições, as pedras mortas e as pedras vivas, e o que criamos – o valor acrescentado que as novas gerações criam, a inovação, a experiência e a aprendizagem –, a lembrança, a memória e a inovação. A cultura é, assim, sementeira e construção, tradição e contemporaneidade, aprendizagem e transmissão de saberes, conhecimento e compreensão

– recepção e aspiração. Afinal a ‘destruição criadora’ corresponde à dinâmica de criar, de substituir e de completar.

Ao falar de cultura temos, por isso, de falar de memória, não da memória que conduz ao ressentimento, mas da memória que permite criar condições para o respeito e para a compreensão. (Martins 2009: 107).

Na sequência das recomendações da UNESCO, o Estado português emite legislação própria também no sentido de associar o património herdado à identidade de um povo, de uma comunidade. Na *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, no ponto 1 do artigo 1.º pode ler-se: “A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade de maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.” (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001, Art.º 1.º, ponto 1: 5808). Tal como acontecera a nível internacional, também a legislação nacional trata a cultura tradicional popular com alguma diferenciação, já que esta “constitui objecto de legislação própria” (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001, Art.º 2.º, ponto 8: 5808).

Na referida lei o conceito de património cultural abrange elementos como a própria língua portuguesa e variedades regionais da mesma, assim como bens imateriais que reflitam a identidade e memória coletiva, entre outros. De realçar também que este documento atribui um papel importante ao cidadão, no âmbito do património cultural: todos têm o direito de usufruir dos valores e bens deste património, mas também é dever de todos preservar, defender, conservar e valorizar o mesmo património (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001: 5810).

A propósito da definição de “monumento”, como património edificado, Françoise Choay dá uma definição do mesmo que se aplica também a património imaterial:

(...) conjunto de artefactos deliberadamente concebidos e realizados por uma comunidade humana, sejam quais forem a natureza e as dimensões (da família à nação, do clã à tribo, da comunidade de crentes à da cidade...) no sentido de fazer lembrar à memória viva, orgânica e afectiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais, constitutivos da sua identidade.

O monumento caracteriza-se, assim, pela sua função identificadora. (Choay 2011: 16).

Também o património imaterial tem esta função identificadora de um povo, de uma comunidade. Os aspetos etnográficos que caracterizam uma comunidade são elementos de união e de identificação da mesma e cada vez mais as comunidades têm consciência da riqueza do seu património comum e procuram formas de o protegerem para que essa identidade cultural seja devidamente legada às gerações seguintes (Jorge 2005: 44-45).

A representação simbólica máxima ou o pilar por excelência do conceito de património cultural é a noção de pertença. (Silva 2000: 219). É o conhecimento do nosso passado que nos torna conscientes da nossa continuidade no tempo, mas esse passado e essa continuidade não são desgarrados de quem nos rodeia. A partilha de experiências, de vivências, de histórias e de vidas vai, paulatinamente, construindo memórias de um passado comum, a memória coletiva de uma comunidade, de uma região, de um povo. É este percurso de um passado comum que dá ao ser humano estabilidade e segurança de perseverança no tempo. (Silva 2000: 219). Também Guilherme d'Oliveira Martins comunga desta ideia de que é com o passado que se faz o presente e o futuro:

E assim, um monumento histórico, um lugar e uma tradição têm de ser defendidos e preservados, não só porque representam um sinal de presença e de vida de quem nos antecedeu, mas também porque contribuem decisivamente para enriquecer a nossa vida e a nossa existência. Não estamos sós; em cada momento, a História faz-se com os contemporâneos e com aqueles que tornaram possível a nossa existência e constituíram as gerações que nos antecederam. (Martins 2009: 19).

A História faz-se também a partir das memórias do povo e tem uma ação pedagógica no dia a dia de cada comunidade porque não pode ser apagada nem deve ser esquecida. Do mesmo modo, o património que herdamos dos nossos antepassados encerra em si “valores, crenças, saberes e tradições em contínua evolução. O Património cultural é, assim, repositório de memória e um factor actuante de enriquecimento social e histórico.” (Martins 2009: 44-45). Retomando as palavras de Choay sobre monumento, como sinónimo de património material, verifica-se que este também atua sobre a memória, tal como acontece com o património cultural:

A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afectividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e seleccionado para fins vitais, na medida em que pode, directamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (...) O monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios. (Choay 2010: 17-18).

Esta “convocação do passado”, seja nos monumentos, seja nas tradições, dá a segurança necessária de sabermos quem somos e onde pertencemos. Na incerteza do que será o futuro, e na transitoriedade do presente, a única garantia que nos resta é a do passado: um passado com memórias comuns com o nosso povo, com as nossas origens, com aquilo que nos é familiar.

Segundo Virgolino Jorge, “só quem sabe olhar o passado e conhece a força inaudita do ‘ontem’ saberá contemplar e responder melhor às questões e incertezas do ‘amanhã’; neste traço de união transitável, o ‘hoje’ é o momento verdadeiramente decisivo para assumir o passado com esperança e, com fé, preparar o futuro (Jorge 2005: 85).

A necessidade do Homem comunicar para conhecer o mundo exterior é inata e essa necessidade leva à partilha um universo de referências e inferências e, por tudo isso, o Homem cria relações e laços de naturezas diversas, que edificam a sua realidade e moldam a sua vivência, a qual vai ser, no futuro, a memória do seu passado e do passado de uma comunidade, região ou nação que partilha o mesmo universo de referências – a memória coletiva.

Maurice Halbwachs foi o sociólogo a quem foi atribuído o conceito de “memória coletiva”, segundo o qual as recordações e lembranças só existem em contexto social, já que este atua como base para a reconstrução da memória. De acordo com a teoria deste autor, a memória deixa de ter uma dimensão individual, uma vez que as memórias de um indivíduo nunca são apenas suas e nenhuma lembrança pode existir desgarrada de um grupo social. Nas palavras de Halbwachs: “Se não nos recordamos da nossa primeira infância, é, com efeito, porque nossas impressões não se podem relacionar com esteio nenhum, enquanto não somos ainda um ente social.” (Halbwachs 1990: 38). Para este autor, a reconstrução da memória ou de lembranças do passado só é possível pelo facto de existir um grupo social que é comum aos sujeitos em causa, porque existe o mesmo universo de referências:

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente deste para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (...)

(...) só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes de pensamento coletivo. (Halbwachs 1990: 34-36).

Num texto de Hélder Pacheco, encontramos uma definição mais visual, mais concreta de memória cultural:

(...) é o nosso rosto, pedaços da nossa identidade. A memória de uma trajectória comum. Tem a ver com pessoas, gente viva. Por detrás das pedras dos monumentos, subentendido no desenho das paisagens, no sentido de uma canção, no gesto de amansar a terra – como pano de fundo – está um criador de cultura. (Pacheco 1987: 13).

Este autor também manifesta uma preocupação profunda com a dissolução da nossa identidade ao citar as palavras de um homem comum, colecionador de objetos antigos, que diz que “(...) se deixarmos desaparecer os objectos, o artesanato, as tradições, dos nossos avós, vamos esquecer o que nos moldou, nada teremos para ensinar aos nossos filhos e mesmo acabará por se perder as próprias características do nosso povo e da nossa terra.” (Pacheco 1987: 15).

E o que é de um povo sem identidade? O que é de uma nação sem raízes? O que é de um povo que não sabe como chegou até hoje? A identidade de um povo é construída, precisamente, na relação desse povo com o passado, pois só assim o grupo ganha sentido. No entanto, é importante realçar que a preservação dessa memória coletiva do passado, desse património que faz a identidade de um povo, é da responsabilidade de cada cidadão e, como tal, é fundamental que todos compreendam o seu significado, para que todos possam colaborar nessa construção de presente e projeção de futuro, alicerçadas no passado.

Novamente, de acordo com Donizete Rodrigues, “a memória coletiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo” (Rodrigues 2012: 49). Recuperando as palavras de Oliveira Martins, acrescenta-se que “Lembrar é tornar presente, é tornar viva a herança, é transmitir e ligar. (...) Salvar uma identidade viva, preservá-la para o futuro é, assim, procurar os elementos de coesão, as raízes comuns, os valores que unem e que mobilizam.” (Martins 2009: 113-114).

O indivíduo e a comunidade onde ele está inserido edificam a cultura. Pode ainda acrescentar-se mais um vértice neste triângulo construtivo de cultura e património: o lugar. São profundamente humanos a necessidade e o sentimento de pertença a um lugar. É num lugar, com uma determinada comunidade, que o indivíduo faz a sua história e a sua memória coletiva e onde aprende e aplica valores, crenças, saberes, tradições, usos e costumes que o vão caracterizar e associar a determinado espaço geográfico. Oliveira Martins fala do “espírito dos lugares” que encerra em si a simbiose entre o que herdamos e o que criamos e que vamos legar como património às gerações seguintes:

Tradição significa transmissão, dádiva, entrega, gratuidade. Modernidade representa o que em cada momento acrescentamos à herança recebida, como factor de liberdade e de emancipação, de autonomia e de criação. (...) E a cultura situa-se nesse ponto de encontro e de saída – não em confronto com a natureza, mas complementarmente a ela. As casas, os lugares, as regiões, os povos, as nações têm um espírito, sempre feito de diferenças e de interdependência.

Temos, por isso, de entender o ‘espírito dos lugares’ e de transformar essa compreensão num modo de nos enriquecermos culturalmente a partir do diálogo entre o que recebemos

dos nossos antepassados, correspondente ao Património material e imaterial, e o que criamos de novo, a contemporaneidade – que nos insere na História, onde tudo se transforma. (...) A história das sociedades é feita de um diálogo permanente entre a força das raízes antigas e a vontade das novas gerações. (Martins 2009: 14-15).

O património cultural é uma herança identitária, e a preservação do mesmo é a forma de se impede o esquecimento do passado. No entanto, essa herança é algo que nos alimenta e é, de certa forma uma imposição sobre o modo como vivemos o presente. Nas palavras do etnólogo Jorge Dias, também ele refere que o património cultural tem as duas vertentes: positiva e negativa.

Esses três elementos fundamentais que consideramos ingredientes basilares de cada sociedade são: o homem, a terra e a tradição.

Por *homem* entendemos a parte biológica do nosso ser humano, (...). Por *terra* entendemos o ambiente geográfico: (...). Por *tradição* consideramos o património cultural de outras eras, que se mantém como resíduo atávico em todos os povos e que no momento actual pode ter carácter funcional e útil, com vista aos fins a atingir, ou carácter obsoleto, e impedir melhor adaptação dos indivíduos às circunstâncias de momento. (Dias 1990: 32).

Nesse sentido, celebram-se alguns aspetos do passado, mas opta-se por “eliminar” outros, pois cada geração tem direito a reconstruir esse legado de acordo com as aprendizagens e vivências. Elsa Peralta Silva escreveu a este respeito e das escolhas culturais dos povos, relativamente ao património cultural a passar à geração seguinte:

O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é colectivamente herdado. (Silva 2000: 218).

O património cultural que se herda nunca será igual ao que se vai legar às gerações futuras. E Xerardo Pereiro Pérez explica a razão dessa diferença dizendo que “o património cultural tende a fixar alguma permanência, quando pelo contrário a cultura está em permanente mudança.” (Pereiro Pérez 2006: 24). Segundo Oliveira Martins, o património que legamos será sempre mais rico em criatividade e inovação e prima por ser o resultado de uma aprendizagem ao longo da vida e de uma melhor compreensão da História:

A memória preserva-se na vida do dia-a-dia, na criatividade das comunidades abertas, na ligação entre o Património, a paisagem, as tradições, os costumes e a criação cultural e artística, compreendendo-se que o valor acrescentado do Património Cultural em cada geração, como factor de paz, de respeito e de enriquecimento mútuo, só é plenamente reconhecível e reconhecido se se integrar numa lógica de desenvolvimento e de inovação, de melhor conhecimento, aprendizagem e compreensão da sociedade em que vivemos e da História que recebemos, que protagonizamos e que legamos. (Martins 2009: 51).

Mas afinal, por que se sente esta urgência em selecionar um legado do passado para transmitir a descendentes? Por que se vive num quase frenesim coletivo em busca de símbolos de um passado que já não se pratica, mas que é autêntico? Por que se vasculha em todos os cantos da aldeia por mais um sinal de antiguidade, ainda que empoeirada e enferrujada? A resposta encontrada parece ser apenas uma e avança a ritmo acelerado desde a segunda metade do século XX: a globalização.

Em 2003, a UNESCO legislou novamente na área do Património, adotando em Paris a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, reconhecendo os sérios riscos de extinção deste património, em virtude da ação da globalização, realçando a importância do mesmo por ser uma fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável.²

Esta convenção entrou em vigor em 2006. Mas este organismo internacional já antes tinha levado a cabo outras ações de investigação e preservação de bens imateriais, como é o caso do projeto do "Livro Vermelho das Línguas em Risco de Desaparecimento", em 1993, promovendo a investigação sobre o tema.

Outro exemplo ocorreu em 1996, quando iniciou o Programa Memória do Mundo, através do qual promoveu a salvaguarda de património documental de valor universal, incluindo também já tradições orais e registos sonoros.

Esta vertente da oralidade foi ganhando importância gradualmente, sendo também alvo de outro projeto promocional de identificação e salvaguarda, como aconteceu em 1997 com o programa de Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.³

Não será excessivo transcrever a definição e manifestações de Património Cultural Imaterial (PCI), conforme constam na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO:

1) Entende-se por 'património cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a

² Informação disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=1> (consultado em 15 de janeiro de 2014).

³ Informação disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosCronologiaInternacional.aspx>. (consultado em 15 de janeiro de 2014).

natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (...)

2) O 'património cultural imaterial', tal como definido no número anterior, manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;
- b) Artes do espectáculo;
- c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo;
- e) Aptidões ligadas ao artesanato tradicional. (UNESCO 2003: Art.º 2.º, n.ºs 1 e 2).

A salvaguarda do PCI tem por base um conjunto de medidas para assegurar a sua capacidade de perdurar, especificamente através da sua identificação, documentação, preservação, proteção, valorização, transmissão e revitalização. Esta última componente constitui um instrumento favorável ao desenvolvimento sustentável, quer das pessoas, quer das entidades, em particular entidades locais envolvidas nas atividades relacionadas com esse processo de recuperação.

Tal como sustenta Elsa Peralta Silva, “O património é antes de mais o património dos povos e das gentes que lhe adstringem valor. Estes locais são vazios, descontextualizados, são representações plásticas de um passado irreal, sem sons nem cheiros, sem vivência alguma.” (Silva 2000: 221). Na verdade, o mais importante elemento de património é as pessoas concretas, valor inestimável que dá sentido ao património histórico, cultural, religioso, artístico. De acordo com Oliveira Martins, todas as pessoas têm o direito, e dir-se-ia mesmo o dever, de tomar parte na preservação e valorização do património cultural, funcionando este como um recurso ao serviço da diversidade cultural, do desenvolvimento das comunidades e da qualidade de vida das mesmas. As pessoas e os seus valores devem estar no centro de toda a dinâmica implicada no património cultural (Martins 2009: 18).

Veja-se com mais pormenor como se estabelece essa relação entre PCI e as gentes que lhe estão na génese.

2 – Património Cultural Imaterial e as gentes

Já anteriormente foi citado Hélder Pacheco dizendo que património cultural: “Tem a ver com pessoas, gente viva” (Pacheco 1987: 13). Neste sentido, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO, de 2003, também atribui responsabilidades acrescidas aos cidadãos: “cada Estado Parte procura assegurar a mais ampla participação possível das comunidades, dos grupos e, se for o caso, dos indivíduos que criam,

mantêm e transmitem tal património e de envolvê-los activamente na respectiva gestão” (UNESCO 2003: Art.º 15.º).

As transições drásticas e velozes, a que a modernidade obriga, levam em muitos casos à perda de tradições, valores e, conseqüentemente, à perda de identidade. Os fluxos migratórios à escala mundial conduziram ao surgimento de um multiculturalismo sem características definidas, indistinto, fluído, sem referências, sem raízes. Ainda hoje assiste-se à desordem de valores e à rutura com a tradição (Peixoto 2002: 1).

Por outro lado, fatores como a fugacidade do dia a dia, a velocidade da mudança, o isolamento das zonas rurais, o envelhecimento populacional, a uniformização de valores culturais, o aumento de uma cultura de massas, a invasão do resto do mundo no mais recôndito canto do país, fazem crer que é urgente recuperar o passado, preservá-lo, protegê-lo, revivê-lo, transmiti-lo e, sobretudo, reconhecer a sua importância e valorizá-la.

Nesse percurso de manter uma ligação ao passado para confirmar quem somos, questiona-se se não é imperioso ir ao mais genuíno, ao mais puro: à cultura popular. Para tal e na opinião de Hélder Pacheco, dever-se-á recorrer à “sabedoria que expressa é cimentada pela vida, transmitida pela história das comunidades, ao vivo, através das suas gentes, das suas memórias, dos seus falares, dos actos das suas mãos e dos seus gestos.” (Pacheco 1985: 22). Mas parece que este património que buscamos apressadamente para que não se perca no tempo, este património que possibilita a manutenção da nossa identidade, nem sempre está materializado num espaço, num monumento ou num objeto. Ele é transmitido por via oral, na família, na escola ou na comunidade, nas orações ou nas festividades, nas histórias ou nas canções populares. Este património nem sempre está escrito, apenas se encontra inscrito na memória dos homens (Beça 1988: 85-87). E é pela oralidade que se transmite de geração em geração, é graças à memória coletiva que muitos símbolos do passado são mantidos vivos, presentes e legados para os que ficam. A memória coletiva permite criar raízes e estabelecer laços e estimular o culto de valores. Conforme teoriza Halbwachs, só temos acesso a lembranças e memórias se estivermos alinhados com uma ou mais correntes de entendimento coletivo (Halbwachs 1990: 36). Maria da Assunção Chagas reforça a mesma ideia:

Ao contrário da memória individual, a colectiva é fruto de várias gerações guiadas pelas estruturas sociais. Por isso, a memória, o recordar social, são uma reconstrução do Passado. Assim, a memória social e o Património defendem um mesmo raciocínio, de que os objectos culturais são o ponto de ligação para que a memória dos antepassados nunca se perca. (Chagas 2014: 8).

É pela memória de acontecimentos que foram partilhados e vividos em comum que se consubstancia a necessária ligação entre o passado, o presente e o futuro. Estas três dimensões são a essência da nossa identidade e é fundamental a sua interligação e conhecimento mútuo para a compreensão de quem somos, para a caracterização da nossa cultura e para o desenvolvimento do sentido de responsabilidade em preservarmos o património comum herdado. A íntima relação entre herança, memória e a vida é também sustentada por Oliveira Martins:

Afinal, o presente é fugaz, mas é real. O passado é inacessível e já não volta, enquanto a realidade do futuro é apenas potencial, já que ainda não podemos tê-la como efectiva, porque é incerta, não apenas no longo prazo, mas em cada momento que vai acontecendo. (...) herança e memória têm de ser consideradas pelo valor que contêm, devendo ser defendidas e preservadas em ligação directa com a vida. Não faz sentido encarar a memória como uma realidade congelada ou paralisada no tempo. (Martins 2009: 30).

A legislação portuguesa, de acordo com o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho de 2009, o qual estabelece o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal e que surgiu na sequência da Convenção da UNESCO de 2003, veio valorizar:

o papel que a vivência e reconhecimento do património cultural imaterial desempenha na sedimentação das identidades colectivas, a nível local e nacional, ao mesmo tempo que se propicia um espaço privilegiado de diálogo, conhecimento e compreensão mútuos entre diferentes tradições. É precisamente o reconhecimento da importância e diversidade do património cultural imaterial enquanto actor essencial para a preservação da identidade e memória colectivas das comunidades e grupos, bem como da relevância do papel desempenhado por estes nos processos de representação e transmissão do conhecimento, (...) (Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15.6.2009: 3648).

É, portanto, fundamental agir de forma a permitir a sobrevivência deste património que se encontra em vias de extinção. Este PCI, pelas suas características, manifesta fragilidades que carecem de amparo sob pena de se perderem.

Alude-se a um sem número de saberes, costumes, práticas sociais, festividades, celebrações, jogos e rituais, cuja única forma de passagem de geração em geração é através da oralidade, sendo essa, portanto, a única forma de manutenção das raízes e da identidade de uma comunidade, de uma região, de um povo. Como tal, não é difícil reconhecer que esse meio de transmissão é facilmente perturbado e adulterado, de forma voluntária ou involuntária, sendo, por isso, tão urgente a sua preservação como marco histórico de um povo. No PCI e na tradição oral, não é incomum as narrativas orais e pretéritas serem alvo de

acrescentos e interpretações, daí que seja corrente o provérbio “Quem conta um conto acrescenta um ponto”. Como afirma Marques de Almeida:

também nas tradições populares que, transmitindo-se de geração em geração, sobretudo pela via oral, foram acrescidas de informações novas, já que não só o que se transmitia era o esqueleto da tradição, mas também porque haveria certas informações já não entendidas pelas populações transmissoras. (Almeida *etal* 1998: 24).

Apesar de muito do que Portugal já foi poder ter-se perdido ao longo de gerações, há ainda muito que se pode recuperar. Ainda há tradições familiares e regionais, e há também jogos, celebrações e provérbios e há avós para os darem a conhecer. Quem sabe se a responsabilidade de manter viva esta memória do passado não vai pertencer às netas que, à volta das panelas, dos tabuleiros, das formas dos bolos e do forno, juntamente com as mães, as tias e as avós, vão ter a obrigação moral de fazer perdurar esses costumes e tradições, pelo menos uma vez por ano, na festa da aldeia, da vila ou da cidade. E a cada ano que um novo membro se junta à família e, por conseguinte, se junta àquela coletividade, seja por casamento, seja por nascimento, cabe aos que lá estão integrarem esse novo membro nos costumes e saberes ancestrais da grande família que é a comunidade em que se inserem. Nos meios rurais ou piscatórios este PCI ainda se mantém vivo. Neste sentido, Hélder Pacheco afirma:

Quanto mais rica, diversificada e participada for a produção cultural de uma colectividade, mais os que a habitam deixam de ser simples mercadorias de troca ou fabricantes de riqueza material, para revelarem também a sua dignidade de criadores de riqueza espiritual. (Pacheco 1985: 9).

Esta “riqueza espiritual” que Pacheco refere está profundamente arreigada no nosso povo, de tal forma que nos dá esperança de poder salvar todas as manifestações de cultura tradicional popular que ainda vão surgindo e que já vão sendo reabilitadas, sobretudo a nível local.

Reforça-se, porém, a ideia de que é nos meios rurais, de vidas duras, de progressos lentos, de memórias vivas, de gentes velhas, de terras esquecidas ainda no passado, que é mais viável efetuar com sucesso essa recuperação, já que “nas comunidades rurais (...) a oralidade é a forma privilegiada de formação e reprodução da vida coletiva.” (Rodrigues 2012: 50). Será oportuno lembrar Sócrates, através de Parafita e Fernandes. Estes autores sustentam que:

O povo dá-se a conhecer pelas manifestações da sua arte verbal. A metáfora de Sócrates *‘Fala para que eu te veja!’* não é estranha a essa noção. A noção é que o povo, quando quer revelar-se, isto é, quando se quer dar a conhecer no que tem de mais genuíno, fá-lo através das singularidades da sua fala. (Parafita e Fernandes 2007: 10).

A comprovar tais alterações sofridas e a conseqüente valorização de diversos símbolos culturais e das suas mais variadas origens, verifica-se a classificação do Fado a Património Oral e Imaterial da Humanidade pela UNESCO, através do Projeto de Decisão assinado em 2011 (UNESCO 2011, Projeto de Decisão 6.COM 13.39: 54-55). O Fado pode ser um símbolo cultural apreciado na atualidade de forma particular apenas por algumas camadas da sociedade ou em determinadas áreas ou regiões estratégicas; contudo, as suas origens bairristas e, dir-se-ia mesmo pobres, têm raízes profundíssimas nas classes mais baixas da sociedade. E essas raízes são as nossas origens, a nossa gente, a nossa cultura, a nossa identidade.

Ao longo dos tempos, a árvore cultural portuguesa tem vindo a ser podada e enxertada com outras variedades que, em muitos casos, acabam por fazer extinguir as características e qualidade originais de algumas manifestações culturais locais, regionais ou mesmo nacionais. Urge contrariar esta tendência que, num mundo sem fronteiras de qualquer ordem e num país que tão amavelmente acolhe tudo o que é externo, não tarda a eliminar a nossa identidade ao fazê-la diluir-se de forma gradual nas culturas mais fortes que se impõem. Sobre esta questão, citamos Alexandre Parafita:

Para além do Fado, há um Património Cultural Imaterial profundo, que provém das raízes do povo, dos seus mitos, crenças e rituais, que está em perigo de extinção em Portugal e poderá desaparecer, completamente, nos próximos vinte anos. (...) A tradição oral é o veículo natural de sobrevivência deste património, juntamente com as vivências e os rituais que o suportam. (Parafita2011: s.p.).

Gradualmente tem-se feito da patrimonialização quase um ato de sobrevivência de certas localidades ou regiões em particular. Constata-se que esta tem sido a estratégia mais recorrente e a aposta mais garantida de algumas autarquias: o turismo cultural. Há que reconhecer que, em muitas situações, tem sido a tábua de salvação de certos lugares ou localidades, para que não pereçam em silêncio, sem sequer terem direito a obituário que dê a conhecer à nação tal desaparecimento.

Na verdade, há autores que afirmam que, embora irónico, mas “o património para o ser tem primeiro de morrer.” (Peixoto 2002: 7). Segundo Paulo Peixoto: “fala-se de património (...) face a um cenário de ‘morte’ de alguma coisa.” (Peixoto 2002: 6). Neste autor pode ler-se sobre a “histeria do património”, pelo facto de, à escala global, se efetuarem tantos

processos de patrimonialização. Peixoto afirma que é nos meios rurais que reside o motivo desta “histeria”, já que em virtude das ameaças externas de que são alvo, quer no declínio da atividade agrícola quer na absorção que os espaços urbanos fazem desses meios rurais, estes estão de modo sistemático a proporcionar um alargamento do campo patrimonial (Peixoto 2002: 5).

Portugal passou por um processo de urbanização muito acelerado e radical, o que fez com que as áreas rurais fossem engolidas sem dó nem piedade. Subitamente, o povo deu-se conta que já não reconhece o sítio onde vive. Falta-lhes a paisagem agrícola, com a qual se identificam, na qual encontram as suas raízes, a paisagem que lhes conhece o nome e que os viu crescer, a paisagem que gerou a sua identidade. O ritmo avassalador do século XX e todas as alterações consequentes fazem com que a mesma geração consiga “desenvolver uma consciência patrimonial, tal é a sensação de evolução progressiva e a experiência do risco de se perder algo de fundamental.” (Peixoto 2002: 11).

A ausência repentina de tantos elementos que estavam presentes no dia a dia, faz com que se tome consciência que esse património é a nossa origem, a nossa cultura, a nossa identidade. Carece-se de uma ligação afetiva às referências do passado, pois só assim se pode reconhecer a própria identidade e contribuir para a continuidade histórica do Homem. Neste sentido, Françoise Choay refere:

(...) o património histórico parece hoje em dia representar o papel de um vasto espelho no qual nós, os membros das sociedades humanas dos finais do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem. (...) O património teria assim perdido a sua função construtiva em benefício de uma função defensiva que asseguraria o recolhimento de uma identidade ameaçada. Com efeito, esta necessidade imperiosa de uma imagem de si forte e consistente pode ser interpretada como um refúgio das sociedades contemporâneas face a transformações de que não dominam nem a profundidade, nem a aceleração e que parecem pôr em causa a sua própria identidade. (Choay 2010: 253).

Sente-se a necessidade de resgatar um passado, um espaço, a vida e a identidade que desaparecem aos poucos, diariamente. A resposta que o povo tem encontrado para essa necessidade é a revitalização de hábitos, tradições, valores, saberes, sabores e costumes, por via da divulgação e exposição pública. Fazem-se reconstituições do passado para viajarmos no tempo e nos reencontrarmos, mas sobretudo para mostrar a nossa singularidade e para mostrar quem fomos e, por isso, quem somos.

A vertente turística alastra num relacionamento indissociável da patrimonialização. Há que fomentar o desenvolvimento local com as tradições e os produtos regionais, mas esse desenvolvimento tem de ser sustentável, respeitador do património, do ambiente, da sociedade

e com viabilidade económica. Este desenvolvimento não se faz *para* as pessoas, mas faz-se *com* as pessoas. Exige-se um envolvimento do cidadão comum, uma participação ativa na patrimonialização sustentável. Todos são chamados a identificar, proteger, preservar, valorizar e divulgar o património, porque este também lhes pertence. Como declara Parafita, “Afinal, está em jogo a memória e a identidade de um povo. O lado mais profundo da sua alma. Porque a alma de um povo respira através do seu património imaterial.” (Parafita 2007: 13).

Atualmente, a proteção e divulgação do património cultural é um dever que assiste a todos e uma obrigação para as Instituições locais e centrais. As comunidades locais são os protagonistas desta missão. Como tal, as populações têm que estar sensibilizadas para conhecer os valores culturais, para o seu usufruto, para a necessidade de terem um comportamento consciente e responsável em defesa desse bem coletivo. Assiste-se uma mudança de paradigmas e o que antes era fonte de saber e prazer, passa a ser um bem consumível. Choay coloca em palavras esta alteração dos conceitos de cultura e património:

A palavra ‘cultura’ expandiu-se desde os anos sessenta. (...) A cultura perde o seu carácter de realização pessoal, tornando-se empresa e, rapidamente, indústria. (...) Por seu lado, os monumentos e o património históricos adquirem um duplo estatuto. São obras que facultam saber e prazer, colocados à disposição de todos mas também produtos culturais, fabricados, embalados e difundidos, tendo em vista o seu consumo. A metamorfose do seu valor de utilização em valor económico é realizada graças à ‘engenharia cultural’, vasta empresa pública e privada, ao serviço da qual trabalha uma multidão de animadores, comunicadores, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. (Choay 2010: 226).

A gestão do património cultural é algo ainda recente no nosso país, mas afigura-se como basilar para o desenvolvimento do processo de valorização patrimonial. Tem-se verificado a criação de Museus, Museus Etnográficos, Ecomuseus, Parques Arqueológicos, e outros; surgem rotas e itinerários culturais e gastronómicos nas mais variadas localidades portuguesas; recuperam-se aldeias inteiras para serem apreciadas como museus ao natural; organizam-se exposições temporárias e itinerantes e Feiras Medievais ou temáticas; fazem-se *workshops* gastronómicos e mostras de produtos regionais; recuperam-se tradições e ofícios em festividades locais; enfim, uma panóplia de atividades a fim de preservar e divulgar o património de uma região, de uma localidade, ou seja, a fim de divulgar a identidade local. Na verdade, não se trata apenas de divulgar o património existente, trata-se de uma forma de resgatar um passado histórico para garantir o futuro dessa mesma herança. Virgolino Jorge sustenta que:

Só uma manutenção eficaz da nossa herança histórica poderá garantir uma continuidade cultural consciente e reforçada da nossa identidade nacional (**História como memória**), uma vez que a sua discussão ético-social manterá, a longo termo, as imprescindíveis tradições e libertará forças criadoras. Portanto, o presente (como obrigação) e o futuro (como responsabilidade) exigem o nosso compromisso com o passado. No seu sentido e riqueza cultural radica a força do futuro. Daí, a importância de tornarmos a nossa história mais viva e compreensível. (Jorge 2005: 46-47).

Para o sucesso desta dinâmica é indispensável a intervenção dos agentes políticos, sociais e da comunidade. Há que preservar valores identitários que concorrem para um sentimento de pertença e de reconhecimento de um coletivo social (Moreira 2006: 135).

Há uma diversificação crescente na oferta e mobilizam-se inúmeros recursos para cativar visitantes e, assim, angariar riqueza para cada região e, por consequência, para a nação. Esta modalidade de turismo, o turismo cultural, tem sido uma garantia notável de dinamismo, em especial nas regiões do interior do país.

E é ao interior do país que nos leva o capítulo seguinte, mais precisamente a Trás-os-Montes. Propõe-se a elaboração do perfil da região, com enfoque nas suas tradições, festividades e costumes, e em particular de uma cidade com localização central na região. Nas palavras de Alexandre Parafita: “Esta Região, mercê do isolamento em que caiu, para o que contribuíram fortemente as barreiras naturais que a separam do resto do País, tem conseguido preservar os traços essenciais da sua cultura tradicional.” (Parafita 1999: 19).

Capítulo III – Componente prática

1. Perfil de Trás-os-Montes

Vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso. (...) Vê-se primeiro um mar de pedras. (...) Tudo parado e mudo. Apenas se move e se faz ouvir o coração no peito, inquieto, a anunciar o começo dum grande hora. De repente rasga a espessura do silêncio uma voz de franqueza desembainhada:
— Para cá do Marão, mandam os que cá estão!... Sente-se um calafrio. A vista alarga-se de ânsia e de assombro. Que penedo falou? Que terror respeitoso se apodera de nós?
Mas de nada vale interrogar o grande oceano megalítico porque o nume invisível ordena:
— Entre!
A gente entra, e já está no Reino Maravilhoso. (...)
(Torga 1980: 27-28).

Não se pode fazer qualquer referência a Trás-os-Montes sem aludir ao incontornável “Reino Maravilhoso” de Miguel Torga. O autor que retratou o Portugal real, genuíno, vivido pelas gentes pobres e trabalhadoras, em concreto o Portugal da sua região de origem, Trás-os-Montes, isolado do resto do país e esquecido pelas elites. Nesta região é comum a expressão popular que diz que se vivem “nove meses de Inverno e três meses de inferno”, devido às grandes amplitudes térmicas entre os meses de inverno e de verão, passando durante pouco tempo pelas estações da primavera e outono. Provavelmente também por este motivo Berta Beça refere que os transmontanos são apelidados de “os habitantes da Sibéria portuguesa” (Beça 1988: 83). É uma região de terreno áspero que de forma natural obrigou o homem transmontano a lutar pela sobrevivência, desde logo devido ao isolamento morfogeológico. Outros autores descrevem assim esta região portuguesa e o orgulho transmontano:

Solo difícil, condições económicas e socioculturais adversas, batalha esgotante pela sobrevivência, abandono e desertificação: este panorama é ainda de hoje e cria uma relação especial com a literatura. Mas, onde quer que estejamos, trazemos connosco as raízes. Faz-se cada um embaixador do reino.
A memória é a maior riqueza deste chão. (Rodrigues e Ferreira 2011: 19).

A presença do Homem por esta região é bem remota, sendo tal facto atestado por um vasto património arqueológico que a região possui. Os transmontanos são uma gente nascida no meio das fragas e penedos que Torga tão singularmente descreve, o que implica que sejam gente habituada a vidas duras e penosas e, por isso, são por norma gente robusta, em termos físicos, e corajosa. De novo se cita Torga numa descrição incomparável do que caracteriza o homem transmontano:

Homens de uma só peça, inteiriços, altos e espadaúdos, que olham de frente e têm no rosto as mesmas rugas do chão. Castiços nos usos e costumes, cobrem-se com varinos, croças, capuchas e mais roupas de serrobeco ou de colmo, e nas grandes ocasiões ostentam uma capa de honras, que nenhum rei! Usam todos bigode e alguns suíças. E põem naqueles pêlos da cara uma dignidade tal, um sentido tão profundo da pessoa humana, que é de a gente se maravilhar. Às vezes agridem-se uns aos outros com tamanha violência que parecem feras. Mas olhados de perto esses nefandos crimes, vê-se que os motiva apenas uma exacerbação de puras e cristalinas virtudes, que só não são teologais porque Deus não quer. Fiéis à palavra dada, amigos do seu amigo, valentes e leais, é movidos por altos sentimentos que matam ou morrem. Ufanos da alma que herdaram, querem-na sempre lavada, nem que seja com sangue. A lendária franqueza que vem nos livros é deles, realmente. Mas radica na mesma força interior que, levada à cegueira da exaltação, pode chegar ao assassínio. Bata-se a uma porta, rica ou pobre, e sempre a mesma voz confiada nos responde:

— Entre quem é!

Sem ninguém perguntar mais nada, sem ninguém vir à janela espreitar, escancara-se a intimidade duma família inteira. (Torga 1980: 36-37).

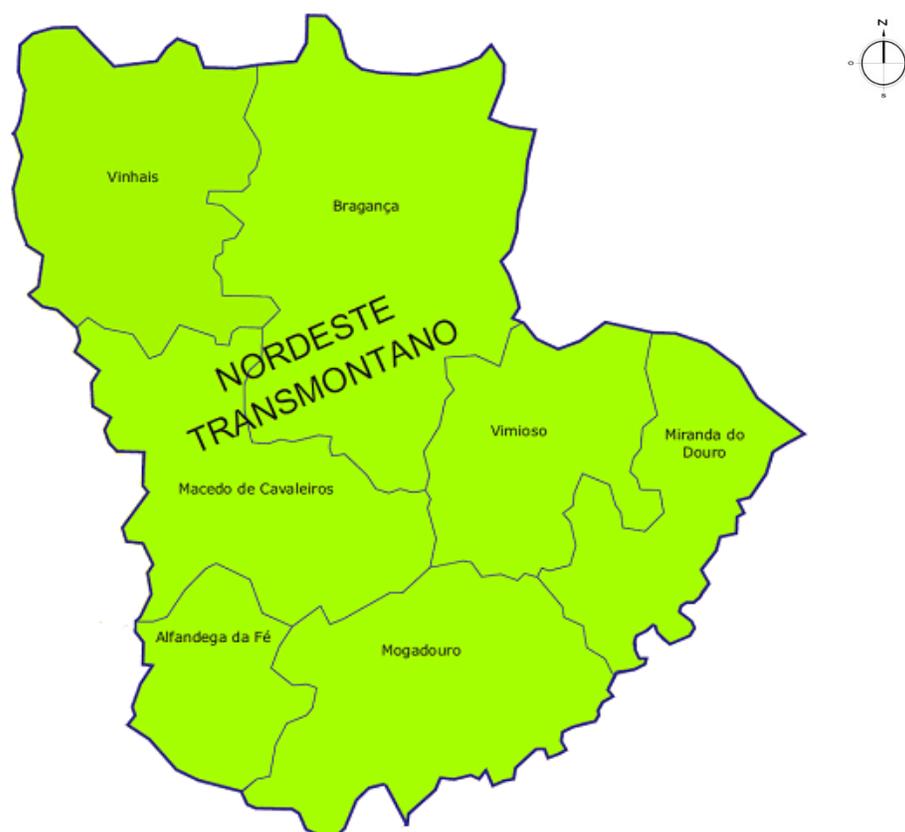
Trás-os-Montes ainda apresenta resquícios de uma forma de organização agrária comunitária. A hospitalidade espelhada nas palavras de Torga é profundamente transmontana e é na cozinha que se recebem as visitas: a cozinha da casa rural transmontana é a divisão essencial onde a família passa a maior parte do tempo. Sobretudo no inverno, a família reúne-se em volta da lareira, onde se alinham (embora cada vez menos) as panelas de três pés com água para quase tudo. A outra parte fundamental da casa rural transmontana é a varanda, espaço necessário para a realização de várias atividades em família na época estival: penduram-se alguns produtos agrícolas como as cebolas, por exemplo, ou “enfeitam-se” as varandas com abóboras e castanhas; cortam-se os vegetais para o caldo; entre outras atividades. E já que se fala em caldo, não se passa por Trás-os-Montes sem provar a gastronomia típica e incomparável: o fumeiro, os presuntos, o cabrito assado, a posta mirandesa, o peixe de rio, o pão de centeio, a bola doce e o foliar de carne, o mel e os bolos de mel, os doces e as compotas, os licores, os vinhos regionais, a saborosa castanha e tantas outras iguarias, como é também o caso do azeite ou “ouro líquido”, como é também designado.

Para Alexandre Parafita, “A cultura transmontana, pelo carácter de permanência dos seus valores, pela capacidade de retratar o modo de ser, de viver, de estar no mundo, do seu povo, traduz a verdadeira identidade dos transmontanos.” (Parafita 1999: 34). Esta amálgama de valores, sabores, hábitos e costumes herdados de um passado ancestral são essenciais para a identidade que une e define os transmontanos e para a cultura tradicional que ainda prevalece nesta região. Mas é igualmente fundamental que essa cultura e essa identidade não sejam um fator de afastamento da modernidade, que não sejam um fator impeditivo da transformação e do desenvolvimento. Deve encontrar-se forma de coabitação dos dois

mundos: o das tradições, costumes e raízes e o da modernidade e mudança. O segundo, que se vai impondo de modo autoritário e que traz reconhecidos benefícios, não sobreviverá se não tiver a certeza e segurança do primeiro. Não há árvore que resista e se desenvolva de forma salutar se não tiver raízes fortes.

Para efeitos deste estudo, ao fazer referência a Trás-os-Montes quer referir-se em concreto o Nordeste Transmontano, nomeadamente o distrito de Bragança, composto por 12 concelhos: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Para melhor ilustrar os espaços referidos, incluem-se mapas do Nordeste Transmontano e do distrito de Bragança.

MAPA 1 – Mapa do Nordeste Transmontano.



Fonte: http://www.drapn.mamaot.pt/drapn/del_reg/delegacao_nordestetransmontano.html (consultado em 23 de setembro de 2016)

MAPA 2 – Mapa do distrito de Bragança.



Fonte: <http://aep.org.pt/publicacoes/estudos-de-mercado-regionais/braganca> (consultado em 23 de setembro de 2016)

É uma região de clima variado, que se inclui nos territórios denominados de Terra Fria e Terra Quente:

A Terra Fria inicia-se por volta dos 600 m de altitude e é composta de planaltos e serras com vales profundos, possui um clima agreste e tem menor influência atlântica. A Terra Quente caracteriza-se pela sua fraca precipitação e temperaturas mais amenas no Inverno. Existe uma zona de transição climática entre a Terra Fria e a Terra Quente, com altitudes que variam, regra geral, entre os 350/400 m e os 600 m de altitude.⁴

Os concelhos pertencentes à Terra Fria são Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais e os concelhos que constituem a Terra Quente são Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor.

Lamentavelmente, a região é conhecida por sofrer de grande despovoamento. Jorge Dias cita o engenheiro Camilo Mendonça, o qual declara que na década de 1960 o êxodo da população no distrito de Bragança foi na ordem dos 50% (Dias 1990: 285). Para ilustrar este

⁴ <http://www.aepga.pt/portal/PT/110/default.html> (consultado em 20 de dezembro de 2013).

facto sugere-se uma consulta aos dados disponibilizados pela PORDATA Base de Dados Portugal Contemporâneo, nos quadros 1 e 2, onde se seleccionou a área do distrito de Bragança.

QUADRO 1 – População residente no Nordeste Transmontano segundo os Censos: total e por grandes grupos etários entre 1960-2011

Territórios	Grandes grupos etários			
	Total			
Anos	1960	1981	2001	2011
Carrazeda de Ansiães	14.340	11.420	7.642	6.373
Freixo de Espada à Cinta	7.288	5.717	4.184	3.780
Torre de Moncorvo	18.741	13.674	9.919	8.572
Alfândega da Fé	9.672	7.925	5.963	5.104
Bragança	37.553	35.380	34.750	35.341
Macedo de Cavaleiros	26.199	21.608	17.449	15.776
Miranda do Douro	18.972	9.948	8.048	7.482
Mirandela	29.912	28.879	25.819	23.850
Mogadouro	19.571	15.340	11.235	9.542
Vila Flor	11.834	9.719	7.913	6.697
Vimioso	12.782	8.500	5.315	4.669
Vinhais	26.577	16.142	10.646	9.066

Fonte de dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA, última atualização: 2015-06-26.

E a tendência para a redução do número de residentes no Nordeste Transmontano mantém-se na atualidade. Veja-se os anos mais recentes no quadro seguinte.

QUADRO 2 – População residente no Nordeste Transmontano entre 2012-2015

Territórios	População residente			
	2012	2013	2014	2015
Carrazeda de Ansiães	6.235	6.118	6.018	5.929
Freixo de Espada à Cinta	3.707	3.650	3.591	3.526
Torre de Moncorvo	8.435	8.297	8.160	8.037
Alfândega da Fé	4.979	4.884	4.806	4.728
Bragança	35.128	34.832	34.511	34.187
Macedo de Cavaleiros	15.536	15.328	15.153	14.979
Miranda do Douro	7.429	7.352	7.258	7.176
Mirandela	23.497	23.143	22.833	22.561
Mogadouro	9.341	9.173	9.025	8.884
Vila Flor	6.584	6.485	6.390	6.292
Vimioso	4.564	4.480	4.403	4.308
Vinhais	8.858	8.672	8.502	8.357

Fonte de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente, INE - Estimativas Anuais da População Residente; Fonte: PORDATA, última atualização: 2016-06-16.

Este decréscimo da população residente no distrito deve-se, não só à migração mas também à emigração, fator que, de resto, também caracteriza as gentes transmontanas, de um modo geral. Se estes movimentos por um lado asseguram a sobrevivência dos que partem (e de alguns dos que ficam por, financeiramente, estarem dependentes dos que partiram), por outro lado são também estes movimentos que trazem a inovação e a mistura de hábitos para a terra. Onde estas novidades se tornam mais visíveis é, sem dúvida, na arquitetura, já que não é raro encontrar nas aldeias algumas habitações que fogem na íntegra à arquitetura tradicional e regional e que introduzem traços de características habitacionais estrangeiras, em especial brasileiras ou francesas. Por motivos sobejamente conhecidos, o movimento migratório continua a verificar-se na atualidade, embora a natureza e a “bagagem” dos emigrantes de hoje em dia sejam distintas da dos emigrantes de outros tempos. Do mesmo modo, os destinos também serão outros, mas as motivações são as mesmas: ter um posto de trabalho que proporcione um salário com o qual se possa sustentar a família e amealhar algum dinheiro, para que a velhice possa ser gozada no descanso do lar português, pois a vontade de regressar um dia à terra que os viu nascer não sai de mira. A este respeito cita-se novamente Jorge Dias:

O fim da emigração era, fundamentalmente, económico. O emigrante constituía muitas vezes família antes de partir e deixava a mulher e os primeiros filhos na terra, a quem enviava tudo o que conseguia amealhar, tendo em vista melhorar o seu nível de vida no regresso, para o que, com aquele dinheiro, procurava adquirir terras, que era a única forma de riqueza em geral reconhecida e estável. Se era muito bem-sucedido, além da riqueza e do bem-estar, procurava «botar figura», construindo uma casa apalaçada, em geral de mau gosto, a que se chamava a casa do *brasileiro*, que depois veio a ser também a do *americano* e hoje – embora sem a magnitude nem a pompa antiga – a do *francês*. (Dias 1990: 284).

No entanto, porque as distâncias são agora mais curtas graças às novas vias de circulação e às novas tecnologias, a proximidade entre os que emigram e os que ficam é maior. Além disso, os emigrantes das últimas décadas também fazem gosto em levar os familiares às terras novas que os acolheram e assim se vão disseminando os hábitos e as culturas e enriquecendo ambas as partes. Enquanto para José Rodrigues Monteiro, esta combinação de saberes e hábitos deve ser estimulada, é necessário haver diálogo e partilha entre culturas, pois todas as partes têm a ganhar com isso:

Prefiro ser um nordestino porque é isso que são os chamados transmontanos que desafiam o destino. Acho, aliás, que o trás dos tais montes não se devia escrever mais com o s de quem fica depois, mas com um z do dinâmico verbo trazer. Porque é preciso trazer o interior ao litoral e vice versa. (Monteiro 2002: 4).

Para outros autores, como é por exemplo o caso do já citado Alexandre Parafita, ao invés do diálogo entre tradições, estes movimentos são vistos como uma invasão do território o que, na sua opinião, descaracteriza as singularidades de uma comunidade: “Mercê da descaracterização que a máquina introduziu na cultura, venham agora os investigadores para receber o último balbuciar de uma tradição quase em agonia.” (Parafita 1999: 36). Há que reconhecer que já pouco resta do modo de fazer tradicional, pois a máquina substituiu o homem em quase tudo. Esse modo antigo de trabalhar a terra, de lidar com os animais, de fazer o pão, de bordar ou fazer renda, de contar histórias ao serão ou na soleira da porta, de fazer jogos ou danças em grupo no “povo” da aldeia, já quase não passa de um atrativo turístico. Como se de uma vitrina se tratasse pela qual se pode ainda ver um passado não tão longínquo assim, mas que muito rapidamente se transformou em meras memórias. Já em 1990 Jorge Dias alerta vivamente para a fugacidade e transformação das tradições:

Se salvássemos muitas das casas de lavoira mais típicas do país, com as suas alfaias e recheio, se salvássemos moinhos, azenhas, atafonas, fulões, engenhos de elevar a água de rega, que neste país apresentam imensa diversidade de formas, lagares de azeite antigos, prensas de vinho, celeiros, eiras, espigueiros, etc., etc., podíamos fazer um museu nacional que seria um motivo de atracção para os estrangeiros vindos de países mais industrializados e ávidos dessas formas de vida, para eles há muito passadas e para nós em via de desaparecimento. (...) Se não o fizermos, daqui a duas gerações podemos ser um povo descaracterizado e profundamente pobre (...) (Dias 1990: 46).

O salvamento destes elementos culturais, deste património material e a recuperação “dessas formas de vida” e de todo um património imaterial que lhe está indubitavelmente associado, é agora o centro das atenções das comunidades, já que a sua preservação não é apenas uma necessidade de manutenção de um passado cultural. Esta recuperação das tradições e dos espaços e modos de vida antigos tem agora também uma vertente económica agregada: o turismo. De acordo com Eduardo Carvalho, “O turista tem fome, sim, do humano, do artístico, do natural, do primitivo das civilizações ancestrais” (Carvalho 1982: 275) e as comunidades transmontanas guardam ainda todas essas manifestações para exhibir em festividades rurais, romarias, procissões, bandas filarmónicas, danças típicas, celebrações genuínas de ordem diversa, todas emolduradas por uma natureza bela e em muitos sítios ainda intocada pelo homem.

Quando a velha avó pachorrentamente conta as suas contas aos netos – ela está sendo a mina de prata, o tesouro encantado dos mouros; quando os tios e as tias entoam a velha toada das cantigas de segada (se é que as cantam ainda) – estão eles reatando um elo

profundo que liga a nossa geração às mais velhas gerações de um passado já velho, mas não morto.

Quando os jovens surpreendem as portas adormecidas das suas aldeias hibernadas, durante os rigores do Natal, com os cantos de Janeiras e de Reis, (...); ou quando os mais velhos fazem soar as suas vozes arrastadamente pelos desvãos das ruas, nas noites da Quaresma, encomendando os mortos, entristecedoramente; ou quando os mascarados assaltam a população com as suas intervenções agrestemente jocosas, nas festas dos rapazes ou dos caretos – são eles ainda os remanescentes válidos de velhas tradições.

São vozes deslumbradoras que surpreendentemente, nestes tempos áridos do presente, ainda povoam as terras e os campos transmontanos, como um especial ornamento e como um último refúgio possível de heranças ancestrais. (Beça 1988: 84).

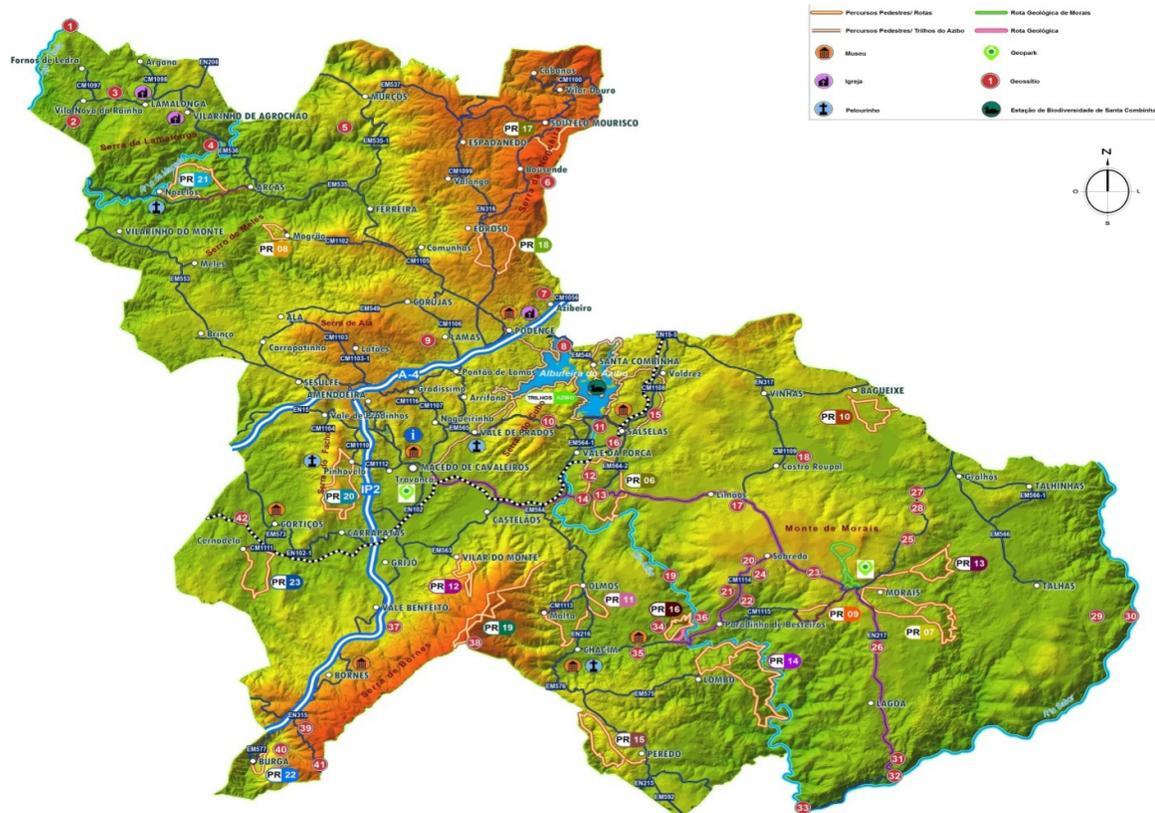
O presente estudo pretende fazer o levantamento/registo de algumas tradições da cidade de Macedo de Cavaleiros. A citação anterior de Berta Beça refere várias tradições que ainda estão vivas nesta cidade e em todo o concelho e outras que estão em fase de recuperação, para fins turísticos, como já se mencionou anteriormente. Propõe-se, por isso, seguidamente conhecer melhor a cidade e o concelho em causa, o estudo concreto que foi feito no terreno e a necessária análise de resultados.

2. Perfil de Macedo de Cavaleiros

Gostaria que conhecesses a minha terra, vendo-a com os teus próprios olhos, em lenta jornada pelos seus velhos caminhos; e, mais do que a terra, a gente que a habita e a trabalha, na cristalina limpidez da sua alma, na pureza dos seus costumes, na ancestral singeleza do seu viver, que o modernismo ainda não perturbou. (...) Digo-te, sinceramente, que vale a pena vir até nós. (Pires 1963: 9).

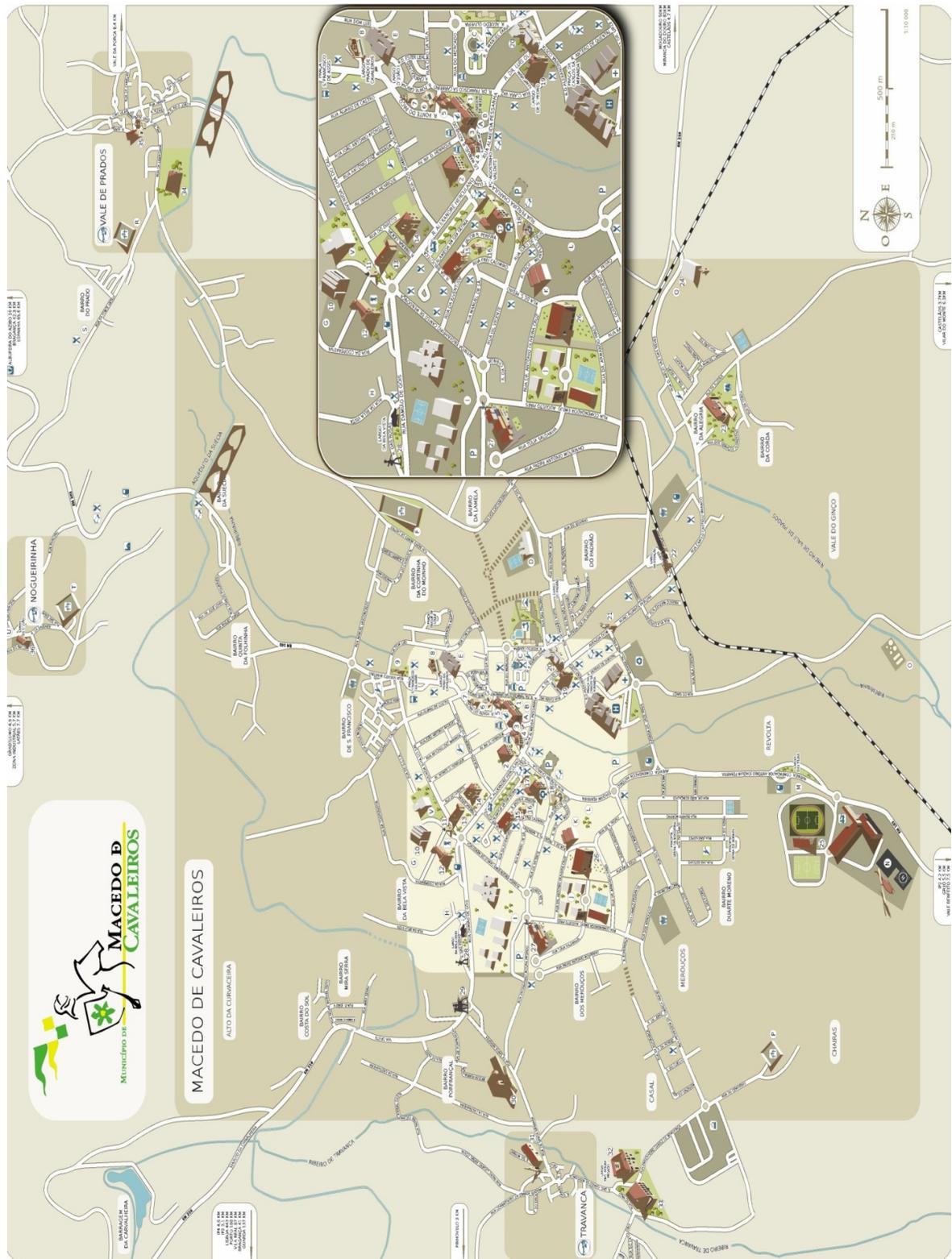
Situada na encruzilhada dos caminhos do Nordeste Transmontano encontra-se a pequena cidade de Macedo de Cavaleiros. Tal como a maioria da região transmontana, Macedo também tem raízes profundas na atividade agrícola: durante muito tempo este concelho abasteceu a região com cereais, legumes, fruta e cortiça de elevada qualidade. Mais recentemente os produtos de maior realce têm sido o azeite e o mel. É um conjunto de terras muito férteis localizadas em pleno planalto transmontano, entre os rios Sabor e Azibo e protegidas (ou isoladas) pelas serras da Nogueira e de Bornes. Incluem-se de seguida os mapas3 e 4, mapas do concelho e da cidade de Macedo de Cavaleiros.

MAPA 3 – Mapa do concelho de Macedo de Cavaleiros.



Fonte: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

MAPA 4 – Mapa da cidade de Macedo de Cavaleiros.



Fonte: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Legenda:

- | | |
|---|--|
| 1 Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros | 30 Capela de Santa Bárbara |
| 2 Estalagem do Caçador | 31 Igreja de Santo Estêvão |
| 3 Largo dos Segadores/Museu de Arte Sacra/Casa Falcão (Solar Costa Macedo) | 32 Solar Moura Carvalhais |
| 4 Antiga Estalagem do Caçador | 33 Solar Sousa Barroso |
| 5 Edifício dos CTT | 34 Solar Castro Pereira |
| 6 Fonte do Cipreste | 35 Igreja, Fonte e Pelourinho de Vale de Prados |
| 7 Largo Maria da Fonte/Maria da Fonte | 36 Igreja de Nogueirinha |
| 8 Fonte Prado de Cavaleiros | A GCER – Grupo Cultural e Recreativo |
| 9 Estátua de S. Francisco de Assis | B Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Macedenses |
| 10 Cooperativa Agrícola | C Rádio Onda Livre Macedense |
| 11 Busto do Engenheiro Camilo de Mendonça | D Pólo Escolar |
| 12 Edifício da GNR | E Santa Casa da Misericórdia |
| 13 Tribunal Judicial | F Cemitério de Santa Bárbara |
| 14 Casa dos Magistrados | G ACRIGA |
| 15 Biblioteca Municipal e Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros | H Associação Cultural da Bela Vista |
| 16 Monumento a Nossa Senhora | I Pavilhão Desportivo Municipal E Escola EB 2,3 |
| 17 Solar Morgado Oliveira | J Instituto Jean Piaget |
| 18 Praça das Eiras (Anfiteatro e Fonte) | K ACIMC /"O Comércio de Macedo" |
| 19 Igreja de S. Pedro | L Parque Municipal de Feiras e Exposições |
| 20 Centro de Emprego | M Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros |
| 21 Estátua de Nun' Álvares Pereira | N Heliporto |
| 22 Antiga Estação da CP | O ETAR |
| 23 Serviços Florestais | P Cemitério Novo de Travanca |
| 24 Lar D. Abílio Vaz das Neves | Q Casa de Repouso |
| 25 Estádio Municipal | R Cemitério de Vale de Prados |
| 26 Igreja de Santa Maria Mãe da Igreja | S Associação Cultural de Vale de Prados |
| 27 Centro Cultural | T Cemitério de Nogueirinha |
| 28 Monumento ao Caçador e ao Javali | U Associação Cultural de Nogueirinha |
| 29 Rotunda dos Cavaleiros | V Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte |



Após consulta da Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, embora de uma edição de 1971, encontra-se esta apresentação desta localidade, como a seguir se transcreve:

(...) Aparece, desde o século XII, integrada nas Terras de Lampaças e de Ledra. As Inquirições de D. Afonso III dão-nos notícia incontroversa do *villar de masaedo*, nome que Leite de Vasconcelos considera aparentado com macieira e maçã. O seu donatário foi Nuno Martins, aio e mordomo-mor de D. Dinis. A partir do século XIV surge designada por Macedo *dos* Cavaleiros, a que um erro gráfico do mapa administrativo de 1853 dá a forma actual. Esse aditivo deve-se, provavelmente, à categoria social dos referidos donatários, que entraram a ligar-se ao nome da terra. Em 25.2.1722 D. João V passou “carta de reguengueiros da Casa de Bragança aos moradores da quinta” de Macedo. A reforma administrativa de Mousinho da Silveira deu-lhe a categoria de comarca e concelho (31.12.1853), suprimindo ao mesmo tempo os concelhos de Cortiços e Chacim, que lhe ficaram a pertencer, não obstante a resistência deste último. A elevação a Vila data de 15.1.1863. Aí principia a fase mais importante da história e do progresso de Macedo de Cavaleiros, pois ainda ao ser-lhe criado o concelho não contava mais de 40 fogos e já 50 anos depois andava pelos 2000. A entrada do tráfego do caminho-de-ferro, em 1907, fê-la crescer notavelmente no sentido da respectiva estação. (Pires 1971: 879-880).

Este documento confirma a pequena dimensão desta localidade naquela época, ao designá-la como quinta. Também merece destaque o crescimento da antiga povoação de *Masaedo* já que entre o início do século XVIII e a segunda metade do século de XIX, passou de uma simples quinta a sede de concelho e, logo de seguida, a vila.

Ao procurar fontes mais recentes, nomeadamente na página oficial da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, encontra-se a seguinte informação sobre a origem da toponímia da cidade:

O nome de Macedo de Cavaleiros tem a ver com a designação de terra fértil para maçãs (‘macedo’ em português medieval), bem como ao ato heróico de Martim Gonçalves de Macedo, na Batalha de Aljubarrota. A 14 de agosto de 1385, o Mestre de Avis, futuro Rei de Portugal, é atacado por Álvaro Gonçalves de Sandoval e, ao receber um golpe do castelhano, cai por terra. Apercebendo-se, o cavaleiro Martim Gonçalves de Macedo, desfere golpe fatal ao castelhano e levanta o Mestre de Avis do chão, salvando assim, a vida ao futuro Rei e a nacionalidade portuguesa. Já Rei, D. João I reconheceu e gratificou Martim Gonçalves de Macedo, e, a partir deste episódio da Batalha de Aljubarrota, o brasão de armas dos “Macedo” passou a incluir um braço vestido de azul, com uma maçã de armas de prata.⁵

Outras fontes, como é o caso da enciclopédia on line produzida pela Porto Editora, ainda narram uma outra origem desta toponímia:

Diz a lenda que o nome de Macedo de Cavaleiros é proveniente de dois cavaleiros muito valentes que viviam ali, na época dos mouros. Esses cavaleiros usavam fortes maçãs

⁵ http://www.cm-macedodecavaleiros.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=42018 (consultado em 20 de dezembro de 2013).

(mocas) como armas nos combates. O povo conhecia-os pelos cavaleiros da maça. A sua fama chegou ao rei, que ao saber dos seus feitos, resolveu chamar àquele lugar Macedo dos Cavaleiros, em sua honra.⁶

Como referido antes, por consulta enciclopédica, devido a um erro gráfico, ainda no século XIX, caiu o nome original de "Macedo dos Cavaleiros" para o atual Macedo de Cavaleiros.

Macedo de Cavaleiros é um concelho ainda jovem, criado em 1853, dez anos depois é elevado a Vila e em 1999 recebe o título de Cidade. Parece oportuno fazer uma resenha histórica da formação do concelho. Para tal citam-se dos dados constantes na monografia de Armando Pires, *O Concelho de Macedo de Cavaleiros*, de 1963:

(...) o território que o [rio] Tuela [hoje Tua] delimita a oeste e agora corresponde ao Distrito de Bragança, só se incorporou na Terra de Portugal a partir do século XII, repartido por três Distritos ou Terras: Bragança, a norte; Lampaças, no centro; e Ledra, no sul. (...) A divisão pré-nacional do território (...) manteve-se, na monarquia portuguesa, até que, pelo foral de Junho de 1187, D. Sancho I erigiu a cidade de Bragança em sede de um vasto Concelho que conglomerava os termos de Bragança e Lampaças (...). Ao Concelho de Bragança passaram assim, a pertencer todas as povoações do actual Concelho de Macedo de Cavaleiros que faziam parte da extinta Terra de Lampaças. (...) A Comarca ou Província de Trás-os-Montes aparece subdividida, na primeira metade daquele século [XVI], em quatro Comarcas ou Corregedorias: Moncorvo, Miranda, Vila Real e Bragança. (...) Com pequenas alterações de pormenor esta orgânica prevaleceu até à primeira grande reforma do constitucionalismo, em 1832. (Pires 1963: 21, 25 e 28).

O mesmo autor ainda informa que, pelos Decretos de 1835, o país fica dividido em distritos, estes em concelhos e os concelhos em freguesias. Pelo Decreto de 1836, uma nova divisão administrativa veio reduzir a dois os concelhos que perfazem hoje a área do atual concelho de Macedo de Cavaleiros: Chacim e Cortiços. Segundo Pires, “Esta divisão prevaleceu até à reforma de 1853.” (Pires 1963: 30). Em 31.12.1853 sai novo Decreto estabelecendo Macedo de Cavaleiros como sede de uma das circunscrições administrativas em que se dividia o distrito de Bragança. Ficavam suprimidos os anteriores Concelhos de Chacim e Cortiços, os quais passavam a estar integrados na Comarca de Macedo de Cavaleiros (Pires 1963: 31). Pode ler-se em Mendes que “Em 15 de Janeiro de 1863 Macedo de Cavaleiros é elevado à categoria de Vila.” (Mendes 2005: 40). Em 1866 o governo de Joaquim António de Aguiar volta a deslocar a sede do concelho para Chacim. Após protestos veementes e desordens populares cai este governo e o novo governo, do Conde d’Ávila, revoga o decreto anterior e “promulga novo decreto em 26 de Junho de 1867 mantendo a sede do concelho em Macedo de Cavaleiros” (Mendes 2005: 41). O mesmo autor confirma que,

⁶ [http://www.infopedia.pt/\\$macedo-de-cavaleiros?uri=portugues-neerlandes/mourisco](http://www.infopedia.pt/$macedo-de-cavaleiros?uri=portugues-neerlandes/mourisco) (consultado em 29 de março de 2016).

com pequenas alterações após esta data, os limites do Concelho estabelecidos em 1884 são os mesmos que se conhecem nos dias de hoje. Atualmente, o Concelho de Macedo de Cavaleiros, tem uma área de cerca de 700 km² e é constituído por 67 localidades, agregadas em 30 freguesias ou uniões de freguesias.

No que respeita à população que ocupa esta área do país, propõe-se uma análise comparativa entre a situação no século XXI e os dados disponibilizados na monografia sobre o concelho, do já referido autor Armando Pires.

Assim, transcreve-se o quadro informativo deste autor sobre a população do concelho de Macedo de Cavaleiros entre 1864 e 1960.

QUADRO 3 – População residente, crescimento e densidade no concelho de Macedo de Cavaleiros entre 1864 e 1960

Anos	População residente	Crescimento	Densidade
1864	17 207	---	24,7
1890	18 648	1 441	26,7
1900	19 284	636	27,7
1911	20 991	707	30
1920	18 387	2 604	26,4
1930	19 837	1 450	28,5
1940	22 765	2 913	32,7
1950	25 204	2 439	36,2
1960	26 199	995	37,6

Fonte: Pires 1963: 83.

Verifica-se que o ritmo de crescimento foi acelerado a partir da década de 1930, resultado de “diminuição da mortalidade e da legislação restritiva da emigração” (Pires 1963: 83), o que em muito contribuiu para o desenvolvimento da região. O progresso de Macedo foi feito, ao longo do século XX, com a imigração devido ao facto de ser a encruzilhada das vias de circulação do Nordeste Transmontano (Pires 1963: 118).

Mas um olhar sobre a atualidade mostra uma realidade bem distinta, fruto de uma conjugação de fatores que têm despovoado o interior em geral há já várias décadas: êxodo rural intenso desde a década de 1960, uma Europa próxima, aberta e de fácil acesso sobretudo desde 1985, a procura de qualificações académicas, as expectativas de emprego que não correspondem às (poucas) oportunidades oferecidas na região, a estagnação económica generalizada das regiões interiores, o abandono dos campos e quebra da atividade agrícola e, *grosso modo*, o grande desequilíbrio em termos de desenvolvimento regional.

QUADRO 4 - População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários

Territórios	Indivíduo			
	Grandes grupos etários			
	Total			
Anos	1960	1981	2001	2011
Macedo de Cavaleiros	26.199	21.608	17.449	15.776

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA, última atualização: 2015-06-26.

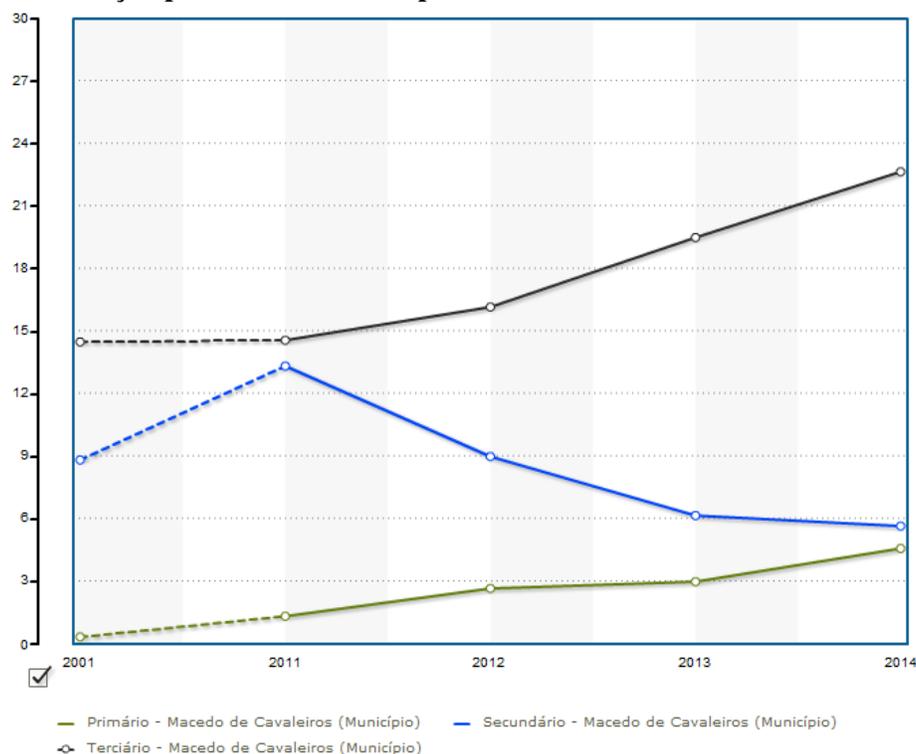
Sobre o êxodo rural, já em 1963 Armando Pires escrevia:

De facto, cada vez mais se acentua, nos nossos dias, o êxodo das populações rurais em direcção às grandes cidades, onde a vida é mais fácil, o prazer mais acessível e mais tolerante a moral. As velhas e prestigiosas famílias da província, guias tradicionais da comunidade, vão desaparecendo. As pessoas partem e, sobre as antigas residências, agora desertas, vão caindo lentamente o silêncio, a ruína e o esquecimento. Assim empobrecidos pela perda dos seus mais destacados valores humanos, as cidades, vilas e aldeias da região deixam de ter a consciência da sua personalidade e do seu particularismo, bases do sentimento bairrista, e encaminham-se no sentido daquela monótona, mísera e encaracterística uniformidade para que parece tender a existência, nos nossos dias. (...) Há que reagir, urgente e energicamente, esforçando-nos por nos manter nas nossas terras e nos nossos lares, na plena fidelidade aos princípios e às tradições que nos determinaram a personalidade (...). (Pires 1963: 128, 129).

Este drástico decréscimo da população que se tem vindo a verificar há várias décadas tem implicações dramáticas nas regiões, na arquitetura, no dia a dia de quem fica, no (in)cumprimento das tradições e costumes, na manutenção (ou não) das suas particularidades e características mais intrínsecas, enfim, na singularidade das cidades, vilas e aldeias que ficam vazias de gente.

A confirmar esta contínua necessidade de sair do concelho e procurar um modo de vida mais estável noutras localidades, ou mesmo noutros países, está a parca oferta de oportunidades atestada pelo gráfico seguinte que ilustra as ofertas de emprego (média anual) disponíveis nos centros de emprego e formação profissional, desde 2001.

GRÁFICO 1: Ofertas de emprego (média anual) disponíveis nos centros de emprego e formação profissional: total e por sector de atividade económica



Fontes de Dados: IEFP/MTSSS // Fonte: PORDATA, última atualização: 2016-02-23.

Os macedenses são trabalhadores e empreendedores, como aliás é típico dos transmontanos. Talvez pelos mesmos motivos muitos optam por (e)migrar à procura do que a terra mãe não lhes proporciona. Mas quase todos regressam às origens em períodos de férias, constituindo um mercado turístico atrativo.

Sobre os macedenses importa ainda destacar algumas características, citando Armando Pires:

Como todo o Transmontano, o Macedense é inteligente, empreendedor, leal e brioso; inabalável nas crenças religiosas e no patriotismo; amoroso respeitador e obediente nas relações com a família, particularmente com os pais; tradicionalmente hospitaleiro; fiel aos usos e costumes; ilimitada e perpetuamente enamorado do seu torrão natal e da leira que lhe dá o pão. (Pires 1963: 77).

Como é natural, o macedense de hoje é um pouco diferente do macedense do século passado. Introduziram-se muitas variantes para se efetivar essa mudança. Mas algumas raízes são mantidas e a identidade e sentido de pertença são reconhecidos e a comprová-lo basta o regresso religioso à terra mãe, sobretudo dos que estão emigrados. Por outro lado, estas identidades e raízes também se manifestam nos que estoicamente se mantêm no concelho e

procuram dar o seu contributo para o desenvolvimento da terra, em particular, e da região, em geral.

Muitos que dividiram as suas vidas entre as cidades e o campo rendem-se a este apego às origens e aos encantos da terra. A este respeito faz-se a citação de A.M. Pires Cabral, escritor natural do concelho de Macedo de Cavaleiros, nesta passagem em que se refere aos seus períodos de férias em Grijó, freguesia do mesmo concelho, onde tem residência:

Tenho aqui alguns bens que dinheiro algum compraria. Tenho uma paz antiga, quase bíblica, de que tudo – gente, casas, natureza – se deixa entranhar até ao mais profundo. Tenho uma sabedoria não menos antiga de gente que muito viveu e é agora capaz, no declinar da vida, de dar forma de provérbio a todas as situações e ocorrências, e usa uma linguagem sávida de que a cidade já nem conhece o sabor. (Cabral 1991: 6).

Esta oralidade ainda viva e transformada em provérbios personifica uma “riqueza espiritual” (Pacheco 1985: 9). Poucos registos há das características das gentes deste concelho transmontano, desta “paz antiga”, desta simbiose com a natureza que, podia dizer-se, ainda ser muito presente, quase diária na vida da maioria dos macedenses. Lê-se em Armando Pires que “Na vida familiar como nas relações sociais, no trabalho, na alimentação e nos divertimentos, o Macedense tem os seus hábitos, as suas práticas, usos e costumes, tudo arraigado na personalidade por tradição imemorial.” (Pires 1963: 77). O mesmo autor elaborou vários trabalhos relativos à história do concelho e das suas gentes e ao levantamento de dados importantíssimos para a identidade dos macedenses. Procura-se com este estudo, de alguma forma, acrescentar dados sobre a gente de Macedo de Cavaleiros e fazer perdurar essa “tradição imemorial”.

Há que reagir urgente e energicamente, esforçando-nos por nos manter nas nossas terras e nos nossos lares, na plena fidelidade aos princípios e às tradições que nos determinaram a personalidade, colaborando com entusiasmo, por todas as formas, na elevação dos meios em que vivemos, de molde a neutralizar a doentia inclinação que irresistivelmente arrasta a massas provincianas na direcção dos grandes centros urbanos. (Pires 1963: 129).

Os lugares existem porque neles há gente; é essa gente que dá vida aos espaços, que os caracteriza, que dentro desses limites aplica uma linguagem quase cifrada para quem vem de fora; é essa gente que molda os lugares às suas necessidades, e que neles semeia os seus costumes. Esta associação tão íntima entre as gentes, os espaços e as tradições que neles mantêm, é a singularidade de uma região que concorre para a manta de retalhos da qual se faz um povo, uma nação.

Cita-se Hélder Pacheco que espelha também esta ideia da importância da “gente concreta” para a criação da identidade cultural de um povo:

(...) o Património primordial, mais relevante e mais valioso – sem o qual nem a cultura nem a vida têm sentido – é a gente concreta que em condições favoráveis ou amargas, criou formas de ver, de sentir e de criar uma realidade que faz da *terra-de-ninguém* uma terra de homens. Um país. (Pacheco 1985: 139).

Macedo de Cavaleiros é um concelho jovem mas rico em tradições, em património cultural e imaterial que envolve, naturalmente, as suas gentes. A componente prática desta investigação sobre o património cultural e imaterial deste concelho efetuou-se não somente na cidade de Macedo de Cavaleiros mas alargou-se o campo de pesquisa para algumas freguesias, a saber: Chacim, Cortiços e Podence. As duas primeiras freguesias foram selecionadas por razões óbvias, após a explanação anterior da formação do concelho; em Chacim acresce um desvio até Balsamão, anexo à freguesia de Chacim, onde se situa uma ermida e convento consagrado a Nossa Senhora de Balsamão, tratando-se, portanto, de património religioso. E Podence por ser a freguesia-berço da Festa dos Caretos, em vias de obter reconhecimento como Património Imaterial da Humanidade, por parte da UNESCO. Sobre a singularidade das manifestações culturais no concelho e do risco de se perderem, citamos Carlos Mendes:

A história dos povos que tiveram assentamento na região hoje Macedo de Cavaleiros, conjugando o relativo isolamento a que as barreiras geográficas e económicas os votaram, permitiram o aparecimento de manifestações sociais artísticas e religiosas únicas, suficientemente arraigadas ao quotidiano dessas comunidades de forma a terem sobrevivido até aos nossos dias. Património em risco de se perder, face às profundas alterações do modo de vida e à diminuição das comunidades rurais. (Mendes 2005: 145).

Interessa, desde já, informar que a presente investigação teve por base entrevistas pessoais a sete pessoas residentes no concelho de Macedo de Cavaleiros e conhecedoras de tradições, festas e celebrações, bem como de jogos tradicionais e de outras festividades desde meados do século passado até ao presente. A seleção destes informantes, conforme explicitado antes, teve em conta os aspetos seguintes, sumariamente:

- o facto de se tratar de naturais e / ou residentes no concelho,
- o facto de serem pessoas que por algum motivo – institucional ou particular – estão ligadas à preservação e divulgação do PCI,
- o facto ainda de algumas delas serem representativas de entidades públicas ou privadas com (algum) poder de intervenção no sentido de preservar e divulgar o PCI.

2.1. Tradições e festas no concelho de Macedo de Cavaleiros

Inicia-se esta parte do trabalho com a identificação pormenorizada dos entrevistados e prossegue-se com a organização das ideias transmitidas por costumes ou festividades e suas datas de ocorrência. No caso dos entrevistados de Macedo de Cavaleiros, faz-se também uma estruturação e aproveitamento da informação recebida de forma a ilustrar uma comparação entre Macedo de Cavaleiros na segunda metade do século XX e Macedo de Cavaleiros do século XXI.

2.1.1. Macedo de Cavaleiros: tradições e festas

Macedo de Cavaleiros tem como padroeiro S. Pedro e feriado municipal no dia 29 de junho.

A seguir apresenta-se a transcrição das entrevistas.

Entrevista 1

Maria Madalena Vasconcelos Delgado, nascida em 27.03.1944, no Prado de Cavaleiros. Passou a infância e juventude em Macedo, mas em períodos de férias após a Escola Primária, ia para o Porto, quer a própria quer as irmãs. São 11 irmãos, no total. Só as raparigas eram convidadas e iam para Miramar, para a casa de tios, nas férias. Antes disso, o lugar mais longínquo onde iam era Mirandela. Frequentou o Ensino Básico na escola da Praça. Viveu sempre com os pais e irmãos. Não chegou a conhecer avós. Aprendeu uma profissão da qual tem muito orgulho: modista. Aprendeu em Macedo com a D.^a Ester Campos Pereira, modista de Macedo e distrito de Bragança. Para aprender o ofício só iam para casa dessa senhora meninas selecionadas, não podendo essas meninas estudar no Colégio (Trindade Coelho) por falta de recursos financeiros. Da parte da mãe havia muitos familiares africanos (nove irmãos) que frequentavam regularmente a casa dos pais da D.^a Madalena o que ajudava a própria e irmãs a evoluir, pois eram familiares que quando vinham a Macedo visitar a família vinham também para passear, alugando ou comprando carros e, desse modo, proporcionando também à D.^a Madalena e irmãos o conhecimento de outras terras. Perdeu hipótese de alguns namoricos em Macedo pelo facto de considerarem que era “demasiado evoluída”, por considerarem que não lhe conseguiriam dar o nível de vida a que a própria estava já

habituada. Além disso, no tempo da juventude da D.^a Madalena os rapazes procuravam raparigas que tivessem terrenos e oliveiras, e este não era o seu caso.

É católica praticante, foi catequista sete anos, foi presidente de uma associação religiosa de jovens durante três anos e visitava presidiários na cadeia da vila.

Aos 18 anos foi, em segredo, para o Porto tirar o “corte luso-brasileiro” (curso relacionado com o ofício de modista) e surpreendeu todos quando regressou com esse Diploma. Pelo facto de a mãe não ter deixado que esta trabalhasse num “baixo” (por ser situação desconsiderada), a D.^a Madalena perdeu a oportunidade de abrir o seu próprio negócio. Mas outra oportunidade surgiu um ano e meio depois e foi contratada como gerente para uma fábrica (clandestina) em Carrapatos. Nesta fábrica trabalhou apenas 13 meses, tendo tido que abandonar por doença do pai, para o acompanhar/cuidar dele. Num período posterior de férias no Porto conheceu aquele que viria a ser seu marido. Casaram no Porto em 1966 e tiveram uma filha.

Emigrou para Angola onde foi muito feliz. Trabalhou numa casa de modas, onde era gerente de loja. Viveu lá quase nove anos, veio para Portugal em 1975 mas sempre pensou em voltar para Angola. Em 1995 chegou a ter a documentação necessária para regressar, mas acabou por desistir dessa ideia e nunca mais voltou.

Macedo em meados do século XX

No seu tempo de juventude “havia uma grande disparidade de classes em Macedo” e em termos da mentalidade das pessoas, declara que Macedo não evoluiu. Considera que de Angola trouxe muita riqueza e abertura de espírito, qualidades que ainda mantém, mas que tem dificuldade em difundir às pessoas de Macedo, pois são pessoas com pouco interesse intelectual e pouca vontade de evoluir, apesar de tudo o que passava pela vila. Lamenta que ainda hoje assim se mantenham.

No verão era costume à tarde os casais das famílias mais ricas saírem para passear no sentido do Bairro da Suécia, pois ao longo do caminho havia lameiros, freixos e hortas e a zona era muito fresca e agradável. Os pobres estavam a regar as hortas e lavavam a roupa no tanque do Prado de Cavaleiros, e os ricos passeavam aproveitando a frescura do caminho.

Lembra-se que, na infância, diariamente havia o toque das Trindades, ao fim da tarde – esta última marcava a hora de as crianças irem para casa, após brincadeiras na rua. A religião tinha à época uma forte influência na rotina diária das pessoas.

Fazia-se em Macedo o registo/cunho dos cavalos dos militares graduados, de Bragança, o que era visto como uma celebração. Todos os cavalos do concelho tinham de ser registados

em Macedo, no Prado de Cavaleiros. As crianças assistiam como se de um espetáculo se tratasse.

O Prado de Cavaleiros era o bairro onde se realizavam vários eventos na vila, por ser um dos mais antigos e mais característicos.⁷

Os bailes

Recorda-se que os bailes ocorriam no Ano Novo e Carnaval. Eram organizados na Associação de Socorros Mútuos, nos Bombeiros e também no cinema. Os responsáveis pela organização eram pessoas influentes na vila e os bailes prolongavam-se até de madrugada. Os bailes dos Bombeiros eram mais frequentados por criadas e não tanto por meninas de “boas famílias”. Contudo, os primeiros bailes no cinema eram frequentados por pessoas de uma sociedade mais mista com hábitos de outras terras mais evoluídas, mais dadas ao convívio sem olhar a distinções de classes. Corriam os anos de 1958/9.

Tal como foi o caso da D.^a Madalena Vasconcelos, as moças aprendiam a dançar muito cedo, pois não havia muitas distrações e os bailes eram momentos altos do ano. Usavam um gira-discos com uma seleção musical que ficou na memória de todos os que frequentaram os bailes: “Tango dos Barbudos”, “La Comparsita”. Dançavam-se especialmente tangos, *pasodoble* e músicas românticas, de um modo geral.

Quaresma e Páscoa

Na Páscoa eram frequentes os jogos de roda, nos quais todas as modinhas eram convidativas a que os rapazes e raparigas se aproximassem uns dos outros, fisicamente. Chegavam a juntar-se grupos de 17 ou 18 rapazes e raparigas. Estava-se na década de 60 e havia uma convivência entre os jovens de Macedo que terá marcado a liberdade que se veio a experimentar posteriormente. Estes jovens desta década terão sido os pioneiros a “desempoeirar” Macedo.

Também havia o hábito de “mandar rezar”, na Quaresma. Era um costume designado de “Reza”. Por exemplo, havia rapazes que nem se deitavam e ficavam até de madrugada à espera de ver na rua de manhã cedo os amigos e ao passar por eles diziam “Reza!” e aquele a quem era mandado rezar, tinha de oferecer uma prenda ao primeiro, ou o ramo, do Domingo de Ramos. Segundo nos disse, esta tradição levada a cabo por rapazes e raparigas por volta

⁷ Incluiu-se nos anexos um poema sobre o Prado de Cavaleiros, da autoria e gentilmente cedido pela D.^a Madalena Vasconcelos.

dos 18 anos, estava associada a alguma atração e era mais um pretexto para se falarem e se aproximarem.

Maio

No mês de Maria, maio, toda a juventude frequentava a igreja, sendo pretexto para se encontrarem e conversarem mais do que o habitual, pois havia uma permissividade maior por parte dos pais.

Verão

As verbenas organizavam-se no jardim e no antigo campo de futebol, onde se localiza hoje o Tribunal Judicial. Tratava-se de festas populares, com música e dança ao ar livre, no verão. Também se organizavam jogos de roleta com algumas características peculiares: faziam rifas e mediante o sorteio ditado pela roleta, assim o premiado recebia um objeto, muitas vezes em mau estado sendo, na sua maioria, panelas ou tachos velhos. Outro jogo frequente era o do loto, frequentado livremente por quem se concentrava no jardim. O jardim era ponto de encontro dos macedenses, especialmente nos serões de verão.

Festa/Feira de S. Pedro

Na festa de Macedo, dia 29 de junho, fazia-se uma feira no espaço normal das outras feiras do mês (na Praça das Eiras), embora fosse bastante mais rica do que as três feiras normais do mês. Comprava-se um “pretinho” ou uma imagem de S. Pedro em miniatura e oferecia-se aos amigos. Vinha uma propagandista de Mirandela que fazia “magia” com um ovo que escondia num saco e enquanto fazia o truque dizia incessantemente: “Passa o ovo!” Vinha também um rapaz de Mirandela vender pentes para os carecas. Usava o pregão “Pentes para carecas!” Foram figuras que ficaram na memória de quem as via naquela ocasião do ano. Não tem memória de festa religiosa nem de feriado municipal nesses tempos. O feriado só foi instituído pelo Presidente de Câmara, António Joaquim Ferreira (conhecido por “Pescadinha”), que exerceu esse cargo entre 1976 e 1990.

A festa/feira de S. Pedro era uma ocasião muito popular que atraía pessoas de todas as freguesias, muitas das quais só nesse dia do ano é que se viam. Havia, nessa altura, uma vida noturna muito agitada, várias casas de convívio noturno e todas eram frequentadas, consoante a condição social das pessoas.

Macedo recente – finais século XX e início século XXI

A D.^a Madalena é de opinião que Macedo ainda não encontrou a sua identidade e não se pode considerar que tenha tradições exclusivas nem costumes genuínos que contribuam para tal. Por outro lado, afirma que se pensarmos na influência dos emigrantes na comunidade à qual regressam em períodos de férias, não se pode dizer que contribuam de forma positiva com a introdução de hábitos ou costumes que enriqueçam a sua comunidade. Pelo contrário, ostentavam a riqueza que conseguiam fazer no estrangeiro, mas o seu grau de cultura e de civismo não tinham avançado nada durante o período que tinham passado em países mais desenvolvidos. Atualmente considera que é ainda mais degradante o comportamento desses macedenses: vê-se nos estabelecimentos de comércio que entram acompanhados do pai ou da mãe, velhotes que vivem na aldeia de origem, e ainda acabam por ser os pais a pagar a despesa.

Em relação às festividades da vila, declara que nada se manteve, não há convívios, nem bailes. Com nostalgia confirma que tudo se alterou para algo com menos qualidade. Faz-se agora um convívio no Sto. António, no largo do Prado de Cavaleiros que se assemelha um pouco aos bailes tradicionais.

O grupo folclórico de Macedo de Cavaleiros é o único grupo etnográfico de Macedo que poderia marcar a identidade do concelho, porque as modinhas são fruto de uma recolha na região mas, na sua opinião, o grupo perdeu a força e não atua com entusiasmo, pelo que também não passa entusiasmo a quem assiste. Contudo, reconhece que têm características da região, não só nas músicas mas também na indumentária.

Sugere que se organizem tertúlias, pois é fundamental que os conhecimentos que pessoas de outros tempos ainda detêm sejam passados a novas gerações, uma vez que, embora não se reconheça identidade na cidade, continuam sendo histórias e acontecimentos que fazem parte e contribuíram para o desenvolvimento da terra. Muitas histórias estão apenas “registadas” na memória das pessoas, e quando estas morrerem, morrerá com elas todo um manancial de um passado que, com maior ou menor intensidade, caracteriza esta terra. Concorda que cada um deve dar o seu contributo para a preservação e difusão desses conhecimentos, mas ao que parece não há quem se interesse por fazer algo nesse sentido, nomeadamente da parte dos governantes locais.

Entrevista 2

Outro entrevistado para falar das tradições e festas da cidade foi o Sr. Carlos Jorge Baptista, nascido a 22.12.1948 em Macedo de Cavaleiros. Viveu a infância e juventude também em Macedo. Completou o Ensino Básico. Viveu com os pais e irmãos, um irmão e três irmãs, sendo o Sr. Carlos o mais novo. Não chegou a conhecer avós. O Sr. Carlos trabalhou em várias áreas (escritórios, construção civil,...) até ir para a tropa. Acompanhou o pai na construção civil, entre outras atividades. No serviço militar foi paraquedista (1968). Esta opção também foi tomada como uma forma de adquirir alguma liberdade do “transmontanismo”, do isolamento a que se estava votado naquele tempo, queria conhecer o que ficava para além da Serra de Bornes. Estava preparado para ir conhecer o mundo e só lá fora é que se apercebeu da riqueza da região (Trás-os-Montes). Na convivência com indivíduos de outras zonas do país e também de outros países, outras culturas é que tomou consciência do que somos e deu conta que o mundo lá fora não correspondia, afinal, ao deslumbramento que tinha imaginado. Depois de vir da tropa, passou a fazer uma vida independente, tentou ser comerciante, mas não teve resultados. Trabalhou muito tempo na área da música, cantou e gravou vários discos, e também tem vários livros publicados. Tudo o que escreveu e publicou foi sobre Macedo. Casou em 1973 e tem dois filhos. Conheceu a esposa em Macedo, embora esta fosse oriunda de Mirandela. Entretanto divorciou-se.

Viveu na Suíça durante quatro anos, onde permaneceu mais tempo a trabalhar na restauração, mas também passou por França durante dois anos e meio trabalhando mais na área da música. As suas incursões pelo estrangeiro terminaram em 1990. Interessava-se por contactar com os autóctones, para conhecer a cultura e a comunidade onde se encontrava. Sentia-se bem aceite e não sentiu dificuldades em integrar-se.

Em termos religiosos, fez toda a catequese mas não é praticante.

Macedo em meados do século XX

O Sr. Carlos Baptista nasceu no Prado de Cavaleiros e, embora tivesse morado noutra zona da vila desde os seus seis anos, ficou sempre ligado ao Prado de Cavaleiros e era nesta zona que vinha brincar e conviver com os amigos. Esta era a zona mais emblemática da vila. Não tem conhecimento de que na vila, de um modo geral, se vivessem tradições e costumes onde não estivessem pessoas do Prado de Cavaleiros. As iniciativas recreativas partiam quase sempre deste bairro da vila. O Prado de Cavaleiros funcionava como o impulsor das atividades coletivas na vila. As festas de carnaval, as contradanças, etc., eram realizadas no Prado de Cavaleiros e na zona da estação.

Na segunda metade do século XX não havia grandes distrações, nem televisão, nem telemóveis, etc., e “sentia-se muito mais a terra do que agora, todos se conheciam uns aos outros, éramos unidos porque também éramos poucos”. Havia várias tradições que não se firmaram e talvez essas dessem a Macedo uma singularidade que não se lhe reconhece.

Os fluxos de emigração que o concelho sofreu também trouxeram algumas influências, mas essas são mais notórias nas aldeias do que na vila, propriamente. Os emigrantes que regressam sentem uma inadaptação: este já não é o mesmo país que deixaram, mas também não é a realidade a que se habituaram no país que os acolheu. Enquanto estiveram lá fora não acompanharam o desenvolvimento do país nem da região e ao regressarem não reconhecem o que encontram.

No que concerne à Igreja, o Sr. Carlos Baptista argumenta que a influência religiosa nas festividades é importante, contudo, atualmente verifica-se cada vez mais que a participação da Igreja decorre de um interesse/retorno financeiro que não dignifica a instituição.

Os bailes

As discotecas da época eram os bailes e havia três em alturas concretas que eram mais significativas: Fim de Ano, Carnaval e Páscoa. Estes bailes realizaram-se até à época da revolução de 1974. Também havia outros bailes ao longo do ano, que decorriam em baixos (garagens) particulares ou outros sítios adequados, mas não movimentavam uma organização tão estruturada nem eram tão afamados. Os três bailes atrás referidos eram organizados pela Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Macedenses (inaugurada em 1925) ou esta entidade cedia o espaço e eram particulares que organizavam os bailes. As pessoas tomavam champanhe e divertiam-se muito. O Sr. Carlos explicou-nos que havia um hábito por parte da Comissão organizadora: quando viam que um rapaz de algumas posses (porque nem todos podiam financeiramente entrar nesta brincadeira) tinha convidado uma rapariga do seu interesse para dançar, faziam-lhe um sinal com uma garrafa de champanhe. Isto era um desafio que lançavam para o rapaz comprar a garrafa e usufruir da bebida juntamente com a moça e respetivos pais, pois as meninas não iam sozinhas aos bailes. O rapaz tombava a garrafa que tinha sido colocada no chão, ao seu alcance, e esta reação do rapaz significava que aceitava o desafio. Pagava, então, a garrafa e dirigia-se à zona de *buffet* com a moça e seus pais para conversarem, conviverem e beberem. Ficámos a saber também que as moças que iam aos bailes tinham convite prévio, sem o qual os pais não autorizavam a sua ida.

Vinha gente de todo o distrito aos bailes de Macedo.⁸ Os estilos musicais mais frequentes eram tango, valsa e *slow* e alguns artistas mais conhecidos eram Marino Marini, Joselito, mas também já se ouviam músicas de Roberto Carlos. No seu livro, o Sr. Carlos descreveu assim os jovens que frequentavam os bailes daqueles tempos:

Vejo as moças aperaltadas e sorridentes que vêm ao baile, acompanhadas de perto pelas suas mães, não vá algum atrevidote dar o passo maior que a perna.

Vejo os homens vindos de todo o lado, exibindo a melhor fatiota que têm.

Nos pés uns sapatos bem cuidados, os cabelos enopados de brilhantina, deixam no ar um aroma enjoativo, emprestando-lhe mesmo assim, um ar folião. No coração, a esperança de encontrar o par que lhe aqueça a noite e, na algibeira, os parcos tostões forrados ao longo do ano para serem gastos naquelas noites com o par que lhe justifique o investimento. (Baptista 2007: 47-48).

Carnaval

Em meados do século XX já havia mascarados de Podence ou mesmo pessoas de Macedo, que se aproveitavam da máscara para exercer alguma violência sobre as pessoas, havia assaltos e muitos desacatos que eram atribuídos aos Caretos. Como tal, os Caretos não eram bem vistos na vila, por estarem associados a esses atos de vandalismo. Por norma, os Caretos que apareciam em Macedo de Cavaleiros para tomar parte em festas não eram bem recebidos e acabavam por ser expulsos.

Declara que o Carnaval era uma festividade muito pouco celebrada. Não havia qualquer atividade específica ou típica do Carnaval em Macedo. Só mais recentemente é que começou a ser festejado, em particular com o revitalizar da festa dos Caretos de Podence, estes são uma alternativa com raízes culturais mais antigas do que os festejos carnavalescos abrigados.

Quaresma e Páscoa

Na Quaresma não havia qualquer tipo de festejos. Na véspera da Páscoa, celebrava-se o “rebetamento de Judas” ou a “queima do Judas”, evento realizado no Prado de Cavaleiros e na Rua da Estação, sendo considerada uma tradição que não deveria morrer. Havia quem fizesse uma espécie de boneco de trapos com cabeça de abóbora que simbolizava Judas, depois iniciava-se a celebração às 23h do Sábado de Aleluia. Pendurava-se o Judas numa estrutura de madeira, fazia-se explodir e ardia, como castigo pela traição que praticou contra Jesus. Logo que queimassem o Judas começava o sino a tocar até que o Padre iniciasse o

⁸ Incluiu-se nos anexos um poema sobre os bailes da Associação, da autoria de Carlos Baptista publicado no seu livro *Pela Noite dos Tempos*.

compasso no Domingo. Lembra-se bem que esta era uma tradição que, embora não fosse exclusiva desta região, era muito ansiada pelas pessoas.

Jogava-se o jogo do fito ou o jogo da malha – enquanto se esperava pelo Padre, durante o compasso, os homens juntavam-se e jogavam estes jogos.⁹ Esta prática perdeu-se totalmente na vila; nas aldeias ainda se pratica embora a tendência seja também para cair em desuso. Não há quem o jogue, já não há quem se interesse.

Verão

Havia jogos de roda que eram uma forma de os jovens conviverem, de os rapazes e as raparigas se encontrarem e se darem a mais liberdades. Estes jogos constavam em cantares e dançares dos jovens, sem penalizações; também havia o jogo do cântaro, no qual um cântaro de barro era lançado de indivíduo para indivíduo ao longo da cantiga, havendo uma penalização, porquanto, logo que alguém deixasse cair o cântaro e este se partisse, o jovem que o tinha deixado cair era obrigado a comprar outro. Era frequente não haver cântaro ou panelo de substituição, pelo que o mais normal era acabar ali o jogo. Declara com melancolia que estes costumes perderam-se e nunca mais foram retomados.

Festa/Feira de S. Pedro

Nos dias de hoje o dia de feira ocorre no dia 28 de junho, no entanto a sua data normal e devida é o dia 29. A feira era, como as outras do mês, na Praça das Eiras. Antigamente não havia feriado, havia o que se podia chamar de “tolerância de ponto”, pois havia alguma permissividade por parte dos patrões para que se pudesse ir festejar o dia. Era um dia de feira normal, ouvia-se a banda filarmónica no coreto, havia mais vendedores e os louceiros que não eram presença assídua nas feiras normais do mês. Havia missa e procissão, já na década de 1950/60. No externato Trindade Coelho havia uma capela de Sto. António e no percurso da procissão o S. Pedro encontrava-se com o Sto. António. Recorda que este era um dos pontos altos da procissão.

Mais recentemente as celebrações da festa de S. Pedro são a Feira de S. Pedro que dura uma semana e as atividades dominantes são o comércio e os concertos noturnos. Nos

⁹ O Sr. Carlos Baptista esclareceu como se jogavam estes jogos: nestes jogos delimitava-se uma área onde eram colocados pinos a distâncias diferentes, lançavam-se pedras chatas em direção a um pino de cada vez - denominado de “vinte” - com a intenção de derrubá-lo e/ou deixar o fito o mais próximo possível deste pino. Só estas duas situações davam pontuação aos jogadores. O pino chamava-se “vinte” porque o jogo implicava jogadores individuais ou equipas de dois e quando alguma equipa atingia a pontuação de vinte, a contagem passava a ser “dos vinte de cima”, ou seja, mudavam de posição e passavam a jogar no sentido inverso, de lá para cá. A equipa vencedora era, naturalmente, a que mais pontuasse no tempo de jogo.

primeiros anos da Feira era esta a oportunidade que muitos macedenses tinham para conhecerem a modernidade que já corria pelo país: as tecnologias mais recentes, incluindo máquinas agrícolas, que muito interessavam às gentes do concelho.

Macedo recente – finais século XX e início século XXI

Macedo de Cavaleiros teve recentemente uma evolução muito rápida e os macedenses não estavam preparados para um fenómeno tão rápido e, por isso, na opinião do Sr. Carlos Baptista esta evolução não foi muito benéfica. Na sua opinião, os macedenses não souberam acompanhar e adaptar-se a este crescimento rápido ocorrido na década de 1990 com a implantação do Ensino Superior na vila, por exemplo. O antigo Presidente da Câmara, António Joaquim Ferreira, tinha visão e uma perfeita noção dos recursos que faltavam no concelho e na vila. Efetivamente, há várias obras e infraestruturas na cidade que são resultado da influência desse presidente: o estádio de futebol, o mercado municipal, o Ensino Superior – Instituto Piaget - também tiveram influência do mesmo, melhorias nas instalações do Hospital, do Lar da Misericórdia, do cinema, entre outros. Houve algumas instituições em que apenas lançou as bases, mas efetivamente, é a ele que se devem vários recursos que Macedo obteve durante o período em que foi presidente, incluindo as vias de comunicação às freguesias.

No seu ponto de vista, desde a Revolução de 74, a sociedade macedense mudou completamente, começaram a verificar-se certos interesses políticos que tiveram forte influência na vida pública da vila. Toda a sociedade está demasiado rodeada de maldade e de imagens de terror que ameaçam a existência da própria sociedade. As crianças já não olham os adultos com o mesmo respeito de antigamente, a educação é hoje totalmente diferente, desprovida de princípios morais. A exposição à violência afeta a sociedade desde a infância. Se fossem recuperadas algumas tradições, seríamos uma sociedade mais rica e mais equilibrada. Acrescenta que faz falta uma repescagem desse passado que daria identidade à comunidade. A vila, agora cidade, já perdeu todos esses hábitos; as aldeias estão a seguir-lhe os passos, pois as mentalidades das pessoas da aldeia também já são diferentes, já introduziram muitas alterações e novidades, como a Internet, por exemplo.

Macedo é um concelho jovem que mesmo nos dias que correm anda à procura da sua identidade. Macedo não tem nada no mercado que a identifique. Esta cidade foi em tempos conhecida pelos cereais, tendo inclusivamente a Praça dos Segadores pelo motivo seguinte: os segadores vinham de outras terras para segar as searas no concelho e juntavam-se naquele

sítio (onde hoje é a Praça com aquele nome) para fazer os ajustes com os patrões.¹⁰ Contudo, com o evoluir dos tempos e a industrialização da agricultura este costume acabou. A feira de S. Pedro chegou a ser conhecida pela “feira dos segadores”, porque era nessa altura que os segadores chegavam à vila para trabalhar.

Sobre este tema o Sr. Carlos Baptista também escreveu no seu livro a passagem seguinte:

Escuto a Praça Agostinho Valente, no fim do mês de Junho, atulhada de segadores vindos em comboios especiais das zonas de Lamego, Régua, Viseu, etc., entoando as suas cantigas, acompanhadas pelo som estridente das suas concertinas, tentando abafar com elas a saudade da família que ficou por outras paragens, esperando o seu regresso a casa, com os parcos tostões que a época sazonal das ceifas lhes permitem ganhar, enquanto esperam que algum patrão os venha contratar para a ceifa do manto loiro de trigo ou centeio, que os espera no campo. (Baptista 2007: 42).

Infelizmente, em Macedo ou por desinteresse ou por razões de força maior, foram-se perdendo as poucas coisas que podiam trazer uma singularidade e que podia caracterizá-la. As terras que nos circundam são reconhecidas por tradições que foram mantidas, veja-se Mirandela, por exemplo: a festa da Senhora do Amparo ainda hoje é uma grande romaria. Há outro aspeto do qual Mirandela tirou partido mas até de forma algo injusta: enquanto a linha de comboio só chegou a Mirandela e não avançou (até Macedo de Cavaleiros), tudo o que seguia para baixo levava o selo de Mirandela, por ser dali que partia no comboio, no entanto muitos bens partiam de outras partes do distrito. Como tal, Mirandela ficou com fama em relação a certos produtos que, afinal, não eram originalmente de lá.

Acrescenta ainda que devido ao comboio, a Rua da Estação chegou a ser das mais desenvolvidas, com mais comércio e uma das mais ricas de Macedo: era onde se localizavam os celeiros da vila e a serração de madeiras, chegou a ter GNR, Banco, posto de combustível, oficinas, etc., e deixaram perder tudo.

Sobre a chegada da linha férrea a Macedo também documenta Armando Pires: “A linha Tua-Bragança, única que atravessa o território concelhio, só entrou em serviço em 1907, após ter estacionado em Mirandela durante 20 anos.” (Pires 1963: 108).

O Sr. Carlos Baptista considerou que seria fundamental promoverem encontros ou tertúlias para se dar a saber *o que* se fazia antes e *como* se fazia, para que pudessem ser revitalizadas as tradições. Por exemplo, poder-se-ia fazer uma Páscoa à antiga, para as

¹⁰ Incluiu-se nos anexos um poema sobre a chegada dos segadores, da autoria de Carlos Baptista publicado no seu livro *Pela Noite dos Tempos*.

peças saberem como era. Na sua perspectiva, quando se fazem Feiras Medievais pelo país fora, as pessoas acorrem, porque querem saber como era, querem experimentar esse passado.

Relatou ainda que a Câmara Municipal tem promovido de há alguns anos para cá o “Encontro de Gerações” que ocorre no Santo Ambrósio e onde juntam pessoas de certa idade, levando também crianças, dos infantários ou das escolas, para socializarem uns com os outros e para trocarem experiências. É costume também estar presente a Rádio Onda Livre (rádio macedense) e fazer o programa em direto, mas o que se verifica é que nem sempre as pessoas se associam imbuídas do espírito necessário nem têm o perfil adequado. Acaba por ser um encontro que não passa disso, de uma tarde de convívio, mas não se extrai dali algo que venha a ser implementado para dar conhecimento a outros ou para divulgar a cidade.

Concluiu que a comunidade macedense guarda muitas histórias. O Sr. Carlos Baptista tem uma página na rede social *Facebook* designada “Ser Macedense é...” onde coloca fotos antigas de Macedo sobre espaços e pessoas, e publica informação sobre acontecimentos antigos, tudo fruto das suas recordações e do espólio que tem da vila/cidade. Considera que essa é a sua forma de contribuir para a preservação dessa memória de tempos passados, para que haja registos e para que os mais novos tomem conhecimento.

Entrevista 3

Considerando que os grupos folclóricos são manifestações que integram o património cultural de uma região e, em muitos casos, são um elemento identificativo de uma comunidade, entrevistou-se também um membro do Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros.

Maria da Conceição Pinto Lopes Gomes, nascida a 08.12.1962 em Macedo de Cavaleiros. Passou a infância e juventude em Macedo, onde estudou até 9.º ano. Viveu com os pais mas também foi criada em casa de uma tia, era uma família muito próxima. Eram sete irmãos, mas já só são quatro. Trabalha num negócio de família, uma loja de móveis e uma casa funerária. O negócio já vinha dos avós, que eram carpinteiros. Neste momento o negócio é gerido pela própria e por um dos irmãos. Os outros irmãos estão emigrados. Conheceu o seu marido através do Rancho, casaram em 08.12.1983 e têm dois filhos.

Como entrou muito cedo para o Rancho Folclórico, com cerca de 13/14 anos, na juventude as diversões passavam sobretudo pelo Rancho, nos dias de ensaios (uma a duas vezes por semana); organizavam sempre bailaricos quando alguém fazia anos; e já havia discoteca, pelo que o grupo também passava por lá para se divertirem. Quando era mais nova, em tempo de escola ainda, fazia os jogos normais de escola: corda, macaca, lencinho, etc. Além disso, também aprendeu cedo os trabalhos de mãos, tipicamente femininos: croché, bordados, fazer peças em malha, etc. As tarefas domésticas também faziam parte das ocupações das meninas.

É católica. Antes não havia catequese durante tanto tempo como atualmente, e quando o Bispo vinha às terras era necessário aproveitar essa visita para fazer as celebrações da catequese. Por esse motivo, fez a 1.ª Comunhão e Crisma na mesma festa. Em criança, nas procissões participava como Cruzada¹¹, e também teve uma ocasião de ir com o fato de Santa Catarina numa procissão.

No Rancho Folclórico, para onde entrou muito jovem, foi sempre “voz”, embora ainda tivesse tentado entrar nas danças, mas acabou por ficar pelo canto.

¹¹ Cruzada: “expedição empreendida pelos cristãos, na Idade Média, que tinha como objetivo libertar os lugares santos, e designadamente Jerusalém, do poder islâmico.” Informação disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cruzada> (consultado em 27 de setembro de 2016). Por esclarecimento prestado telefonicamente pela Sr.ª D.ª Nair Adelina Torrão Caldeira, 83 anos, oriunda do Lombo, catequista no Lombo e Chacim por mais de 25 anos, soubemos que as vestes de Cruzadas nesta região de Trás-os-Montes eram utilizadas nas procissões pelas crianças que frequentavam a catequese e essa prática manteve-se sensivelmente até à década de 80, fase em que esta prática começou a decair. No entanto, ainda se pratica em algumas freguesias. A Sr.ª D.ª Nair confirma que o significado desta utilização nas procissões simboliza o sentido de evangelização, sendo tema trabalhado com as crianças na catequese.

Festas em Macedo de Cavaleiros

Na noite de S. Pedro realizavam-se as verbenas no jardim municipal. As pessoas concentravam-se ali e com um gira-discos faziam o baile na rua, usufruíam do convívio à noite. Durante o dia fazia-se a feira de S. Pedro, mais rica do que as feiras normais do mês, as pessoas ofereciam umas às outras um S. Pedro, uma miniatura em loiça. Oferecia-se à família e também era pretexto para os namorados fazerem uma oferta um ao outro.

Em Macedo não havia muita tradição de festas, acabou por perdurar apenas o S. Pedro. Havia, no entanto, mais procissões do que atualmente, como do Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, que já não se realiza.

O Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros (GCER)

O Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros foi fundado em 04.10.1977 pelo Padre Manuel Inácio de Melo. Numa fase inicial o que havia era apenas um grupo coral, de igreja: Grupo Coral da Paróquia de S. Pedro. Este grupo fazia exclusivamente a animação litúrgica. Mas por uma necessidade prática acabou por se formar o Grupo Cultural e Recreativo. À época o órgão usado pelo grupo coral estava muito gasto e era necessário adquirir um novo. Então, como forma de angariar recursos financeiros para renovar o instrumento musical, o senhor Padre sugeriu apresentarem uma peça de teatro. A ideia foi acolhida com entusiasmo, mas apenas algumas das pessoas podiam participar na peça – o grupo coral era muito numeroso –, no entanto todas queriam ter um papel ativo, pelo que todos colaboravam como podiam. A referida peça foi apresentada na Casa do Povo¹², que era o salão nobre da vila com tal importância que até numa época em que a igreja sofreu obras, era na Casa do Povo que se celebrava a missa.

¹² “As casas do povo foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 23051, de 22 de Setembro de 1933. A partir do Decreto-Lei n.º 30 710, de 29 de Agosto de 1940, passaram a funcionar como instituições de previdência para o mundo rural. Reorganizadas pela Lei n.º 2144, de 29 de Maio de 1969, foram aí definidas como ‘organismos de cooperação social, dotados de personalidade jurídica, que constituem o elemento primário da organização corporativa do trabalho rural e se destinam a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais, bem como a assegurar a representação profissional dos trabalhadores e dos demais residentes na sua área’. (...) A função de representação profissional dos trabalhadores agrícolas - que havia sido cometida às casas do povo, pela primeira vez, pelo Decreto-Lei n.º 28 859, de 18 de Julho de 1936 - veio a ser-lhes retirada, após a Revolução de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 737/74, de 23 de Dezembro. (...) Foi, entretanto, publicado o Decreto-Lei n.º 4/82, de 11 de Janeiro, que reestruturou novamente as casas do povo. O legislador, (...), definiu-as como ‘pessoas colectivas de utilidade pública, de base associativa, constituídas por tempo indeterminado, com o objectivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades, especialmente as do meio rural’ (...) Considerando que elas prosseguem fins ‘de interesse para toda a comunidade’ (...), o Estado propôs-se apoiá-las e velar ‘pelo cumprimento dos seus fins através da Junta Central das Casas do Povo’. (...) A Junta Central das Casas do Povo veio a ser extinta pelo Decreto-Lei n.º 185/85, de 29 de Maio (...)”
Informação disponível em http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=1541980 (consultado em 27 de setembro de 2016)

Dado o sucesso da peça, a Direção da Casa do Povo convidou o grupo coral a alargarem o âmbito de ação de forma a abrangerem não só o teatro, mas também o folclore. Surgiu, então, a ideia de criarem um grupo de danças tendo iniciado por ser um grupo de danças de roda, após alguma recolha no concelho de Macedo de Cavaleiros, e foi sempre crescendo, foi aumentando a diversidade das danças, foram aperfeiçoando a imagem dos participantes, tendo conseguido “afirmar a identidade cultural da região e das suas gentes, sendo reconhecido não só dentro do concelho, como em diversos locais onde se tem deslocado, dentro e fora do país.” (Correia 2005: 165).

Numa fase inicial o GCER tinha várias secções: Teatro, Fotografia e Folclore. Acabou por ficar apenas o Folclore, o Rancho. As outras secções foram desativadas por falta de apoios financeiros e por indisponibilidade dos elementos. Inicialmente o INATEL tinha uma parceria muito favorável com o GCER: o INATEL agendava as apresentações em várias localidades do distrito. Isso funcionava como um incentivo muito grande para o grupo que via reconhecido e compensado o seu esforço e empenho nos ensaios e preparação das peças. Na secção de Teatro acabou por, gradualmente, deixar de haver público que justificasse o investimento. O GCER não voltou a fazer peças desde o virar do século, sensivelmente.

A secção de Fotografia funcionava sobretudo através de exposição de fotos tiradas por elementos do grupo. Esta secção não teve muito desenvolvimento.

O GCER tem danças, cantares e trajes não só de Macedo mas também das freguesias. Os trajes foram criados à imagem do que se usava antigamente, na época da formação do concelho: trajes de campo, de trabalho, de uso diário, bem como trajes domingueiros, de dias festivos, trajes de rico, de proprietários abastados e de famílias nobres. Em suma, nos trajes retrata-se a sociedade do concelho nos séculos XIX e XX. Também incluem no seu leque de trajes dois Caretos, por iniciativa dos próprios membros, já que um dos membros é oriundo de Podence.

Quando o grupo ia em representação do concelho para o exterior, fosse em Portugal ou no estrangeiro, os membros apercebiam-se que não tinham nada de muito característico das suas origens, enquanto os outros grupos tinham algo de particular: os fios de ouro; fatos garridos; etc. Os fatos da região eram sempre sombrios, ou negros ou de cores escuras. Este facto devia-se ao rigor do inverno e aos típicos trajes de trabalho, sempre de cores escuras. No Rancho têm um traje ou dois mais ricos, que confeccionaram com base no traje de famílias nobres de Macedo. A introdução dos Caretos foi forma de adicionarem um elemento específico da região e assim se destacavam dos restantes. O calçado é todo feito à mão em Cerejais, aldeia pertencente ao município de Alfândega da Fé.

Nos primeiros dois anos o traje era semelhante ao das marchas populares, todos os elementos femininos de igual: saia preta com uma tirinha de veludo ao fundo em vermelho e verde, blusa branca com umas flores e pouco mais, um traje de saia mais curta do que as que são usadas atualmente.

O grupo coral tinha cerca de 40 elementos e o grupo folclórico ainda se manteve muito tempo com cerca de 30 pessoas. Recentemente são cerca de 25, mas é difícil estarem sempre todos presentes em datas de apresentações. A dançar têm presentemente oito pares, na tocata têm um bombo, três violas, um ou dois acordeonistas, conforme disponibilidade dos elementos, uma vocalista com castanholas, quando é possível têm também outros elementos com ferrinhos, cavaquinho e pandeireta.

O grupo tem uma Direção, para a qual há eleições de a cada 2 ou 3 anos, composta por Presidente, Tesoureiro e Secretário. Mas todos colaboram com ideias e trabalho, pelo que a Direção muitas vezes funciona apenas como uma formalidade.

O grupo fez uma recolha de cantigas e danças do concelho, através de amigos e familiares, com as quais constituíram a sua discografia. As danças eram também fruto da informação recolhida, com pequenos arranjos dos membros do grupo, para não se tornarem muito repetitivas e para terem uma coreografia mais atrativa. Tentam manter apenas o que é típico do concelho, embora nas aldeias, em dias de festa, as pessoas acabem por misturar estilos de outras zonas do país. Contudo, uma dança do concelho de Macedo de Cavaleiros pode também ser dançada noutra zona de Trás-os-Montes. E há danças que o grupo reconhece como sendo do concelho, mas já aconteceu verem-nas ser apresentadas por grupos folclóricos de outras zonas do país. Isto explica-se pelo facto de algumas músicas e danças terem sido introduzidas no concelho por trabalhadores, nomeadamente segadores, oriundos de outras zonas do país. E essas manifestações culturais acabaram por se manter em Macedo, como sendo originalmente de cá. O grupo procura não alterar as letras originais e, por isso, há cantigas que têm uma duração muito curta, pois a letra tem apenas alguns versos.

Nas apresentações começam sempre por fazer alusão aos jogos de roda, típicos da Páscoa, uma vez que na Quaresma não se podia fazer nada de festivo. Era um período de grande recolhimento, nem se abriam as janelas e, por isso, na Páscoa e Pascoela é que se retomava o tempo de festas. Muitas canções são de trabalho, relativas à apanha da azeitona, à monda dos campos, às segadas e às malhadas. Têm outras alusivas a zonas de Macedo como “O Bairro da Moca”, por exemplo, que é sobre o Prado de Cavaleiros, a “Mira marouchinha” e o “Castanheiro” são também sobre a região. Quer os trajes, quer as cantigas são

“essencialmente de trabalho, já que Macedo de Cavaleiros, conhecido outrora como o concelho da foice, era essencialmente agrícola.” (Correia 2005: 165).

Quando há novos membros a integração é feita da forma seguinte: se entra uma menina é colocada a fazer par com um homem mais antigo no grupo e vice-versa, para que aprendam mais rapidamente. Raramente há novos membros para a tocata.

O grupo folclórico consegue angariar dinheiro para as suas necessidades – instrumentos, trajes, viagens, etc. – através do que ganha nas apresentações que fazem. Há casos em que fazem permutas com outros grupos, por intermédio das Câmaras Municipais, e nestes casos não há lugar a pagamento de valores. Noutros casos em que são convidados para animar festas, de freguesias ou semelhantes, recebem o valor acordado para o efeito. Para as deslocações que sejam no âmbito das permutas ou contratações efetuadas pela Câmara, essa entidade disponibiliza o autocarro gratuitamente, bem como no caso de deslocações ao estrangeiro. Noutras, de contratação diretamente com o Grupo Folclórico, a Câmara disponibiliza o autocarro mas a deslocação é paga. Os membros do GCER vão ao estrangeiro todos os anos, pois fazem parte de um Comité que organiza encontros em vários países da Europa. Há 31 anos que vão aos encontros designados por *Européades*. Recebem outros contactos e convites, mas a falta de disponibilidade dos elementos do grupo não lhes permite mais saídas.

O GCER reúne todas as sextas-feiras, para ensaios, para trocar ideias, para organizar tarefas e trabalho ou, simplesmente, para conviverem. Das reuniões fazem uma ata anual a qual também segue para a Câmara Municipal, já que esta entidade atribui ao GCER um subsídio anualmente.

O grupo ainda se mantém por gosto dos elementos, por carolice, por reconhecerem que é importante continuarem. Muitos membros do grupo atual ainda são os mesmos do tempo da formação do grupo. Este grupo deve manter-se, pela sua antiguidade e reconhecimento por parte do público. O Rancho é um elemento cultural basilar de uma comunidade, o qual contribui para a divulgação das tradições populares e usos locais. Além disso, há que realçar – com o que isso implica de positivo e negativo – que em Macedo de Cavaleiros não há qualquer outro grupo ou associação de cariz cultural. Como tal, o que é favorável é para o grupo folclórico que vem, como é o caso do subsídio da Câmara, mas também é ao grupo folclórico que é exigido serviço, em termos de animação no concelho.

O GCER sente necessidade de algum apoio no que respeita ao recrutamento de novos membros, no sentido de se divulgar a importância deste grupo para o concelho e, por consequência, de se incentivar as pessoas a experimentarem e integrarem o grupo folclórico.

2.1.2. Cortiços: tradições e festas

Cortiços é uma freguesia com uma área de cerca de 24 km² e 296 habitantes (2011)¹³ e dista cerca de 10 km da sede de concelho. O quadro 5 a seguir apresenta a população da freguesia de Cortiços.

QUADRO 5 - População da freguesia de Cortiços

População da freguesia de Cortiços													
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
523	509	559	707	690	628	665	772	878	873	525	641	458	417

Fonte: Mendes 2005: 48.

Segue-se um brevíssimo apanhado histórico sobre a freguesia:

A antiga freguesia de S. Nicolau dos Cortiços era reitoria do padroado real. Foi sede de Concelho extinto em 31 de Dezembro de 1853. Em 1755 aparece agregado à Comarca de Moncorvo; em 1839 na Comarca de Bragança, em 1852 na Comarca de Chacim a partir de 1853 é anexada ao Concelho de Macedo de Cavaleiros. (...)

É grande a valia patrimonial dos Cortiços: no património religioso regista-se a sua Igreja Matriz a capela de St.º António mandada edificar pela Família Charula (Pimentais) e adstrita ao seu Solar, também o Solar dos Mirandas tem capela anexa.

(...) Do edificado civil anterior a 1853e ainda em razoável estado de conservação está o edifício do antigo Registo Civil e o edifício da antiga Câmara Municipal. (Mendes 2005: 26, 116, 117).

A pessoa entrevistada é a proprietária do Solar dos Mirandas.

Entrevista 4

Maria Helena Silva de Sá Miranda Patrício, nascida em 13.03.1937, em Macedo de Cavaleiros. Passou a infância e juventude em Macedo até aos 27 anos, nessa altura faleceu o seu pai e, uma vez que não queria manter-se em Macedo, passou a residir nos Cortiços. Fez o Ensino Básico em Macedo de Cavaleiros; frequentou o Colégio Trindade Coelho até ao 5.º ano (antigo), tendo acabado por abandonar nessa altura por não gostar de estudar. Nunca chegou a ter qualquer profissão, pois os pais sempre tiveram criada e a D.ª Helena foi sempre habituada a estar muito por casa e a fazer os trabalhos típicos de meninas, como os bordados,

¹³ Informação disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros (consultado em 29 de março de 2016).

e outros equivalentes. Este tipo de aprendizagem já a trazia desde os cinco anos, por ter frequentado a escola infantil da D.^a Ester, onde aprendiam a ler, escrever e bordar. Casou em 1967 e teve dois filhos. Na altura do casamento, o marido já estava emigrado no Canadá e a D.^a Helena foi também com ele, tendo lá vivido durante cinco anos. Regressou aos Cortiços em 1973.

Conviveu muito com os avós maternos, residentes nos Cortiços, pois era filha única e frequentava muito a casa da avó materna. As suas diversões de infância nos longos períodos que passava em casa dos avós passavam por ir montada na burra com uma tia passear pelas hortas e pelas propriedades da família. Também observava e, por vezes, participava nas atividades de trabalho na aldeia.

Tradições e costumes dos trabalhos agrícolas

No verão vinham os segadores, oriundos da Régua, em carruagens de animais e de carga. No dia de S. Pedro os segadores chegavam a Macedo, juntavam-se na Rua Pereira Charula e sentavam-se nos passeios e os lavradores iam ao encontro deles para ajustar os termos do contrato de trabalho. Depois iam os homens fazer as segadas para os campos, preparava-se-lhes o almoço nos potes de ferro à lareira e vinha um dos segadores com uma canastra a casa dos senhores buscar a refeição. E o mesmo acontecia à noite, para cearem.

No verão a Sr.^a D.^a Maria Helena lembra-se de observar atividades como a “carreja”, que é o transporte do cereal até à eira. O cereal era cortado e apertado em molhos e depois era transportado em carros de bois até à eira. Na eira o cereal era colocado em medas com a espiga para dentro, para os pássaros não comerem o grão. Nos lameiros era cortado o feno e aí secava ao sol, vinha solto, pois não havia ainda máquinas para fazer fardos como atualmente, e era transportado até ao palheiro.

Depois seguia-se a época das malhadas: vinham as malhadeiras e o cereal era malhado (batido) para sair o grão, para se separar o grão da palha.¹⁴ Era uma tarefa que implicava a entajuda (torna-jeira) entre as pessoas da aldeia, não apenas dos proprietários do cereal ou da eira.

Também havia a atividade de “debagarem”¹⁵ o milho. Esta atividade era levada a cabo ao serão, pelas pessoas da aldeia. As vindimas eram outra atividade que mobilizava as

¹⁴ Incluiu-se nos anexos um poema sobre as mondadeiras, da autoria de Carlos Baptista publicado no seu livro *Pela Noite dos Tempos*.

¹⁵ “Debagar” é uma palavra comum usada na região para designar o ato de tirar os bagos, ainda que neste caso se aplique ao ato de tirar os grãos de milho da maçaroca.

peessoas. Ocorriam em finais de setembro e também era necessário virem os carros de bois com as dornas de madeira para transportar as uvas até aos lagares.

Na opinião da entrevistada, eram costumes bonitos, comuns a toda a região transmontana, que identificavam toda a região e não apenas esta comunidade.

Jogos tradicionais

Na escola brincava-se à corda, jogava-se à macaca, a jogos de roda, ao lencinho, ao peixinho. O jogo peixinho consistia em as crianças darem as mãos, duas a duas, e outra criança saltava por cima do corredor de braços.

Na aldeia, aos domingos os homens jogavam à malha, ou ao fito, no largo da aldeia.

Festas dos Cortiços

O orago dos Cortiços é S. Nicolau, mas a festa que se celebra nesta freguesia é a Festa da Senhora dos Prazeres, na segunda-feira de Pascoela. Esta celebração deve-se ao facto de ter havido uma epidemia de pneumónica na aldeia (cerca de 1918) e as pessoas fizeram promessa à Senhora dos Prazeres para que as curasse. Como tal, nunca mudaram a data da festa, devido à promessa feita. Na véspera há a procissão de Penitência do Senhor dos Passos e no dia seguinte todas as celebrações são dedicadas à Senhora dos Prazeres. Há missa e procissão, a qual ao passar na capela do Solar faz parar os andores à entrada da capela, o senhor Padre entra e faz uma oração e só depois continua a procissão. À noite há também arraial. Acorre pouca gente, pois não é época dos emigrantes estarem na terra e, de qualquer forma, porque vive pouca gente na aldeia sendo a maioria já idosos. Contudo, há emigrantes, dos mais antigos que tinham emigrado para o Brasil nomeadamente, que ainda vêm à terra no período da festa. Refere a Sr.^a D.^a Maria Helena que, ainda assim, não se sente uma diferença muito significativa no número de pessoas na aldeia, pois Cortiços nunca foi uma aldeia muito marcada pela emigração.

A Sr.^a D.^a Maria Helena falou também de uma atividade que ocorreu durante uma temporada (não sabe precisar bem durante quanto tempo) na sua infância: um grupo de teatro amador da aldeia que, por vezes, fazia representações de peças, no verão à noite e ao ar livre. As peças eram representadas na zona onde se localizava o cabanal da aldeia. Esta atividade era denominada de “estrelóquio” e eram grandes momentos de diversão para as pessoas da aldeia. O grupo chegou a fazer representações também em Macedo de Cavaleiros.

Cortiços hoje

Afirma com satisfação que a estação de comboio da aldeia está preservada, embora seja devido ao facto de ser habitada. A aldeia tem a estação porque era atravessada pela Linha do Tua. A escola primária, que já não serve esse propósito, está dinamizada com eventos ligados à caça. Embora estes espaços estejam preservados, considera que há pouco interesse e pouca ação do governo local, neste caso nomeadamente da Junta de Freguesia, no sentido de manter e cuidar dos espaços que são símbolos do passado. O lagar de azeite (Núcleo Museológico do Azeite “Solar dos Cortiços”), que é propriedade particular da família, está cuidado e tem manutenção regular sem quaisquer ajudas da freguesia ou do município. Doaram à freguesia o outro lagar (pertencia à família materna) a céu aberto, localizado pouco acima do largo da aldeia, e considera que também tem sido cuidado, mas desconsoladamente afirma que com o tempo também se há de deixar abandonar.

2.1.3. Chacim: tradições e festas

Chacim é uma freguesia com uma área de cerca de 19 km² e 265 habitantes (2011)¹⁶ e dista cerca de 14 km da sede de concelho. O quadro 6 a seguir apresenta a população da freguesia de Chacim.

QUADRO 6 - População da freguesia de Chacim

População da freguesia de Chacim													
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
621	637	655	749	807	694	811	908	928	1012	515	583	511	341

Fonte: Mendes 2005: 48.

Segue-se um brevíssimo apanhado histórico:

Chacim já aparece, nos começos da Monarquia, como povoação de certa importância. Era uma Paróquia, integrada na Terra de Lapaças, que tinha como orago Santa Comba. (...) sendo já Rei de Portugal D. João I (...) Chacim obteve o seu primeiro foral, dado, segundo a opinião mais generalizada e como atrás se refere, por D. Fernão Mendes Cogominho, Senhor de Chaves e decerto descendente do donatário Fernando Cogominho, por volta de 1400. (...)

D. Manuel concedeu-lhe foral novo, sem data, mas com certeza posterior a 1510, dado que no seu texto se faz referência ao de Miranda do Douro, que é daquele ano. (Pires 1990: 14-16).

A escola primária ainda funciona reunindo alunos de Chacim e de aldeias vizinhas: Malta, Olmos, Lombo e Peredo. Mesmo assim, tem apenas cerca de 15 alunos.

O nosso entrevistado é um antigo Presidente desta Junta de Freguesia.

Entrevista 5

Abrandino Manuel Fernandes, nascido em 27.03.1944, em Chacim. Passou a infância em Chacim, na juventude viveu no Porto, foi para lá para estudar, fazer a tropa e trabalhar. Fez parte do serviço militar no Porto e depois transitou para a Força Aérea. Durante o período que passou no Porto foi telefonista no extinto Colégio Brotero. Esteve em Angola cerca de três anos e regressou a Chacim, em 1972. Trabalhou na construção civil após o 25 de Abril.

¹⁶ Informação disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros. (consultado em 29 de março de 2016).

Nesta área foi sempre fácil encontrar trabalho. Há mais de 30 anos abriu um café que ainda mantém. Viveu com os pais, tinha cinco irmãos, mas já só são quatro. Estão todos no estrangeiro, sendo o único que vive em Chacim.

Conheceu todos os avós e conviveu com eles na infância. Chegou a viver com a avó materna, tendo recordações muito vivas desta avó, apesar de esta ter falecido quando o Sr. Abrandino tinha apenas quatro anos. A esposa também é de Chacim, são, aliás, primos afastados, e têm três filhos. É cristão, foi acólito, colaborou com a fábrica da Igreja, mas não fazia parte da mesma. Em tempos em que a Igreja em Chacim nem sequer tinha fabriqueira, na década de 1980, a Igreja tinha uma parede inclinada em riscos de cair para um dos lados. Foi o Sr. Abrandino que, com ajudas de outros populares, fez obras na Igreja Matriz, acrescentando-lhe um suporte lateral, substituindo o coro e o pavimento da Sacristia. Nas festas chegou a ser mordomo, na década de 1980, cargo de grande responsabilidade porque envolve não só encargos económicos, mas há que conseguir suportar as forças negativas de muitos populares da aldeia, embora os mordomos estejam a trabalhar para a festa de todos.

Sobre o contexto da emigração, o Sr. Abrandino disse-nos que Chacim foi sempre terra de emigrantes, inicialmente para o Brasil e depois para a Europa. Após a I Grande Guerra foi muita gente para França. Chacim era dominado por quatro famílias e os restantes populares tinham poucas oportunidades de trabalho. Essas pessoas que emigraram para França, quando regressaram queriam impor-se na aldeia pelo simples facto de terem dinheiro, mas essa atitude apenas lhes trouxe antipatias. Não demonstravam uma mentalidade evoluída, apesar de terem estado em países mais desenvolvidos e apenas se afirmavam pelo valor que tinham no Banco. Em virtude disso, o relacionamento com as pessoas da aldeia acabou por se deteriorar.

Festas em Chacim

Chacim sempre foi uma freguesia dada a festas. Na Casa do Povo, que esteve sempre ligada a uma colónia de naturais de Chacim radicados no Brasil, nomeadamente em Recife, foi instalada uma aparelhagem (grande inovação na terra) que animava a aldeia todos os domingos – chamavam-lhe “a peneira” devido à letra de uma das músicas do disco de abertura: “estava na peneira/estava peneirando/estava no namoro/estava namorando”. Dançavam na estrada, na rua principal. A Casa do Povo também incluía outras secções como Teatro – houve grande apoio do INATEL no agendamento de peças com companhias que vinham de outras localidades. A extinção das Casas do Povo, há cerca de 30 anos, fez terminar tudo isso, inclusivamente o apoio financeiro que advinha daí e que, em Chacim, era

aplicado na biblioteca também se perdeu. Chacim tinha cinema e uma boa biblioteca, o que era muito inovador em relação às outras aldeias do concelho.

Havia uma festa que deixou de se celebrar que era da Santíssima Trindade, cuja capela se situa entre o termo das freguesias de Chacim e Olmos, mas pertencente a Chacim. No século XX, na década de 1950 a festa era celebrada com barracas de comidas e bebidas, com missa, e com jogos populares, como o fito, a malha, entre outros. Mas, entretanto, a festa deixou de se celebrar e a Capela ficou abandonada. Depois, cerca de 1964, o Presidente da Junta da altura pediu a um pintor para restaurar o quadro/a tela frontal. Entretanto, após 1974, os populares já falavam da necessidade de recuperar a Capela. O Sr. Abrandino já era, então, o Presidente da Junta de Chacim e levou a ideia avante, com a ajuda do Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, o “Pescadinha”. Recuperou-se então a Capela. Cerca de 1980/90, por iniciativa do Sr. Amílcar Otávio, conseguiram recuperar também a festa com as devidas tradições: com os jogos populares (fito, malha, etc.) e introduziram a participação de uma Banda Filarmónica. Mas não estavam satisfeitos com as dimensões da Capela, que era pequena. Fizeram obras: construíram uma torre sineira ao lado da capela, tencionavam anexar um salão polivalente e fizeram restauro na Capela. Mas muitos populares não estavam satisfeitos com a intervenção e gestão daquele senhor e tomaram as rédeas da construção, fazendo um pequeno arruamento, mas deixando cair por terra o projeto do salão polivalente junto à torre, tendo optado por fazê-lo noutra zona onde queriam acrescentar também assadores para os dias de festa. As pessoas contribuíram com dinheiro para algumas obras mas as mesmas acabaram por não se fazer, pois “perdeu-se o tino ao dinheiro que reuniram”. Recentemente, pela mão de dois jovens da freguesia já se tem organizado outra vez a festa, nos últimos dois anos, embora ainda com muita simplicidade, apenas com missa. Tem esperança que no próximo ano se consiga fazer algo de maior visibilidade.

Acrescenta o Sr. Abrandino que, no entanto, a romaria mais importante desta zona era a da Senhora de Balsamão. Conta de forma resumida a história do Santuário: os Marianos estavam em Balsamão desde 1750, sensivelmente. O Frei Casimiro chegou a Lisboa, vindo da Polónia, cheio de promessas mas o Marquês de Pombal não deixou levar nada avante e nada do que esperava se concretizou. Acabou por ser “deportado” para Miranda do Douro, onde o Bispo João da Cruz lhe mencionou a existência dum eremitério em Balsamão. O Frei Casimiro veio para Balsamão onde implementou a Ordem dos Marianos da Imaculada Conceição (MIC). Em 1755 faleceu o Frei Casimiro, já com fama de santidade. Em 1834 os Marianos foram expulsos devido às políticas do “Mata-grades”, António Augusto de Aguiar. Mais tarde, os naturais de Chacim foram-se encarregando de manter a festa, nomeadamente os

radicados em Recife. Em 1910 as imediações do Santuário foram alienadas, vendidas em hasta pública, mas Chacim manteve a Igreja, Capelas e zonas limítrofes. Depois, por herança passou para a família Meneses Cordeiro e, em 1954, voltaram os Marianos. Contudo, esta Congregação rapidamente acabou com a festa, pois não aceitavam tais festividades, passando apenas a fazer-se as celebrações religiosas, com missa e procissão.

Chacim tem a Igreja Matriz mas também tem a Igreja da Misericórdia, embora as pessoas lhe chamem Capela da Misericórdia e antigamente, na Semana Santa fazia-se a Procissão do Enterro do Senhor, cada bairro fazia uma capela para a Via-sacra. Esta tradição perdeu-se, devido à saída do Padre da época para outra paróquia, e nunca mais foi recuperada.

A festa de Chacim, propriamente dita, é a S. Sebastião e Santa Eufémia, mas nenhum destes é o orago de Chacim. O orago desta aldeia é Santa Comba. De há algum tempo a esta parte, já tem lugar privilegiado na procissão: é o primeiro andor. A festa a S. Sebastião e Santa Eufémia fazia-se sempre no segundo domingo de setembro, pois as pessoas da aldeia já tinham conseguido realizar algum dinheiro com a Feira das Cebolas (10 de setembro). Devido à pouca população na terra, pelo facto dos emigrantes quererem estar presentes na festa e por virem apenas em agosto, acabou por se mudar a data da mesma para o segundo domingo de agosto. A Santa Comba ficou esquecida. A festa é como qualquer outra festa de aldeia: missa, procissão, a Banda Filarmónica e, à noite, o arraial com grupos musicais.

Normalmente as festas da aldeia eram acompanhadas pela Banda de Chacim, mas com a guerra colonial e a falta desses homens da terra e na Banda, acabou por se extinguir e nunca mais se recuperou. Na festa da aldeia vêm Bandas doutras localidades e as pessoas apreciam muito o concerto, que costuma ser à tarde. O Sr. Abrandino também chegou a ser mordomo da festa, na década de 80.

Reconhece que ainda se mantém o facto das pessoas se unirem em torno da festa da aldeia e os elementos das famílias que estão longe deslocam-se propositadamente para estarem presentes. Os antigos que ainda estão no Brasil, ou os filhos destes, se pensam em visitar Portugal perguntam sempre “Quando é a festa na aldeia?”, para aproveitarem esse evento.

Feiras

Mas Chacim tem ainda outras festas. A Feira de Chacim mais antiga, realizada no dia 19 de cada mês, era já do tempo de D. Dinis: “Uma feira de grandes tradições, ainda hoje famoso mercado de gados” (Pires 1963: 106). A Feira das Cebolas que ainda se mantém e se realiza no dia 10 de setembro, não era originalmente de Chacim, mas sim de Azinhoso.

Acabou por passar a realizar-se em Chacim. Lembra-se na sua infância de vir gente até de concelhos vizinhos comprar cebolas em Chacim, na referida feira. Também se realiza outra Feira no dia 19 de março, Feira de S. José. Na verdade, trata-se apenas de feiras, não festas propriamente, como se conhecem, com arraial.

Real Filatório de Chacim e Centro Interpretativo

Constitui um exemplar único da industrialização da sericicultura em Trás-os-Montes, sendo um dos poucos monumentos que testemunham esta atividade no país. O Real Filatório de Chacim data de 1788 e “está classificado como imóvel de interesse público. Trata-se de um complexo industrial de transformação e manufatura da seda, que se encontra em ruínas, e que constitui um importante exemplar da indústria de sericicultura europeia.”¹⁷

Segundo ainda nos informou o Sr. Abrandino, recentemente foi restaurado o Real Filatório de Chacim e esse restauro envolveu enormes gastos. O Centro Interpretativo¹⁸ está fechado a maior parte do tempo, embora a sua criação tenha também criado um posto de trabalho. O investimento foi feito na reabilitação do espaço, tendo sido consolidadas as ruínas e melhorada a área circundante, mas presentemente o espaço tem novamente o aspeto de um sítio abandonado. O Real Filatório era um palácio que foi criado para a Dona Maria Paz Ribeiro, amante do Rei. O palácio incluía também capela. O Sr. Abrandino contou a curiosidade de que nasceu naquele palácio o primeiro terapeuta da fala português, Jacob Rodrigues Pereira, e enveredou por essa área porque tinha uma irmã surda-muda.

Segundo Armando Pires,

No Concelho, só o fabrico das sedas logrou atingir alto nível industrial. Bornes e Chacim foram grandes produtores de casulo e, nesta última povoação, ao tempo uma vila populosa e florescente, se situou, instituída pelo governo de D. Maria I, em 13 de Outubro de 1783, uma Escola de Fiação de Seda, que inicialmente foi confiada à superior direcção do técnico piemontês Caetano Arnaud. (Pires 1963: 101)

¹⁷ Informação disponível em <http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/83/#.V-LQe8mHOVs> (consultado em 20 de julho de 2016).

¹⁸ Centro interpretativo do Real Filatório de Chacim (CIRF): local onde são facultadas informações sobre o Complexo Industrial da Real Fábrica da Seda de Chacim (CIRFSC) e sobre o espólio recolhido nas intervenções arqueológicas. Abriu em maio de 2005. Recebe visitantes com regularidade, nos quais se incluem grupos escolares, associações, autarquias e turistas, entre outros. Encontra-se aberto aos fins de semana e disponibiliza um espaço expositivo, onde os interessados podem ficar a par da história da antiga fábrica de seda, observar o espólio fruto das escavações arqueológicas e conhecer o processo de fiação Piemontesa. A Rota Europeia da Seda, o ciclo do bicho da seda e a história da sericicultura em Trás-os-Montes e do Real Filatório de Chacim são outros dos temas abordados durante a visita. – Informação disponível em <http://www.jornalnordeste.com/noticia/chacim-na-rota-da-seda> publicada em 29 de agosto de 2006 (consultado em 27 de setembro de 2016).

No reinado de D. José I, quando foi proibida a importação de sedas e brocados, em Portugal começou a fazer-se a criação do bicho da seda. E Chacim foi um dos sítios de maior produção. Aqui se instalaram os Arnauds que introduziram tecnologia italiana aperfeiçoada desde o século XIV: o moinho da seda redondo. No entanto, com uma epidemia de filoxera a produção decresceu muito e, com o declínio da indústria da seda, no século XIX, o Real Filatório deixou de laborar e acabou por morrer a indústria que estava instalada em Chacim.

Em 1871, o Concelho ainda produziu 18 584 quilogramas de casulo; mas, logo em 1875, a produção, afectada pelas doenças que então se desencadearam, caiu para 5 600 quilogramas. A partir dessa data, a indústria da seda entrou em rápida decadência até se extinguir totalmente nas últimas décadas do século que findou. (Pires 1963: 101).

Quando deixou de funcionar como indústria da seda, o espaço passou a funcionar como prisão, e quando a prisão passou para Macedo – quando este subiu a Concelho –, passou a palheiro comunitário, o qual ardeu com um incêndio em 1921 e daí resultaram apenas ruínas. Estas foram a leilão e desde aí passaram para a mão de particulares, famílias nobres.

Chacim hoje

A zona principal da aldeia é a Rua António Maria da Costa, que foi um enorme benfeitor de Chacim. Este senhor, na década de 1930, doou a Chacim uma quinta, mandou calçar as ruas da aldeia, mandou colocar água ao domicílio – coisa que a sede de concelho (Macedo) não tinha –, e doou também o seu palacete onde funcionava uma creche. Quando o Sr. Abrandino foi Presidente de Junta (entre Secretário, desde 1974, e depois Presidente, esteve à frente da Junta de Freguesia de Chacim 14 anos) também levou a cabo uma vontade que o Sr. António Maria da Costa tinha deixado em testamento, que era a de criar uma Fundação. Restaurou-se o palacete e instalou-se a Fundação António Maria da Costa que, na altura, acolhia 40 crianças da creche, 17 idosos e 7 funcionários. Hoje está tudo ao abandono e hipotecado. Na referida rua, numa altura em que foi necessário fazer arranjos na estrada e nos passeios, aproveitaram para fazer também uma pista para se jogar à malha e mesmo isso já não tem uso, não há gente.

Os jogos tradicionais que hoje estão oficializados no distrito foram iniciados em Chacim. O Sr. Abrandino era na altura Presidente da Casa do Povo e juntamente com outras pessoas, incluindo o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, levaram a cabo esse projeto de oficializar os jogos tradicionais.

É importante que cada indivíduo colabore para a preservação do património existente, material ou imaterial, por exemplo os velhos costumes de trabalhos que envolviam toda a comunidade extinguiram-se, como é o caso de todas as fases de preparação e trabalho do linho. Podiam ser criados núcleos de trabalho para dar a conhecer como se fazia esse tipo de tarefas, e dos jogos, entre tantas outras coisas, mas é necessário que o pelouro da Cultura esteja empenhado e a trabalhar no mesmo sentido. Na sua opinião, não se sente esse apoio do governo local no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Aproveitam-se os fundos comunitários para criar obra, o Sr. Abrandino reconhece que é uma realidade, mas depois não se cuida da obra, nem se dá desenvolvimento ao que foi criado ou recuperado e acaba por ser deixado ao abandono.

2.1.4. Balsamão: Santuário de Nossa Senhora de Balsamão - o Sagrado

O Convento de Balsamão é um antigo templo edificado no cabeço do Caramouro ou de Balsamão, junto do rio Azibo e da Ribeira da Veiga de Chacim. “Nessa Ermida se vem prestando culto, desde tempos imemoriais, a Nossa Senhora de Balsamão” (Pires 1963: 49).

O Santuário pertence à freguesia de Chacim e localiza-se no cimo de uma colina, rodeado de outros montes e de arvoredo. No sopé, há uma série de oito capelas com passos da Via-sacra. Do cimo do monte pode apreciar-se uma vista extraordinária, que transmite uma paz e serenidade em tudo condizentes com aquele espaço sagrado.

Balsamão! Silêncio que fala, brisa que refresca, calor que aquece, vento que sacode, perfume que inebria, fé que eleva, esperança que anima, caridade que inflama, paz que se transmite, Deus que se revela!¹⁹

O entrevistado é Pe. Basileu Pires, atual Diretor do Santuário de Balsamão.

Entrevista 6

Basileu dos Anjos Pires, nascido a 30.10.1954, em Génísio (Miranda do Douro). Passou a infância, até à 4.^a classe, em Génísio. Frequentou o Seminário em Balsamão, depois fez o 7.^o ano em Fátima, seguiu para a Universidade Católica em Lisboa, onde passou cinco anos, concluiu o Bacharelato em Teologia e depois, em Roma, onde esteve dois anos e meio, fez a Licenciatura em Pastoral Juvenil. Com estes estudos concluídos regressou a Balsamão. Estas saídas do ambiente normal enriquecem sempre as pessoas e abrem horizontes, embora esta ideia fizesse mais sentido antigamente, nomeadamente em relação às vivências no estrangeiro. Atualmente este discurso já não se aplica tanto, já que as distâncias se encurtaram.

Da infância em Génísio o Pe. Basileu tem ainda lembranças dos avós, embora poucas; dos cinco irmãos tem lembranças da convivência apenas nos períodos de férias, pois por frequentar o Seminário desde cedo ficava privado dessa convivência no período letivo. Sempre trabalhou no campo, conhece bem a dureza das tarefas agrícolas: as ceifas, as malhas, as sementeiras. Tudo ainda manualmente, sem máquinas.

Profissionalmente é sacerdote há 35 anos, tendo estado três anos em Fátima e todo o restante tempo de sacerdócio tem sido em Balsamão.

Na infância marcou-o a festa da 1.^a Comunhão. Naturalmente, foi ensinado a frequentar a missa dominical e a “guardar” o dia. Na aldeia eram sete rapazes e sete raparigas e esse dia

¹⁹ <http://marianos.pt/pastoral-do-santuario-de-balsamao/> (consultado em 20 de julho de 2016).

também era marcado pelo descanso do trabalho agrícola, pela convivência e encontros com os amigos. Nessa fase, e sobretudo na Quaresma, brincavam ao pião e à “pionça”, feita com carrinho de linhas. Era um jogo mais tipicamente de rapazes. Também brincavam com o arco, a empurrá-lo pela estrada com um pau.

A história do Santuário de Balsamão

O Santuário remonta ao século XI/XII, no período da Reconquista de Portugal aos Mouros. Esta parte da história de Portugal aqui está contada em forma de lenda: lenda da Nossa Senhora de Balsamão. Conta-se que aqui há vestígios de uma fortaleza mourisca. Há uma torre que foi reconstruída no sopé antigo e uma outra noutro lado, portanto, seria um castelo, diz-se que seria um castelo roqueiro (erguido sobre uma rocha), com as duas torres que seriam de vigia, e com muralhas. Naquele tempo, os mouros exerciam domínio sobre os cristãos das redondezas e um dos impostos que pesava era o “imposto das donzelas” que consistia no tributo da primeira noite - as noivas eram forçadas a passar a noite de núpcias com o emir. Houve um casamento, em Crasto (cerca de 18 km de Balsamão), da Teodolinda com o Casimiro, de Alfândega, e os mouros raptaram, então, a Teodolinda para cobrar o imposto. Mas o Casimiro já tinha planeado a revolta e veio-se bater em Balsamão contra o mouro.

Diz a lenda que, durante a luta, os cristãos feridos foram subitamente auxiliados por uma Senhora, vestida de enfermeira, que lhes curava as feridas com um bálsamo. Conseguem recuperar as forças, invadem o castelo, matam o mouro, recuperam Teodolinda e os soldados mouros, incapazes de continuar a luta, puseram-se em fuga, encosta abaixo, para salvarem a vida. Mas encontraram pela frente toda a população que, entretanto, tomou conhecimento da revolta dos jovens e se preparou para os ajudar. Então, os mouros sofreram uma terrível chacina que os vitimou implacavelmente – daí vem a toponímia “Chacim”. Os cristãos reconheceram na Senhora a Nossa Senhora Mãe de Jesus e denominam-na Nossa Senhora do Bálsamo na Mão – de onde se adotou Balsamão. A Teodolinda, cuja origem era Crasto, um crasto romano, passa a denominar-se de Crasto Vencede, aquele que venceu – localidade que hoje se chama Castro Vicente. A localidade de onde era o Casimiro, Alfândega, passou a chamar-se Alfândega da Fé devido à Fé manifestada nestes acontecimentos.

Os topónimos próximos estão todos ligados à lenda de Balsamão. Sabe-se também que a aldeia de Malta, que nesses tempos se chamava São Cristóvão do Monte, passou a denominar-se de Malta por lá ter estado instalada a Ordem de Malta. Balsamão pertencia a Malta. Possivelmente a Ordem de Malta esteve ligada à primeira ermida em Balsamão, no

século XII/XIII. Não se sabe como era essa primeira ermida nem as datas exatas do aparecimento da mesma. Em obras que já foram feitas deu-se conta que a construção do edifício teve várias fases, por exemplo, a parte da Igreja é mais antiga do que a parte do presbitério. Descobriu-se também pelo reboco, e por informações que os Marianos detêm em documentação própria, que a configuração da Igreja tinha sido diferente e que a atual será das primeiras décadas do século XVIII. Há vestígios que nesse século a Igreja sofreu obras de fundo que terão resultado na configuração atual. A capela-mor deverá ser do século XVI, pois durante as obras foi também encontrado um fresco que, pelas características, será desse século.

Sobre o convento propriamente dito, em 1731 veio a Balsamão um senhor formado em Direito, oriundo de Outeiro, António Pires Corcas, e ali se instalou, com a licença dos governantes locais. Juntaram-se nessa altura alguns leigos e alguns padres no monte e em 1746 foi inaugurado este eremitério com pompa e circunstância. Eram penitentes de São Francisco, uma Ordem Terceira Franciscana. Aos mesmos ficava “confiada a guarda do Santuário e a assistência aos peregrinos, vivendo em regime de estrita austeridade.” (Rodrigues 2013: 283).

Em 1754 chega a Balsamão o Frei Casimiro Wyszynski, da Ordem da Imaculada Conceição, que veio inicialmente para Lisboa por pensar ser da vontade da Coroa e da Igreja portuguesa que a congregação pudesse vir para Portugal. A Congregação era (e é) da Imaculada Conceição e agradava a sua instauração na Igreja portuguesa. Lembremos que o Rei tinha coroado a Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa como Rainha de Portugal, em 1646. Havia, por isso, desejos de que a Ordem se instalasse no país. Mas, na verdade, Frei Casimiro acabou por perceber que o convite tinha partido do Pe. António de Sousa Salazar, era um convite particular, e não da Igreja portuguesa. Este Padre tinha pretensões de fundar uma Confraria da Imaculada Conceição e queria servir-se dos Marianos para esse efeito. Frei Casimiro sentiu-se enganado em Lisboa e surge depois D. João da Cruz em seu auxílio, que até já tinha alcançado os Estatutos dos Marianos, e que sabia da existência deste eremitério. Assim, escreveu ao Bispo pedindo autorização para que o Frei Casimiro viesse para Balsamão. O Bispo consultou os Franciscanos que estavam no eremitério e eles estavam abertos a isso.

Assim, Frei Casimiro chegou a Balsamão em 6 de setembro de 1754. Não foi difícil alterar a Ordem Terceira dos Franciscanos para a Congregação dos Marianos, tendo o Frei Casimiro ficado como Superior Espiritual da mesma. O Frei Casimiro faleceu a 21.10.1755. A sua obra continuou, os Marianos continuaram até 1834, aquando da expulsão das ordens

religiosas de Portugal. A Igreja e as Capelas ficaram sob a dependência da diocese, mas o convento foi vendido em hasta pública e passou para as mãos de particulares, a família Miranda. Os Marianos voltaram para Balsamão em 1954, tendo comprado o convento por um valor quase simbólico. O convento estava em ruínas, a parte que se mantinha mais conservada pelo povo era a Igreja. Fez-se reconstrução da zona dos claustros, primeiramente e depois a parte do convento.

Em 1960 começou a funcionar o Seminário. Foram-se fazendo obras e aumentos. Esteve em funcionamento até 1982, mas os últimos anos já era como telescola. Entre 1969-73 foi construído o claustro. Em 1985 e 1994 fizeram-se obras de fundo. A partir de 1973/74 já havia uma ala reservada para hóspedes. Entre 1985-94 é que se fez a atual casa de acolhimento, para hóspedes. Atualmente, a comunidade tem quatro Padres e dois Irmãos.

Nas instalações disponíveis para alojamento de hóspedes (37 quartos) desenrolam-se também atividades culturais num salão multifunções (colóquios, simpósios e congressos). Dispõe, naturalmente, também de um refeitório, onde se pode viajar por um delicioso mundo dos sabores guardados no tempo.

Festas em Balsamão

Em Balsamão a festa costumava ser na Segunda de Pascoela, era a data mais antiga, associada a Nossa Senhora dos Prazeres, como se celebra também nos Cortiços. Depois passou, como muitas festas, para agosto, por conveniência dos populares. Era uma grande romaria. Mas depois da chegada dos Marianos, o Padre vigente teve a coragem de anular a festa profana e o arraial, tendo mantido apenas a parte religiosa. Entretanto, a data foi novamente mudada, para o terceiro domingo de maio, sendo esta a data atual. A Festa de Nossa Senhora de Balsamão não tem muita afluência, por ser apenas a festa religiosa. Tem missa e procissão, desde o fundo do cabeço até ao Santuário, e faz-se uma cerimónia da unção com um bálsamo, cerimónia típica desta festa.

Em Balsamão celebra-se também a Solenidade da Imaculada Conceição, em data fixa, naturalmente, a 8 de dezembro. É a padroeira de Portugal e dos Marianos da Imaculada Conceição. A esta festa acorrem pessoas mais ligadas à congregação e das redondezas.

Uma das festas mais significativas para a Congregação dos Marianos de Balsamão é o Dia do Frei Casimiro, habitualmente no dia 21 de outubro - dia do falecimento do Frei Casimiro -, pois a festa dos Santos celebra-se no dia em que partiram para o Pai. Esclarece o Pe. Basileu que nos tempos do Seminário celebrava-se este dia com um passeio a pé até à Serra de Bornes. Por vezes, ainda se faz o passeio e até organizam um magusto na Serra, mas

é um costume que se está a perder a pouco e pouco. Atualmente, celebra-se no domingo mais próximo dessa data, dia em que pedimos a beatificação do Frei Casimiro.

A maior festa que se celebra em Balsamão é a Festa da Misericórdia, no domingo de Pascoela. Por norma tem sido precedida da realização da *Semana da Espiritualidade sobre a Misericórdia de Deus*. Esta festa surgiu na sequência do pedido de Jesus a Santa Faustina para que se celebrasse no domingo de Pascoela a Festa da Misericórdia, da Misericórdia de Deus por nós. A esta festa acorre muita gente, incluindo de outras partes do país. Caracteriza-se por um período de confissão que precede a Eucaristia e há a graça de ganhar o alcance à Indulgência Plenária, que é a absolvição total não só das culpas pelo Sacramento, mas também das penas devidas ao pecado. Conclui-se com o Terço da Misericórdia e convívio entre os presentes.

2.1.5. Podence: Festa dos Caretos – o Profano

Podence é uma antiga freguesia com uma área de cerca de 14 km² e 250 habitantes (2011)²⁰. Tem como anexa a localidade de Azibeiro. Podence dista cerca de 11 km da sede de concelho. O orago é Nossa Senhora da Purificação, que também dá nome à Igreja Matriz, mas a festa da freguesia é dedicada a Santa Eufémia. O quadro 7 a seguir apresenta a população da freguesia de Podence.

QUADRO 7 - População da freguesia de Podence

População da freguesia de Podence													
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
507	526	592	336	575	504	489	523	598	580	630	424	394	357

Fonte: Mendes 2005: 48.

O entrevistado é o autor da Dissertação de Mestrado em Arte e Património intitulada “Caretos de Podence: história, património e turismo”, apresentada à Universidade de Coimbra em 2015.

Entrevista 7

Luís Filipe Rodrigues da Costa, nascido em 19.10.1985, em Podence, Macedo de Cavaleiros. Passou a infância e juventude em Podence, embora tivesse estudado em Macedo e em Bragança até terminar o 12.º ano de escolaridade, e, em Coimbra, na Universidade. Vive com os pais e tem dois irmãos. Conviveu com os avôs, embora já tenham falecido ambos, e ainda convive com as avós, pois ainda são vivas. É solteiro. Não fez os estudos de forma contínua por contingências de âmbito profissional. Enquanto estudante viveu cinco meses em Barcelona, no âmbito de um programa de intercâmbio de estudantes. Esteve em Malta quatro meses, no período de estágio final de Licenciatura, na área de hotelaria/turismo. Posteriormente, já em trabalho esteve três meses no sul de França, em seguida também trabalhou durante um mês e meio na *Disneyland* Paris, e depois regressou a Coimbra para continuar os estudos, para fazer o Mestrado. O interregno no estrangeiro durou pouco mais de

²⁰ Informação disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros (consultado em 29 de março de 2016).

um ano. Não sente dificuldade em encontrar trabalho, desde logo porque a família tem um negócio próprio onde o Luís é um elemento fundamental: os pais são proprietários de um restaurante e alojamento de Turismo Rural em Podence, desde 2007. É também formador numa Escola de Formação Profissional, em Bragança, embora esta ocupação tenha sido um pouco mais difícil de alcançar. A oferta é pouca, pois as entidades formadoras têm falta de financiamento e não abrem muita oferta formativa; a procura, por parte de alunos também é pouca, pois há menos crianças e conseqüentemente menos jovens; e, por fim, os formadores disponíveis são muitos e sente muita concorrência de colegas com mais experiência formativa, por serem mais velhos nas mesmas funções. Tem o cargo de Tesoureiro na Associação Grupo de Caretos de Podence, e ainda é artesão, já que faz máscaras de couro e lata. É também empreendedor, pois tem um projeto para um parque de campismo na aldeia, o qual aguarda aprovação.

Tradições e festas em Podence

Serrar das Velhas

Havia uma festividade que se chamava “serrar das velhas”, e ocorria exatamente a meio do período de Quaresma, simbolizando também o serrar ao meio este período de penitência e recolhimento. Assim, este costume abria uma exceção, funcionava como uma espécie de pequeno intervalo de festa, no período de jejum, reflexão e expiação. Constava no seguinte: na noite que marcava o meio do período da Quaresma, um grupo de crianças e jovens ia de casa em casa, nomeadamente a casa das pessoas mais idosas, munidos de serras ou serrotes e com paus ou uma tábua e iam serrando, como se estivessem a fazer esse gesto à própria “velha”. Acompanhavam este ato de versos em rima, com sentido pejorativo, indicando que iam serrar a velha para lhe dar uma nova utilidade, como por exemplo um móvel de cozinha, ou um banco de madeira, ou qualquer outro utensílio. Naturalmente, as idosas não gostavam e muitas vezes lançavam baldes de água pela janela. As crianças e os jovens acabavam a fugir pela aldeia e este era o gozo deste costume: fazer a “traquinice” e ter de fugir da represália. Por outro lado, também havia idosas que não se importavam e até davam doces e guloseimas ao grupo. Este costume é muito antigo, já vem do século XVIII, mas caiu em desuso na década de 1990, já que não há quem mostre interesse em recuperar este hábito.

Na década de 1990, verificou-se um grande declínio deste tipo de festividades, pois a globalização veio alterar completamente os interesses das pessoas; a melhoria das vias de comunicação e a facilitada circulação para qualquer lado, incluindo estrangeiro, vieram

afastar as pessoas das suas origens, onde praticavam esses costumes; a explosão de novos espaços e novas formas de divertimento em qualquer vila ou aldeia vieram desviar a atenção e o foco das pessoas dos hábitos que tinham até essa época. Até ali as festas eram fixadas pelo calendário e as pessoas aguardavam ansiosamente que essas datas chegassem. Mas a partir dessa época qualquer dia ou noite era uma data para celebrar e havia sempre um espaço e pessoas com quem conviver. Como tal, essa década fez cair muitos costumes seculares em desuso, pois, entretanto, já “não estavam na moda” e até era “piroso” celebrá-los.

Presentemente, verifica-se o movimento oposto, há uma necessidade de recuperar todas essas tradições e é um pouco isso que está a acontecer com os Caretos. Esta tradição teve um movimento que, infelizmente, não aconteceu com o costume de “serrar as velhas”, por exemplo.

Jogos tradicionais

Os jogos que Luís Costa conhece são os típicos de escola, onde a própria instituição promovia os jogos colocando no chão as marcações para o jogo da macaca, por exemplo. Também em Podence se jogava a malha e o fito e eram jogos que se faziam de forma espontânea em frente à Associação dos Caretos. Contudo, também estes já não se praticam.

No dia da Festa de Santa Eufémia ainda se fazem jogos tradicionais, como as corridas de sacos, o jogo de apanhar a maçã num tabuleiro de água, o jogo da “cagada da vaca”. Este jogo consiste no seguinte: é um jogo de aposta que se faz no campo de futebol da aldeia. A vaca é previamente bem alimentada. Divide-se o campo em parcelas pequenas e numeradas. É nesses números que as pessoas vão fazer as suas apostas. A vaca vai andando por aquele espaço, que está devidamente vedado, e o quadrado/número onde a vaca deixar dejetos é o número do vencedor. O apostador que arriscou nesse número ganha uma quantia de dinheiro que, habitualmente e por tradição, oferece à Associação de Melhoramentos de Festas e Feiras, entidade organizadora da Festa de Santa Eufémia, para as despesas da mesma.

Charolo

Os responsáveis por esta tradição são as mesmas pessoas que organizaram a festa do ano vigente. Antes eram os mordomos das festas (tinham que ser homens solteiros) que faziam cumprir esta tradição. Agora, na falta de solteiros, é a já referida Associação de Melhoramentos de Festas e Feiras que organiza estas atividades. Esta Associação esteve em funcionamento durante 23 anos (desde 1980 até 2003), tendo depois sofrido um interregno de 11 anos de inatividade. Foi reabilitada em 2014.

No dia de Natal faz-se um bolo típico, a rosca. Reúnem-se todas as roscas feitas pelas pessoas da aldeia e dispõem-se num charolo - uma espécie de andor - e depois são leiloadas no adro da Igreja. O valor angariado reverte para a festa. Além disso, também na época do Natal, mais concretamente no dia 26 de dezembro, organiza-se um jantar-convívio, cujo retorno financeiro reverte igualmente para a festa. Caso haja quem não possa vir ao jantar, por idade avançada, doença ou outra incapacidade física, é-lhe levada a refeição a casa. Denota-se aqui uma preocupação em envolver toda a comunidade nas atividades levadas a cabo na freguesia.

Festa de Santa Eufémia

Ocorre no terceiro domingo de agosto, abrangendo todo o fim de semana e a segunda-feira seguinte. O Luís foi mordomo desta festa em 2006 (ou 2008, não tem bem presente esta data). Este cargo é de grande responsabilidade e é igualmente muito trabalhoso, por terem de programar um ano inteiro de atividades para se concretizarem num fim de semana de festa. Considera que o papel de mordomo é uma espécie de ritual de passagem para a idade adulta, pois envolve uma elevada capacidade de organização - das atividades ao longo do ano - e um elevado grau de responsabilidade - pelos valores monetários que têm de gerir e pelos quais têm de prestar contas, posteriormente. Realça ainda que o papel dos mordomos ao longo dos tempos tem sido fundamental na manutenção de certas tradições, pois a pretexto de angariarem dinheiro para as festas das aldeias, acabam por fazer perdurar hábitos, jogos e costumes que, de outra forma, talvez estivessem há muito esquecidos.

A Festa de Santa Eufémia é uma festa típica de aldeia, com componente religiosa e outra mais popular. Tem missa e procissão onde seguem os andores enfeitados. À tarde há animações com os referidos jogos tradicionais, se os organizadores da festa assim tiverem organizado, há barracas de “comes e bebes”, música nas ruas e o convívio entre as pessoas presentes. À noite decorre o arraial com grupos musicais.

Noutros tempos os mordomos, e agora a Associação de Melhoramentos de Festas e Feiras, ao longo do ano vão angariando fundos para esta festa principal na aldeia e organizam sardinhas, convívios, bailes, torneios de jogos (sueca, futebol, etc.), magustos, jantares-convívio, cantares de Reis, e outras atividades com as quais possam reunir dinheiro para as despesas da festa. Em Podence realiza-se uma feira mensal, no segundo domingo de cada mês, e antigamente os rendimentos (pelo arrendamento de terrado) da feira no mês de agosto também revertiam para a festa de Santa Eufémia. Nos restantes domingos/feiras do ano, o

valor pertencia à Fábrica da Igreja. Atualmente, tudo o que se relaciona com a feira mensal está integrado na já referida Associação.

Os Caretos

Os Caretos não são exclusivos de Podence, há Caretos por toda a região transmontana e na zona geograficamente homóloga na vizinha Espanha, embora tenham especificidades próprias. Mesmo no concelho de Macedo de Cavaleiros havia Caretos noutras freguesias, como Vilarinho de Agrochão, Arcas, Ferreira, entre outras. Os mascarados são figuras típicas por todo o Nordeste Transmontano, embora cada freguesia tenha particularidades próprias e até datas de festejos distintas no calendário que vão desde a passagem de ano, o Dia de Reis, o Santo Estêvão (26 de dezembro) e outros ocorrem no Carnaval, como é o caso de Podence. Embora as origens sejam as mesmas, o que se verifica é que se vão alterando alguns elementos na forma de vestir, na própria máscara – nuns sítios é de couro, noutros de lata – o que permite que cada grupo de Caretos seja único. Apesar de haver vários grupos de mascarados no Nordeste Transmontano e em Espanha, cada grupo tem uma singularidade própria que o distingue dos outros. Em muitos locais os Caretos são as figuras que saem à rua em várias épocas do ano com a finalidade de fazerem peditórios para angariar dinheiro para a festa da aldeia a que pertencem. É uma figura profana e pré-cristã que é usada ao serviço do santo padroeiro da terra, ao serviço de uma festa religiosa católica. Em Podence isso não acontece, mas reconhece-se que esta colagem dos Caretos e dos mascarados às festas religiosas constitui um aspeto fundamental para que estas figuras tivessem perdurado ao longo dos tempos.

O Grupo de Caretos de Podence, formado em 1985, agora com sede na Casa do Careto (inaugurada em 2004), é a entidade responsável por organizar as atividades levadas a cabo pelo próprio grupo, o qual presentemente é constituído por cerca de 20 elementos. Naturalmente, a atividade principal é o Entrudo Chocalheiro, no Carnaval. Quando há a presença de naturais da terra que estão emigrados, os quais, aliás fazem questão de vir propositadamente ao Entrudo na aldeia, nota-se alguma crítica em relação a toda a popularidade e à grande exposição que a festa tem atualmente. Ao contrário do que seria de esperar, são esses emigrantes que parecem ser um pouco “fundamentalistas” e que queriam manter a tradição tal como ela era, quando apenas se celebrava *na* aldeia e *para* a aldeia. Não são muito favoráveis a toda esta nova escalada nacional (e internacional) que os Caretos, entretanto, alcançaram. No entanto, os elementos do grupo que não emigraram e que se preocupam em manter as tradições vivas na aldeia, aproveitaram sabiamente este fenómeno

em que os Caretos se tornaram, para proveito da aldeia e para rentabilizar negócios. Todo este mediatismo que os Caretos têm vindo a alcançar traz turistas à aldeia e ao concelho, pelo que são uma mais-valia para a economia da região.

Nos anos 70 e 80 no Carnaval vinham a Podence algumas dezenas de antropólogos, sociólogos, historiadores, e pessoas de outras áreas do saber para assistir à festa, para fotografar e para registar a tradição. Isto fez a diferença, marcou a importância dos Caretos neste rol de festas antigas e incentivou o próprio grupo que interpreta as figuras a investirem mais nesta celebração. Num período anterior não havia público, aliás, nem atores, devido às Guerras Coloniais, ao êxodo rural e à emigração, que roubava os jovens à aldeia. Por esse motivo a tradição perdeu força, mas desde a vinda de estudiosos para registar a festa que estava moribunda e em vias de desaparecimento, como aconteceu com todas as outras equivalentes no concelho, a tradição começou gradualmente a recuperar o seu vigor, a ganhar nome e popularidade.

A festa dos Caretos era originalmente um ritual de passagem para a idade adulta. Os jovens saem à rua mascarados, fazem diabruras e tropelias próprias dos jovens, e, após isso, simbolicamente, passam a ser adultos. O objetivo do Careto era apanhar raparigas solteiras para as poder chocalhar – “com um jogo de cintura, fazer embater os chocalhos nas nádegas das mulheres” (Costa 2015: 44). Este ato permitia uma aproximação física entre rapazes e raparigas que, antigamente, era absolutamente impedido noutros períodos do ano devido à ordem social e aos costumes morais que tinham de respeitar.

O fato do Careto é feito a partir de retalhos e reaproveitamentos de fios de lã, cosidos em serapilheira e, por isso, podem ter uma paleta de cores vasta e variada. Verifica-se contudo, a predominância do amarelo, verde e vermelho. O adereço fundamental do fato é o cinto de couro onde se prendem chocalhos. O rosto vai escondido por uma máscara de formas rudes e assustadoras, cujo propósito é ocultar a identidade do diabrete. Da indumentária faz ainda parte uma bengala ou um cajado para elevar os saltos e para roubar fumeiro pelas casas das vítimas. Juntam-se em grupos e correm pela aldeia a aterrorizar os populares e a fazer diabruras, nomeadamente a trepar às varandas em busca das raparigas solteiras, ou a invadir as adegas dos populares para saciar a sede (Costa 2015: 45,46). No período de carnaval “ninguém leva a mal” e tudo é permitido ao Careto. Com o fato vestido e a máscara colocada o Careto assume uma outra personalidade e fica possuído por uma energia rara.

Luís Costa ainda esclarece que antigamente o Entrudo não se festejava nos quatro dias como agora são assinalados. Antes, os Caretos saíam à rua antes do Carnaval, porque o objetivo era apanhar as pessoas desprevenidas e assustá-las. De qualquer forma, os dias fortes

eram Domingo Magro, Domingo Gordo e dia de Carnaval. No virar do século, Macedo de Cavaleiros celebrava o Carnaval com influências brasileiras como, de resto, se vê em muitas outras localidades do país. Mas esse tipo de festa acabou por não ser acolhido pelos populares com entusiasmo suficiente para se manter. O Município viu que havia um Carnaval que se destacava pela diferença, pela originalidade, por ser genuíno e que se localizava tão perto da cidade, e tomou a iniciativa de fundir as festividades de Carnaval em Macedo de Cavaleiros com as de Podence e atualmente já sai apenas um cartaz da festa com as festividades anunciadas em Macedo e Podence, sem sobreposições, mas numa conjugação proveitosa. Há 30/40 anos Macedo era uma vila que não tolerava os Caretos por provocarem desacatos e fazerem tropelias. Atualmente os Caretos são sempre bem-vindos, aliás, são convidados a estar presentes nos mais diversos eventos, porque agora há um retorno económico evidente. Os Caretos já fazem parte da imagem distintiva do Concelho. Verifica-se que a influência da festa dos Caretos em Macedo de Cavaleiros está a intensificar-se quando, por exemplo, há dois anos o desfile de Carnaval das escolas tinha por tema precisamente os Caretos – as crianças produziram os seus próprios fatos de carnaval, à semelhança dos fatos dos Caretos e estavam muito orgulhosas disso. Esta geração já não vai ter medo nem vai repudiar os Caretos, como acontecia com as duas gerações anteriores a esta. Os Caretos são hoje um elemento etnográfico incontornável no concelho de Macedo de Cavaleiros, com projeção não só à escala nacional, mas também internacional. Pode dizer-se que os Caretos já não simbolizam apenas Podence, nem o concelho de Macedo de Cavaleiros, mas são um símbolo de Trás-os-Montes.

Os Caretos, pelo facto de se terem adaptado ao mudar dos tempos, de terem conseguido alcançar visibilidade, conseguiram também salvar-se do abandono e do esquecimento. Porém, há muito património, nomeadamente material, que está votado ao abandono por falta de interesse das pessoas, por falta de lhes ser dada uma nova utilidade, enfim, por falta de uma adaptação às exigências do século XXI. Todavia, verifica-se uma vontade crescente de recuperar várias tradições, recorre-se aos escritos que os antropólogos e sociólogos, como Sebastião Pessanha e António Penelo Tiza, por exemplo (Costa 2015: 4), registaram na segunda metade do século XX, pois já nessa época se sentia essa preocupação e, com base nesses registos tentam recuperar e legitimar esses usos e costumes.

Sobre este tema, considera-se importante acrescentar mais informação, nomeadamente que a Festa de Carnaval dos Caretos de Podence detém o número de inventário

PROC/0000000027 no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, do qual se cita uma pequena parte da caracterização desta festividade:

Hoje também as crianças participam no ritual, mascaradas de “facanitos” que assumem o papel de aprendizes dos caretos, e, em função do “empoderamento” da mulher na sociedade portuguesa, há uma cada vez mais consentida participação das raparigas. Os protagonistas da festa, por imperativos demográficos, são também maioritariamente emigrantes e migrantes, sendo este um momento do ano que promove a reunião familiar e vicinal, gerando sentimentos de pertença cultural e territorial. A festa é neste sentido promotora de um diálogo intergeracional, que tem permitido a sua transmissão e fortalecido a sua continuidade.²¹

Esta necessidade de cristalizar as tradições, de protegê-las e de divulgá-las, é materializada, neste caso concreto, pela Candidatura da Festa de Carnaval dos Caretos de Podence a Património Imaterial da Humanidade, a qual deverá ser consumada em 2017. Pretende-se, assim, obter o devido reconhecimento e a classificação de uma manifestação cultural como Património Imaterial da Humanidade. Dizer que os Caretos são um símbolo de Trás-os-Montes é pouco. Basta lembrar que em dezembro de 2015, nas comemorações da transferência da administração portuguesa de Macau para a China, este grupo esteve presente em representação de Portugal, por convite endereçado pelo Governo de Macau.²²

²¹ <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=461> (consultado em 06 de julho de 2016).

²² Informação disponível em <http://www.noticiasdonordeste.pt/2015/10/caretos-de-podence-vaoo-representar.html>, notícia divulgada em outubro de 2015. (consultado em 06 de julho de 2016).

Após este registo da informação obtida através de entrevistas pessoais a residentes de Macedo de Cavaleiros, Cortiços, Chacim e Podence, sem esquecer o registo sobre o património religioso de Balsamão, faz-se a análise das entrevistas no capítulo seguinte, de forma a justificar e interligar estes testemunhos com os aspetos explorados nesse capítulo.

Dá-se, assim, seguimento a este estudo com um último capítulo intitulado “Património Cultural Imaterial e turismo cultural”. As festividades, tradições e costumes antigos, ainda vivos ou não, são património imaterial que nos últimos tempos tem sido uma ferramenta habilmente usada pelo município para promover o concelho e atrair turistas. Mas em Macedo de Cavaleiros, entretanto, surgiram outras festividades e celebrações, das quais se dá conta mais pormenorizadamente também no capítulo seguinte.

Capítulo IV – Património Cultural Imaterial e turismo cultural

Quando ingressaremos no culto do passado, sem o qual não há a compreensão do presente nem a formação do espírito da finalidade rática que marca o triunfo característico de um povo no futuro?...
(Alves 1981: 251).

1. A preservação do Património Cultural Imaterial na cidade e no concelho de Macedo de Cavaleiros

Neste capítulo questiona-se de que forma está a ser preservado (ou não) o Património Cultural Imaterial na cidade de Macedo de Cavaleiros, bem como se este PCI pode ser usado como atração turística, como forma de dinamização e projeção da cidade em termos turísticos. Questiona-se ainda qual tem sido o papel da Autarquia, das Associações ou outros organismos responsáveis e dos próprios residentes no sentido de identificar, preservar e difundir este tipo de património.

Se se tiver em conta as respostas das entrevistas levadas a cabo com esta investigação, verifica-se que algumas tradições e costumes estão perdidos de forma irreparável, como é o caso dos bailes que se faziam na Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Macedenses (organizados pela mesma ou por particulares); as verbenas de verão, os jogos de roda e os jogos tipicamente masculinos (malha, fito). Poderão/deverão ser dados a conhecer às gerações mais novas se houver algum evento no qual os referidos costumes se manifestem sob a forma de uma encenação, com o intuito de mostrar como era/se fazia noutros tempos. No entanto, a modernidade a que estamos expostos não deixa espaço para que estes costumes regressem e ocorram de forma natural.

Verifica-se do mesmo modo que nas freguesias para as quais foi alargado o presente estudo há um desinteresse generalizado pelos símbolos do passado, mas curiosamente aqui esse desinteresse distingue-se mais em relação ao património material e arquitetónico. Alguns espaços importantes na área do património e que foram lugares nobres na aldeia estão agora destinados ao abandono. Não obstante, aparentemente, as festas e costumes antigos da aldeia, continuam a ser um chamariz para os naturais regressarem às origens em ocasiões específicas. Como é de prever, não se pode afirmar que estes eventos tenham a mesma capacidade de atração de outros tempos, já que, de um modo geral, as pessoas desenvolveram outros focos de interesse, têm vidas mais ocupadas e a um ritmo mais acelerado que nem sempre permite intervalar para fazer a visita à terra.

Porém, tem-se verificado, de há alguns anos a esta parte, uma tentativa de recuperação de algumas tradições religiosas na cidade, bem como da componente festiva das mesmas, nomeadamente na época dos Santos Populares: desde 2010 e por iniciativa do grupo de Jovens MIC (grupo que comunga do carisma dos Marianos da Imaculada Conceição) nos dias dos Santos Populares, em concreto no dia de Santo António e dia de São Pedro, este grupo organiza uma sardinhada, precedida de uma missa no Lar da Santa Casa da Misericórdia, e seguida de baile no Prado de Cavaleiros. Esta iniciativa procura não só celebrar o dia santo, mas também desta forma dinamizar aquele bairro que em tempos era o epicentro das festividades da vila e recentemente está um pouco votado ao esquecimento. Também na Semana Santa a paróquia organiza a encenação da Via-sacra, a qual tem tido, de há algum tempo a esta parte, o apoio do referido grupo de Jovens MIC, atraindo cada vez mais participantes.

Na aldeia de Chacim, por exemplo, a festa da Santíssima Trindade tem sido revigorada a pouco e pouco. Nos Cortiços, o motivo que levou à definição da data de realização da festa da aldeia é honrado com rigor, não havendo complacência com as conveniências dos naturais da aldeia que estão a residir fora da mesma. E em Podence, a revitalização dos Caretos tem sido um ícone desta necessidade atual de manter elos com as tradições ancestrais.

Estes eventos denotam essa necessidade de reviver o passado, cativando cada vez mais pessoas sedentas dessas experiências que avivam a memória coletiva desta comunidade. Donizete Rodrigues refere que “(...) a memória coletiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo.” (Rodrigues 2012: 49). Como já se mencionou, na teoria de Maurice Halbwachs não temos memórias nem lembranças completas se não estivermos alinhados com um pensamento coletivo (Halbwachs 1990: 34), pois só desse modo é possível fazer a reconstrução do passado que foi necessariamente um tempo partilhado com outros e integrado numa estrutura social. Retomando Maria Assunção Chagas, “a memória social e o Património defendem um mesmo raciocínio, de que os objectos culturais são o ponto de ligação para que a memória dos antepassados nunca se perca.” (Chagas 2014: 8). Também Guilherme d’Oliveira Martins valoriza a importância da memória na preservação do passado e na sua ligação com a vida presente quando declara que “O presente das coisas passadas é a memória; o presente das coisas presentes é a vida e o presente das coisas futuras é a espera.” (Martins 2009: 35).

Assim, ao cristalizar as tradições por via de um revivalismo anual, estamos a criar raízes no espaço ao qual pertencemos e a criar laços duradouros com a comunidade na qual nos

integramos. Esta memória coletiva faz de cada um de nós transmissores de valores e de cultura, somos intermediários entre gerações.

Quando verificamos o interesse crescente que os meios rurais atribuem às questões do património, ou que determinados ideólogos e profissionais da patrimonialização consagram ao património rural e à descoberta de novos bens e campos patrimoniais, quase somos levados a pensar que os meios rurais descobriram agora que têm um património valioso a preservar. Mas que descoberta é essa afinal? Donde vem esta inflação, este uso excessivo, do termo património? O que o torna símbolo principal das identidades colectivas? A resposta a estas questões é estruturada à volta de três processos: o processo de transformação recente do mundo rural; o processo de histeria patrimonial; e o processo de procura de um espírito de lugar. (Peixoto 2002: 2).

De facto, as alterações que todas as regiões maioritariamente rurais têm sofrido, desde há várias décadas – êxodo rural, envelhecimento da população, modernização das práticas agrícolas, falta de oportunidades de emprego, desaparecimento de práticas sociais coletivas, desenvolvimento acelerado da globalização – têm produzido efeitos devastadores naquele mundo bucólico e gracioso que povoa as memórias do passado. Uma leira de terra que se herda e que se transmite aos filhos já não tem o valor de outros tempos. Perdeu-se a ligação telúrica que era, simultaneamente, uma ligação geracional e um vínculo patrimonial. Perde-se, do mesmo modo, a continuidade cultural. Perante tal fatalidade, a sociedade procura conservar pedaços do passado, porque, tal como exprime Carlos Mendes,

o passado é um lenitivo suave ao alcance da maioria, proporcionando-lhe consolo, alimentando a nostalgia de um mundo melhor e ergue-se como refúgio de verdades e certezas (...) A juventude actual ansiosa de consumir e devorar, por inteiro, o presente no momento em que é percebido, incapaz de relacionar coisa com coisa, desvinculado do ontem e do amanhã, vive com o fio perdido, no meio deste paradoxo dos tempos actuais, com o sentimento de nostalgia. Por isso, mais que noutros momentos, recorre-se à história, aparecendo no imaginário popular, o património histórico com tábua salvadora, entendendo-se o passado como o ingrediente necessário ao sentido de identidade. (Mendes 2005: 89, 90).

Sem um conhecimento histórico, a comunidade não encontra elementos comuns que lhe permitam ter a noção de identidade e de pertença. Ainda que determinadas tradições e costumes já não se pratiquem, a difusão dos mesmos entre todos os membros da comunidade possibilita a consciência de paridade e relação. Segundo Pereiro Pérez, “Podemos afirmar que o património cultural é uma expressão da cultura dos grupos humanos que recupera memórias, ritualiza sociabilidades, selecciona bens culturais e transmite legados para o futuro.” (Pereiro Pérez 2006: 25).

Assim, tal como os entrevistados deste estudo referem, é de primordial importância a difusão dos costumes e tradições do passado às gerações do hoje e às do amanhã, para que se

reconheça uma identidade e um elo geracional entre as mesmas. De acordo com Virgolino Jorge, “O futuro do património depende do presente do património.” (Jorge 2005: 49).

Para uma mais sólida implementação deste sentido de identidade, considera-se que a difusão dos costumes e tradições não tem de ser limitada aos residentes e/ou naturais da cidade ou do concelho de Macedo de Cavaleiros, mas pode ser expandida a todo e qualquer visitante, curioso, estudioso, interessado, profissional ou turista. Trata-se, afinal, de mobilizar uma dinâmica cultural da região para que esta se transforme na atração turística do território. Fala-se, portanto, de turismo cultural, uma vertente do turismo que se dedica aos aspetos etnográficos, festividades, trajes, cantos, danças, gastronomia e artesanato.

De seguida ilustra-se de que forma o PCI pode ser utilizado como chamariz turístico.

2. A utilização do Património Cultural Imaterial como forma de projeção da cidade e do concelho, em termos turísticos

De acordo com Carlos Mendes, o concelho de Macedo de Cavaleiros está naturalmente dotado das ferramentas necessárias para ser um destino turístico de excelência:

O Concelho de Macedo de Cavaleiros integra-se geograficamente numa área invejável pela sua riqueza em valores paisagísticos florísticos e faunísticos assim como pela existência de uma actividade humana que ainda subsiste em equilíbrio com estes recursos. (...)

É neste segmento de mercado e nas suas múltiplas valências de oferta, património, identidade cultural e natureza, que o Concelho de Macedo de Cavaleiros poderá apostar. (Mendes 2005: 140).

O turismo, de um modo geral, é uma indústria em ascensão há vários anos e manifesta a necessidade de descobrir e divulgar produtos e serviços distintivos. Em particular no caso do concelho de Macedo de Cavaleiros, vamos referir-nos à vertente do turismo designada por turismo cultural. Nas palavras de Eliane Pires, esta vertente de turismo compreende uma panóplia de aspetos: arte, música, dança, gastronomia típica, folclore, artesanato, arquitetura tradicional, património arquitetónico, igrejas, ritos religiosos, procissões e festas religiosas, agricultura tradicional e desenvolvimento científico (Pires 2004: 36, 37). Cabe às entidades responsáveis e aos residentes saber identificar, preservar e divulgar o património que possui nessas áreas, a fim de promover a região e poder garantir para si uma opinião favorável dos próprios e por parte dos demais visitantes. Deste modo, será viável a melhoria da qualidade de vida dos membros da comunidade, a preservação e sustentabilidade do património e a transmissão do mesmo como valioso legado para as gerações futuras.

Neste campo há que reconhecer que o município de Macedo de Cavaleiros tem sido empreendedor e tem sabido aproveitar e apoiar os projetos que surgem, embora alguns deles tenham curta duração. O município promove uma diversidade de eventos que são referências no calendário turístico, oferecendo uma programação cultural distribuída por todo o ano. O Centro Cultural (inaugurado em 2004) recebe companhias de teatro de várias partes do país, bem como é palco de exposições de pintura, escultura, fotografia e coleções museológicas variadas, do mesmo modo também oferece à população vários espetáculos de música e dança. No Centro Cultural também decorrem ao longo do ano vários Seminários, Colóquios, Jornadas, *Workshops* das mais diversas áreas do saber. Os equipamentos disponíveis na cidade e nas freguesias são dinamizados de forma a satisfazerem as exigências da comunidade e dos turistas. Este ponto de vista pode ter uma conotação negativa porque dá-se o caso de se encenarem manifestações culturais supostamente genuínas, mas que não passam de eventos para consumo turístico. Não obstante, a verdade é que, em simultâneo, “Esse é o lado positivo (da perspectiva da cultura indígena) da mercantilização do turismo, já que, em muitos casos, é o interesse pelas culturas locais que ajuda a sustentar, e até mesmo a recuperar, as práticas culturais tradicionais.” (Pires 2004: 37).

Expõe-se na tabela seguinte as festividades e celebrações que estão em plena atividade, não só na cidade mas também em freguesias do concelho, e que são assiduamente divulgadas na agenda cultural do município.

TABELA 2 – Elencagem de eventos no concelho de Macedo de Cavaleiros, com apoio da Câmara Municipal

Festividade/Feira/Evento	Localidade	Data de realização
Feira da Caça e Turismo	Macedo de Cavaleiros	último fim de semana de janeiro
Festejos de Carnaval (Entrudo Chocalheiro)	Podence; Macedo de Cavaleiros	fevereiro
Rural Arcas	Arcas	fevereiro
Festival de Tunas	Macedo de Cavaleiros	abril/maio
Feira do Folar	Vilarinho de Agrochão	fim de semana de Ramos

Macedo Mostra	Macedo de Cavaleiros	bienal em maio
Jornadas da Primavera	Macedo de Cavaleiros	maio
Feira da Agricultura de Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros	maio
Feira de São Pedro ²³	Macedo de Cavaleiros	junho
Festa das Ceifas e Malhadas	Morais	julho
Festa Transmontana do Emigrante	Macedo de Cavaleiros	agosto
Festas religiosas	inúmeras freguesias	agosto
Campeonato Nacional de Voleibol de Praia	Macedo de Cavaleiros (PPAA)	agosto
Feira de Antiguidades e Velharias	Macedo de Cavaleiros	agosto
Festival Internacional de Música Tradicional	Macedo de Cavaleiros	primeiro fim-de-semana de setembro
Feira das Cebolas	Chacim	setembro
Feira do Azeite e do Figo	Lombo	outubro
Feira do Azeite e da Caça	Macedo de Cavaleiros	bienal em outubro
Feira da Castanha	Corujas	novembro
Festividades de Natal e fogueiras	Macedo de Cavaleiros; inúmeras freguesias	dezembro
Macedo - Cidade Natal	Macedo de Cavaleiros	dezembro
Festas de Fim d'Ano	Macedo de Cavaleiros	dezembro/janeiro

Fonte: página oficial da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Nas palavras de Paulo Peixoto, “As ‘tradições’ e os ‘produtos típicos’ são recursos centrais das estratégias de desenvolvimento urbano apostadas em fomentar o mercado do lazer e do turismo histórico e patrimonial e em promover a difusão de novas imagens.” (Peixoto 2002: 10). Aparentemente, a estratégia do Município centra-se em aliar a genuinidade de que o território dispõe às potencialidades turísticas do mesmo. Contudo, é

²³ A Feira de S. Pedro começou por realizar-se com a designação de “Feira Empresarial”, no ano de 1983. Foi também neste ano que foi implementado o feriado municipal, a 29 de junho.

necessário sempre ter em conta a integridade do património e os seus valores agregados. Para tal, relembram-se os argumentos de Elsa Peralta Silva:

Não podemos negar que o relacionamento entre património e turismo se instalou de forma definitiva. (...) O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem. (Silva 2000: 221).

É importante que este processo de patrimonialização para efeitos turísticos apele à participação de todos os agentes envolvidos – públicos, privados, comunidades – e que seja proveitoso para todos. A descentralização e envolvimento dos membros da comunidade são os elementos-chave para o sucesso desta operação. Este tipo de alternativas inovadoras de destinos turísticos, devido à menos comum localização dos mesmos, tem acolhido simpatias, não só de um ponto de vista economicista, mas também social:

(...) há que louvar a estratégia do turismo cultural que várias entidades públicas ou privadas cuidam energeticamente de incentivar, entre outras razões por constituir um excelente meio de angariação de riqueza para a nação e, conseqüentemente, de elevação do nível de vida dos cidadãos. Sem dúvida, nos últimos anos, esta modalidade turística tem vindo a afirmar-se cada vez mais no panorama interno, formando, incontestavelmente, uma alternativa viável ao turismo convencional de praia, dinamizando áreas como o Interior de Portugal, desprovido da beleza do mar. (Luís 2012: 15).

Mas se, por um lado, há quem veja estas iniciativas com bons olhos, também se encontram vozes discordantes, ou no mínimo, menos crentes no contributo desinteressado dos agentes implicados em todo o processo:

O entendimento que parece haver, entre “peritos”, “interessados” e “decisores” (sobretudo autárquicos) sobre o processo de candidatura [a Património Imaterial da Humanidade], e sobre a noção de “património imaterial”, é que a classificação do “património imaterial” é um instrumento que duplica a classificação do “património material” e que, portanto, o principal interesse de uma “tradição popular” está nas potencialidades políticas e económicas que advêm da sua classificação. Patrimonializada, imaginam, uma tradição permite colocar no mapa do turismo cultural internacional uma localidade ou região particular, reforçar o processo de auto-legitimação da autoridade discursiva do “perito” e a popularidade do “decisor”. (Ramos 2004: 73).

Independentemente da intenção e (des)interesse com que esta missão é executada, a verdade é que a ligação entre património cultural e turismo é um atrativo para nacionais e estrangeiros cada vez mais bem-sucedido. Os visitantes, além do conhecimento histórico, procuram experienciar o ambiente regional em contacto com o povo nas suas variadas manifestações. Esta é, aliás, uma das bandeiras das entidades que procuram obter

classificações do património com chancela da UNESCO. À luz da mais recente legislação que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, o Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto de 2015, a qual veio rever e atualizar o anterior Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho, dá-se destaque ao

carácter eminentemente participativo do ‘Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial’, do que decorre que a iniciativa da proteção legal de uma manifestação de património cultural imaterial deve resultar do envolvimento ativo das comunidades, dos grupos e dos indivíduos que se constituem como os respetivos detentores. (Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4.8.2015: 5362).

Este Decreto-Lei vem também definir o conceito de “património cultural imaterial”:

Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por ‘património cultural imaterial’ as manifestações culturais expressas em práticas, representações, conhecimentos e aptidões, de carácter tradicional, independentemente da sua origem popular ou erudita, que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural, e que, sendo transmitidas de geração em geração, são constantemente recriadas pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade coletiva. (Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4.8.2015: 5363, Art.º 1º, n.º 2).

O concelho de Macedo de Cavaleiros conta já com um registo no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*: a Festa de Carnaval dos Caretos de Podence. Este passo é condição indispensável para se poder avançar com uma candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade, conforme instituído pela *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, realizada pela UNESCO em 2003. Em todo o caso, o território está, desde setembro de 2014, classificado pela UNESCO, integrando a rede global de geoparques (RGG), cuja missão é:

influenciar, encorajar e ajudar as sociedades locais em todo o mundo a conservar a integridade e a diversidade da natureza abiótica e biótica, para garantir que qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e sustentável, e para apoiar o desenvolvimento económico e cultural das comunidades locais, através da valorização da sua identidade e património único. Destina-se a aumentar o valor desses sítios e, ao mesmo tempo, criar emprego e promover o desenvolvimento económico regional e local.²⁴

O Geopark Terras de Cavaleiros coincide com os limites do concelho, e portanto, a “valorização da sua identidade e património único” aplica-se também à região que temos vindo a tratar. Esta entidade e a respetiva classificação contribuem intensamente para a promoção turística do concelho, tendo como objetivo concorrer para o desenvolvimento

²⁴ http://www.europeangeoparks.org/?page_id=633&lang=pt (consultado em 06 de julho de 2016).

sustentável da área envolvida, manter inalteradas as suas características naturais e a genuinidade das gentes. Os responsáveis pelo Geopark também defendem que a "identidade cultural é evidenciada pela preservação de tradições, das riquezas da gastronomia, dos produtos regionais e das memórias do povo".²⁵

Todavia, em termos de património natural, o concelho estava desde logo identificado como excecional quando a Albufeira do Azibo ganhou o estatuto de Paisagem Protegida. Tal criação ficou estabelecida pelo Decreto Regulamentar n.º 13/99 de 3 de agosto, 1999, o qual define a área da seguinte forma:

A albufeira do Azibo e as zonas envolventes constituem ainda um repositório de vegetação natural de importância nacional, para além do interesse de ordem faunística, traduzido na ocorrência de espécies ameaçadas e com estatuto de protecção. (...) Constitui ainda um espaço privilegiado para a promoção das actividades tradicionais, para além da salvaguarda e valorização do património natural e cultural. (Decreto Regulamentar n.º 13/99 de 3 de agosto 1999: 5025).

Não será exagero atribuir a grande projeção da pequena cidade na primeira década do século XXI à Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA), uma mais-valia ambiental existente desde a construção da barragem, entre 1980 e 1982, e que veio demonstrar a possibilidade do Homem intervir no Meio sem o destruir e potenciando-o como local turístico de eleição, apresentando duas áreas balneares fluviais sucessivamente galardoadas com a Bandeira Azul: Praia da Fraga da Pegada e Praia da Ribeira. É um dos locais mais visitados em todo o Nordeste Transmontano, oferecendo uma panóplia de atividades: observação de aves, percursos pedestres sinalizados (também adequados para BTT), prática de desportos náuticos não motorizados, fotografia ou, simplesmente a fruição das praias limpas.²⁶ Além disso, é de realçar a integração da PPAA na REDE NATURA 2000 – uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação de diretivas europeias.²⁷ A PPAA não integra apenas a REDE NATURA 2000 mas, por via desta classificação, faz também parte da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica, cuja candidatura foi

²⁵ <http://www.geoparkterrasdecavaleiros.com/pt-pt/content/cultura> (consultado em 06 de julho de 2016).

²⁶ <http://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/337> (consultado em 20 de julho de 2016).

²⁷ A REDE NATURA 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro de 2009 - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Informação disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/RN2000-intro> (consultado em 20 de dezembro de 2013).

apresentada pelo Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET (Zamora, Salamanca, Nordeste Transmontano) à UNESCO e aprovada em 2015.²⁸

Mas então, se o concelho está tão bem lançado no que concerne ao tema da patrimonialização – natural, geológica, cultural – e na conseqüente atração turística, por que motivo continua a verificar-se um esvaziamento das povoações? Por que continua a ser uma área com elevado número de população envelhecida? Por que continua a ser um concelho com baixos índices de desenvolvimento?

3. Impedimentos ao bom desenvolvimento da cidade e do concelho de Macedo de Cavaleiros

Relembrando mais uma vez as informações obtidas com a componente prática do presente estudo, parece que as freguesias analisadas apresentam mais queixas de inércia, por parte das entidades responsáveis, relativamente ao património material do que propriamente ao património imaterial. Em Chacim, o Sr. Abrandino Fernandes afirmara que as ruínas do Real Filatório de Chacim foram recuperadas e foi criado o Centro Interpretativo, contudo o espaço estava mais vezes fechado do que em funcionamento, embora se tivesse criado um posto de trabalho com esse equipamento. Constatou com satisfação que há um aproveitamento dos fundos monetários para a realização de obra, efetivamente, mas lamenta que não haja à posteriori um acompanhamento e uma dinamização que dê continuidade e utilidade ao investimento efetuado que, sem dúvida, valoriza a freguesia, o concelho e a região. Nos Cortiços, A D.^a Maria Helena Patrício reconheceu o aproveitamento da antiga escola primária para atividade da área cinegética, uma área que é um grande atrativo da região, embora esteja sujeita à sazonalidade. Mas realçou também o despovoamento e o envelhecimento da aldeia, por via da falta de empreendedorismo que atraia os naturais a manterem-se ou a regressarem, no caso dos que procuraram melhores condições de vida noutros destinos. Em Podence, a revitalização dos Caretos e potencial classificação a Património Imaterial da Humanidade, trouxe uma elevação da autoestima e uma rentabilização comercial invulgar à aldeia, mas também está sujeita à sazonalidade da festa.

²⁸ <http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/463/unesco-reconhece-reserva-da-biosfera-transfronteirica-meseta-iberica> (consultado em 10 de abril de 2016).

No campo do património material, o entrevistado Luís Costa realçou o abandono a que está votada a Capela de Santa Rita (do século XVII), a qual funciona atualmente como palheiro de um particular.

Pelas entrevistas realizadas verifica-se que a cidade de Macedo de Cavaleiros não preservou as tradições e costumes de antanho, tal como aconteceu nas freguesias de Cortiços, Chacim, Podence, por exemplo. Macedo de Cavaleiros é uma cidade que vive um pouco à custa do êxodo de que sofrem as suas freguesias, mas essa população acaba por não criar raízes na cidade, mantendo sempre um elo forte à sua aldeia natal. É lá que vão praticar os costumes e tradições herdadas. E, além disso, a cidade não tem infraestruturas nem capacidade para dar resposta às necessidades de emprego expressas pela população e, por isso, estes migrantes não aumentam o número de população residente na cidade.

Impõe-se a criação de infraestruturas atrativas e a baixo custo para as empresas se instalarem e criarem novos postos de trabalho. Naturalmente, esta medida não pode ser implementada apenas pelo município, sendo necessário o apoio da administração central. Além disso, é crucial que o Estado compense adequadamente os técnicos e quadros superiores que queiram arriscar a sorte na região e, em concreto, no concelho. A educação e a saúde são áreas basilares para o bom desenvolvimento de qualquer região. Verificando-se nestas áreas uma estrutura sólida, será mais atrativa a região e mais suscetível de cativar profissionais que se estabeleçam e dinamizem os espaços. Como em tantas localidades do interior já tem acontecido, é também recomendável que em Macedo haja incentivos monetários aos casais para se fixarem e terem filhos, e assim possam contribuir para o crescimento da população. A interioridade continua a fazer vítimas e é impreterível combatê-la.

Nas palavras de Armando Pires, a respeito da situação da vila de Macedo até meados do século XX:

Macedo de Cavaleiros era, assim, o núcleo onde naturalmente se cruzavam as comunicações de toda a região bragançana, ponto de convergência das suas linhas de entrada e de saída, o que lhe prometia, por autêntico imperativo geográfico, um afortunado e largo futuro. (Pires 1963: 118).

A cidade não mudou a sua localização, todavia o “afortunado e largo futuro” teima em não chegar. Os acessos rodoviários estão atualmente modernizados e a permitir uma mais fácil mobilidade de pessoas e bens; mas o comboio não voltou, a linha férrea não foi reabilitada, nem sequer para fins turísticos, e a estação de caminho de ferro está ao abandono.

De acordo com Carlos Mendes, “O concelho de Macedo de Cavaleiros tem condições e particularidades únicas de oferta turística para se tornar um destino de excelência. Assim haja vontade e determinação.” (Mendes 2005: 173). Tem sido esta, indubitavelmente, a aposta do município, com “vontade e determinação”. E para um harmonioso desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades turísticas que o concelho apresenta, é indispensável criar uma imagem de marca/identidade do território, uma imagem associada à qualidade nos produtos que oferece, nos serviços que presta e nos eventos que promove. É inegável que a criação da PPAA e a classificação do Geopark Terras de Cavaleiros têm contribuído para o reconhecimento do território a nível nacional e internacional. É também visível que existe uma identidade cultural transmontana, da qual os macedenses partilham, naturalmente. Dir-se-ia, assim, que falta somente cumprir a obrigação e atender à necessidade de preservar os traços essenciais de identidade local e criar condições para a sua manifestação, para que, deste modo, seja possível fixar a memória de vivências e desenvolver um sentimento de pertença. Contudo, tal será apenas viável com a intervenção de cada cidadão na comunidade para a construção do destino coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi identificar o PCI da cidade e de algumas freguesias do concelho de Macedo de Cavaleiros e verificar se esse legado é um símbolo da identidade das suas gentes. Foi também objetivo secundário sensibilizar as entidades e cidadãos para a necessária preservação do PCI e para a possibilidade do seu aproveitamento com a finalidade de dinamizar e projetar o território, em termos turísticos.

Em jeito de conclusão, há que reconhecer antes de mais, as limitações que este trabalho revela. A amplitude do tema permite e merece um estudo alargado a todo o concelho e, conseqüentemente, resultados mais abrangentes, mais profícuos e reveladores da realidade deste território. Na impossibilidade de o fazer, cingiu-se este estudo a três freguesias significativas na história antiga e recente do concelho, por razões distintas e já elucidadas.

O concelho de Macedo de Cavaleiros localiza-se numa das regiões do país com menor índice de desenvolvimento, vítima das barreiras naturais, primeiro, e das barreiras políticas e económicas, depois. Os custos da interioridade continuam a ser elevadíssimos: o êxodo rural, a emigração, a falta de empreendimentos industriais e de serviços e a conseqüente falta de postos de trabalho estão entre os principais carrascos. O esvaziamento de gentes que se verifica, de um modo geral, em todo o território tem um severo impacto na cultura, nas vivências, no desenvolvimento de toda a região. Assiste-se à transformação do concelho o que, necessariamente, contribui para o desaparecimento das tradições, dos saberes e dos costumes da cultura local. São notórias as fragilidades da comunidade, em especial nos símbolos da sua identidade, já que estes concorrem para o fortalecimento do sentimento de pertença e do reconhecimento dum coletivo social.

É imperioso contrariar esta tendência e manter a fidelidade às origens, às raízes, aos valores e tradições ancestrais que nos moldaram e fizeram de nós quem somos. Felizmente, hoje em dia verifica-se um revivalismo necessário de costumes, festas e tradições, para que as pessoas saibam de onde vêm, quem são e para onde vão.

Com este trabalho procurou-se dar um contributo para o enriquecimento dos estudos sobre o PCI de Macedo de Cavaleiros recuperando tradições e costumes ainda guardados na memória coletiva dos entrevistados. Alguns costumes mencionados não são específicos da região transmontana, como é o caso dos jogos tipicamente masculinos – malha e fito – ou dos jogos de roda e do cântaro, tratando-se de jogos populares conhecidos e outrora praticados em várias zonas do país. O mesmo acontece com a festividade da Quaresma, a “queima do

Judas”, que também é ou era praticada noutras regiões do país. Por isso, pode afirmar-se que estes não correspondem a marcas distintivas da região, nem do concelho.

Após análise das informações reunidas através das entrevistas, verifica-se que, de acordo com as opiniões dos entrevistados, a cidade de Macedo de Cavaleiros não preservou as tradições e costumes como aconteceu em algumas freguesias vizinhas. Concretamente no que concerne ao património imaterial da mesma, a ideia salientada nesta investigação foi que a cidade não soube preservar esse património de que dispunha enquanto foi vila. As festividades de verão, os costumes do período de Quaresma e Páscoa, e os famosos “bailes da Associação”, bem como os jogos feitos em comunidade (malha, fito, jogos de roda), são memórias de um passado que, embora não seja assim tão longínquo, já não reúne condições para ser retomado na sua plenitude. Ressuscitar os referidos costumes seria algo pouco natural e que só fará algum sentido num contexto específico de revivalismo do passado. Como sustenta Pires Cabral, “As coisas – tradições, usos e costumes – têm um ciclo vital que lhes é próprio: nascem de uma necessidade, duram enquanto a necessidade dura e extinguem-se com ela.” (Cabral 1991: 24). Faz-se a ressalva, contudo, de que nas aldeias, este tipo de costumes e jogos, em especial em dias de festa, é algo que ainda acontece naturalmente, sem ser forçado para consumo turístico.

Macedo de Cavaleiros tem de se socorrer intensamente das freguesias que compõem o concelho para sentir que tem uma identidade. A cidade identifica-se com os costumes das freguesias que, afinal, são um espelho daquilo que a cidade já teve também, embora com uma roupagem diferente. As feiras e festas ao padroeiro também ocorriam em Macedo de Cavaleiros, mas sempre com um carácter generalista, e foi esse fator que não permitiu que resistissem ao mudar dos tempos. Assim como na época em que Macedo era uma quinta e subitamente subiu a sede de concelho, tendo sofrido, num curto espaço de tempo, profundas alterações para merecer esse privilégio, também nas últimas décadas do século XX Macedo sofreu alterações muito bruscas e velozes, devido à modernidade que se instalou a passo acelerado. Ainda Macedo de Cavaleiros não tinha definido bem “quem era” e já estava na altura de mudar.

Não há indícios de existir, portanto, uma base sólida que unifique ou caracterize os macedenses, naturais da vila/cidade. Aparentemente, desenvolveu-se para se transformar numa cidade desprovida de tradições, expressões de vida, conhecimentos e aptidões que constituem a cultura e a identidade de uma comunidade e do espaço onde reside.

Se há, todavia, lugar a uma mudança, a mesma tem de passar pela intervenção e vontade dos populares, pela natureza dos macedenses. É caso para relembrarmos as palavras de

Armando Pires, quando diz que ao longo do século passado Macedo de Cavaleiros mostrou ser uma terra dotada de um espírito bairrista, vivo e operoso, espírito esse que é necessário manter e estimular, se o que se pretende é continuar a fazer um caminho com sucesso (Pires 1963: 128, 129).

E esta minha caminhada termina aqui, convicta de que concluí apenas uma etapa, pois o caminho que se pode fazer na área do PCI é longo, enriquecedor e merece ser tratado com espírito “vivo e operoso”. Este trabalho deixa sugestões de caminhos paralelos a tratar nesta área de saber e nesta zona do país: os trabalhos agrícolas e sua componente comunitária; as lendas que deram origem a alguns topónimos no concelho; o percurso da seda ou o percurso do linho no concelho; os pauliteiros de Salselas; o artesanato tradicional do concelho; os regionalismos; entre outros.

Espera-se que as classificações atribuídas pela UNESCO de que o concelho já é detentor, juntamente com as que ainda almeja alcançar, sejam motivação e atrativo para que mais visitantes venham visitar e, quem sabe, optem por se estabelecer no território. Se não ficarem convencidos a aceitar este desafio pelas feiras e festas, poderão sempre escolher um roteiro de natureza (PPAA, Via Ciclável do Azibo, Trilho Quercus, *Birdwatching*), geológico (Monte de Morais, Rota Geológica, Percurso Pedestre Geológico), arqueológico (Jornadas da Primavera, Museu Municipal de Arqueologia), gastronómico (Rota Gastronómica do Javali, Festival Gastronómico do Grelo), religioso (Santuário de Santo Ambrósio, Museu Religioso de Balsamão, Museu de Arte Sacra) ou cultural (Casa do Careto, Real Filatório de Chacim, Núcleo Museológico do Azeite “Solar dos Cortiços”, Museu Rural de Salselas, Festival de Folclore), entre outros. A oferta é variada. Haja vontade de usufruir de um território com paisagens inebriantes e de conhecer as suas gentes hospitaleiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A.A. Marques *etal.* (1998): *O Património Local e Regional – Subsídios para um Trabalho Transdisciplinar*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Alves, Francisco M. (1981): *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Os Fidalgos*. Tomo VI. Bragança: Tipografia Académica.

Alves, Francisco M. (1987): *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte*. Bragança: Tipografia Académica. Tomo X.

Araújo, Maria Paula Nascimento e Santos, Myrian Sepúlveda (2007): “História, memória e esquecimento: Implicações políticas”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 79. Coimbra: Centro de Estudos Sociais: 95 – 111.

Araújo, Matilde Rosa, *etal.* (1997): *Macedo de Cavaleiros*. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Baptista, Carlos (2007): *Pela Noite dos Tempos*. Leiria: ColorEstúdio, Artes Gráficas Lda.

Barbosa, Pedro Gomes e Mendes, Carlos Santos (2006): *De Macedo a Macedo de Cavaleiros (via Aljubarrota) – a figura de Martim Gonçalves de Macedo*. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Beça, Berta (1988): “S.O.S. pelas Riquezas Culturais Transmontanas”. In: *Brigantia*, vol. VIII, n.º 1-2. Bragança: 83-90.

Braga, Teófilo (1985): *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Vols. I e II.

Cabral, A.M. Pires (1991): *Os Arredores do Paraíso: Crónicas de Grijó*. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Coleção «Voz do Nordeste».

Cardoso, Manuel (2005): *Macedo Rua a Rua*. Vila Real: Minerva Transmontana, Tipografia Lda.

Cachadinha, Manuela (2013): “As Histórias de Vida na Investigação em Educação e Interculturalidade”. In: *Escritas Privadas, da Mobilidade e da Guerra*. Monção: Câmara Municipal de Monção: 333-354. DVD. Coordenadores: Henriques Rodrigues, Ernesto Português.

Carvalho, Eduardo (1982): “Considerações sobre o turismo em Trás-os-Montes”. In: *Brigantia*, vol II, n.º 2/3 Abril/Setembro. Bragança: 273-275.

Chaves, Luíz (1944): *Terras Portuguesas – Trás-os-Montes, n.º 10*. (S. 1.): Shell Portuguesa S.A.R.L.

Choay, Françoise (2010): *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, Lda.

___(2011): *As Questões do Património: Antologia Para Um Combate*. Lisboa: Edições 70, Lda.

Correia, Rui (2005): *Dicionário Enciclopédico do Folclore Português*. Curvos: Gráfica Vilaverdense – Artes Gráficas Lda. (Coord.)

Costa, Luís Filipe Rodrigues da (2015): *Caretos de Podence: História, Património e Turismo*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Arte e Património.

Cravo, António (2000): *Os Pauliteiros de Salselas*. Bragança: Tip. Arte Gráfica Brigantina.

Dias, Jorge (1990): *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Vols. I e II: *Temas Portugueses*.

Dias, Jorge (1990): *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Vol. I: *Temas Portugueses*.

___(1997): *Dicionário Enciclopédico das Freguesias Bragança – Guarda – Vila Real*. Porto: Edições ASA, S.A. 3.º vol.

Diniz, Maria Augusta (1993): *As Fadas Não Foram à Escola*. Porto: Edições ASA.

Dussaud, Georges (1984): *Trás-os-Montes – Textos Miguel Torga*. Paris: L'Equinoxe.

Ferreira, Joaquim Alves (1999): *Literatura Popular de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Vila Real: [Minerva Transmontana, Tipografia Lda].

Fontes, António Lourenço (1993): “Festas e Refeições Rituais em Trás-os-Montes”. In: *Revista de Guimarães*, n.º 103. Guimarães: Universidade do Minho/Centro de Estudos do Património: 101-107.

Fortuna, Carlos (2012): “Património, Turismo e Emoção”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 97. Coimbra: Centro de Estudos Sociais: 23-40.

Gonçalves, João (1981): *Retalhos da Vida Transmontana*. Izedá: [Tipografia da Escola Profissional de Santo António].

Graça, Natália Maria (2000): *Formas do Sagrado e do Profano na Tradição Popular*. Lisboa: Edições Colibri.

Halbwachs, Maurice (1990): *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice – Editora Revista dos Tribunais Ltda.

Jorge, Virgolino Ferreira (2005): *Cultura e Património*. Lisboa: Edições Colibri.

Leal, João (2009): “O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspectiva histórica”. In: *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits: 289 – 295. Paulo Ferreira Costa (Coord.).

Lucas, António Manuel Rolo (1985): *A Cultura e o Futuro na Terra Quente Transmontana*. (S. l.): Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

Luís, Alexandre António da Costa (2012): “Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural”. In: *UBImuseum: Revista on-line do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 1. Covilhã: Universidade da Beira Interior: 9 - 16.

Martins, Guilherme d’Oliveira (2009): *Património, Herança e Memória – A Cultura como Criação*. Lisboa: Gradiva.

Martins, Júlio de Sousa (1987): *Levantamento Cultural: Exemplos e Sugestões*. Aveiro: Livraria Estante Editora.

Mendes, Carlos Alberto Santos (2005): *Macedo de Cavaleiros – Cultura, Património e Turismo (Contributos para um programa integrado)*. Vila Real: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Monteiro, José Rodrigues (2002): “Notas sobre o III Congresso... Um Reino Maravilhoso?”. In: *Brigantia*, vol. XXII, n.º 3-4. Bragança: 3-12.

Morais, Maria da Assunção Anes (2007): *Entre quem é! – Tradições de Trás-os-Montes e Alto Douro no Diário de Miguel Torga*. Coimbra: Pé de Página Editores.

Nobre, Sílvia; Baptista, Alberto; Portela, José (2003): “Idosos agricultores em Trás-os-Montes – Modos de vida, razões de permanência em meio rural”. In: *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora: 323 – 336. Portela, J. e Castro Caldas, J. (orgs.).

Pacheco, Hélder (1985): *Portugal – Património Cultural Popular – o ambiente dos Homens*. Porto: Areal Editores.

Pacheco, Hélder (1987): *Rostos da Gente – Escritos sobre Património Cultural e Outras Histórias*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

Parafita, Alexandre (1999): *A Comunicação e a Literatura Popular*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

Parafita, Alexandre (2007): *Património Imaterial do Douro – Narrações Orais*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro. Vol. I.

Parafita, Alexandre e Fernandes, Isaura (2007): *Os Provérbios e a Cultura Popular. A Ética e a Estética da Vivência Rural*. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro, S.A.

Peixoto, Paulo (2002): “Os meios rurais e a descoberta do património”. In: *Publicações do Centro de Estudos Sociais*, n.º 175. Coimbra: Oficina do CES: 1-18.

Pereiro Pérez, Xerardo (2003): “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”. In: *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora: 231-247. Portela, J. e Castro Caldas, J. (orgs.).

Pereiro Pérez, Xerardo (2006): “Património Cultural: o casamento entre património e cultura”. In: *ADRA Revista do Museu do Povo Galego*, n.º 1. Santiago de Compostela: Litonor: 23-41.

Pires, Armando (1963): *O Concelho de Macedo de Cavaleiros*. Porto: [Of. Gráficas O PRIMEIRO DE JANEIRO].

Pires, Armando (1990): *Chacim*. Izedá: [Tipografia da Escola profissional de Santo António].

Pires, Eliane Cristine Raab (2004): “As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura”. In: *Série Estudos*, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, n. 70. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Pires, F. Videira (1971): “Macedo de Cavaleiros”. In: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa: Verbo. Vol. XII: 879- 880.

Pires, Pe. Basileu *etal.* (2013): *Balsamão, epicentro de um território – Desde há 400 milhões de anos*. Bragança: [Bringráfica – Indústrias Gráficas, Lda.]. (Coord.)

Ramos, Manuel João (2004): “Breve nota crítica sobre a introdução da expressão ‘património intangível’ em Portugal”. In: *Conservar para quê?* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP): 67-75.

Rodrigues, Donizete (2012): “Património Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica”. In: *UBImuseum: Revista on-line do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 1. Covilhã: Universidade da Beira Interior: 45-52.

Rodrigues, Ernesto e Ferreira, Amadeu (2011): *A Terra de Duas Línguas – Antologia de Autores Transmontanos*. Bragança: Academia de Letras de Trás-os-Montes/Instituto Politécnico de Bragança/Associação das Universidades de Língua Portuguesa. (Coords.)

Silva, Elsa Peralta (2000): “Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural”. In: *Revista Antropológicas*, n.º 4. Porto: Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa: 217-224.

Sousa, Maria José e Baptista, Cristina Sales (2011): *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

Torga, Miguel (1980): *Portugal*. 4.^a Edição revista. Coimbra: Gráfica de Coimbra, Lda.

Vasconcellos, J. Leite de (1980): *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Vol. I.

FONTES ELETRÓNICAS

AEP – Câmara de Comércio e Indústria – disponível em <http://aep.org.pt/publicacoes/estudos-de-mercado-regionais/braganca> (consultado em 23 de setembro de 2016)

AEPGA - Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino, “A Terra e a Gente” - disponível em <http://www.aepga.pt/portal/PT/123/default.html> (consultado em 20 de dezembro de 2013).

Aldeias de Portugal – disponível em http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/83/#.V_lvEcmHOVs (consultado em 20 de julho de 2016).

Associação Terras Quentes - disponível em <http://www.terrasquentes.com.pt/content.aspx?id=40> (consultado em 25 de fevereiro 2014).

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros – disponível em http://www.cm-macedodecavaleiros.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=42018 (consultado em 20 de dezembro de 2013).

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros – disponível em <http://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/223> (consultado em 25 de fevereiro de 2014).

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros – disponível em <http://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/335> (consultado em 20 de julho de 2016).

Chagas, Maria da Assunção Pinheiro (2014): “O Conceito de Património Cultural no Século XXI: A Comunicação Social no Processo Coleccionístico de Arte”. In: *Revista Tritão – revista de História, Arte e Património*, n.º 2, dezembro de 2014: 1-17. Disponível em <http://revistatritao.cm-sintra.pt/index.php/neste-numero-2/o-conceito-de-patrimonio-cultural-no-seculo-xxi-a-comunicacao-social-no-processo-coleccionistico-de-arte> (consultado em 13 de março de 2017).

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - disponível em <http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/463/unesco-reconhece-reserva-da-biosfera-transfronteirica-meseta-iberica> (consultado em 10 de abril de 2016).

Cruzada in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consultado em 27 de setembro de 2016]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cruzada>

Cruzeiro, Maria Manuela (2006): “História Oral – Dilemas e Perspetivas”. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional ESCREVER A VIDA, organizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Novembro de 2006. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=thMC6> (consultado em 15 de fevereiro de 2017)

Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho de 2009. Diário da República - 1.ª Série – N.º 113: 3647–3653. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11300/0364703653.pdf> (consultado em 31 de janeiro de 2013).

Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto de 2015. Diário da República - 1.ª Série – N.º 150: 5361 – 5371. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/69935162> (consultado em 01 de julho de 2016).

Decreto Regulamentar n.º 13/99, de 3 de agosto de 1999. Diário da República - I Série B – N.º 179: 5025 – 5029. Disponível em <https://dre.pt/application/file/a/345189> (consultado em 20 de dezembro de 2013).

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro de 2013. Diário da República, Anexo I. Disponível em <https://dre.pt/application/file/373764>. Reorganização administrativa do território das freguesias (consultado em 29 de março de 2016).

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte – disponível em http://www.drapn.mamaot.pt/drapn/del_reg/delegacao_nordestetransmontano.html (consultado em 23 de setembro de 2016)

Douro Virtual – disponível em http://www.dourovirtual.com/pt_index.asp (consultado em 13 de setembro de 2016)

GCER - Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros - página oficial disponível em http://grupogcer.wix.com/macedodecavaleiros/pt#!_pt (consultado em 20 de julho de 2016).

Geopark Terras de Cavaleiros - disponível em <http://www.geoparkterrasdecavaleiros.com/pt-pt/content/cultura> (consultado em 06 de julho de 2016).

Global Geoparks Network - disponível em http://www.europeangeoparks.org/?page_id=633&lang=pt (consultado em 06 de julho de 2016).

INE – Censos 2011 – disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros (consultado em 29 de março de 2016).

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/RN2000-intro> (consultado em 20 de dezembro de 2013).

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro de 2001. Diário da República – I Série – A, N.º 209: 5808–5829. Disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf> (consultado em 31 de janeiro de 2013).

Macedo de Cavaleiros in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$macedo-de-cavaleiros](http://www.infopedia.pt/$macedo-de-cavaleiros) (consultado em 29 de março de 2016).

Marianos da Imaculada Conceição – disponível em <http://marianos.pt/pastoral-do-santuário-de-balsamao/> (consultado em 20 de julho de 2016).

MatrizPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. 2011. Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=461> página oficial disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/home.aspx> (consultado em 15 de janeiro de 2014 e 06 de julho de 2016).

Moreira, Carla (2006): “O entendimento do Património no contexto local.” In: *Oppidum - Revista de Arqueologia, História e Património*, n.º 1, 2006: 127 - 140. Disponível em http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Romanico_Mais%20Informacao/Revista%20OPPIDUM/O_entendimento_do_Patrim%C3%B3nio_no_contexto_local_pp.127-140.pdf (consultado em 13 de março de 2017).

Notícias do Nordeste – disponível em <http://www.noticiasdonordeste.pt/2015/10/caretos-de-podence-vao-representar.html> (consultado em 06 de julho de 2016).

Notícias do Nordeste – disponível em <http://www.jornalnordeste.com/noticia/chacim-na-rotada-seda> (consultado em 27 de setembro de 2016).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (1972): *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, 17.ª sessão. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (consultado em 31 de janeiro de 2013).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (1989): *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 16 de novembro de 1989, 25.ª sessão. Disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=1> (consultado em 15 de janeiro de 2014).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2003): *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 29

de setembro a 17 de outubro de 2003, 32.^a sessão. Disponível em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=1> (consultado em 15 de janeiro de 2014).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2011): *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Comité Internacional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, reunido em Bali, Indonésia, de 22 a 29 de novembro 2011, 6.^a sessão, Projeto de Decisão 6.COM 13.39: 54 – 55. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/ITH-11-6.COM-CONF.206-13+Corr.+Add.-EN.pdf#Decision1339> (consultado em 3 de abril de 2014).

Parafita, Alexandre (2011): “Para além do fado...”. In: *Diário de Trás-os-Montes*, crónica publicada em 11/12/2011, versão online disponível em <http://www.diariodetrasmontes.com/cronica/para-alem-do-fado> (consultado em 28 de fevereiro de 2013).

Parafita, Alexandre (2013). Blogue “Dar a Palavra”, disponível em <http://darapalavra.blogspot.pt/2013/01/fala-para-que-eu-te-veja.html> (consultado em 28 de fevereiro de 2013).

PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível em <http://www.pordata.pt/Home>.

Silva, Sandra Siqueira (2011): “A Patrimonialização da Cultura como Forma de Desenvolvimento – Considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o património cultural”. In: *Revista Aurora*, Ano V, n.º 7: 106–113. Disponível em <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf> (consultado em 12 de fevereiro de 2013).

Solares de Portugal – disponível em <http://www.solaresdeportugal.pt/PT/concelho.php?concelhoid=18> (consultado em 13 de setembro de 2016).

Vieira, Alexandra Maria Ferreira (2008): “A Valorização do Património Cultural”. In: *V Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural*. Porto: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural: 460-494. Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/7154> (consultado em 12 de fevereiro de 2014).

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Ofertas de emprego (média anual) disponíveis nos centros de emprego e formação profissional: total e por sector de atividade económica	55
--	----

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 – Mapa do Nordeste Transmontano	42
MAPA2 – Mapa do distrito de Bragança	43
MAPA3 – Mapa do concelho de Macedo de Cavaleiros	48
MAPA4 – Mapa da cidade de Macedo de Cavaleiros	49

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – Síntese da identificação do grupo de informantes	21
TABELA 2 - Elencagem de eventos no concelho de Macedo de Cavaleiros, com apoio da Câmara Municipal	104

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – População residente no Nordeste Transmontano segundo os Censos: total e por grandes grupos etários entre 1960-2011	44
QUADRO 2 – População residente no Nordeste Transmontano entre 2012-2015	44
QUADRO 3 – População residente, crescimento e densidade no concelho de Macedo de Cavaleiros entre 1864 e 1960.....	53
QUADRO4 -População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários	54
QUADRO5 - População da freguesia de Cortiços	75
QUADRO 6 - População da freguesia de Chacim	79
QUADRO7 - População da freguesia de Podence	91

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Autorização de D. ^a Maria Madalena Vasconcelos Delgado.....	148
Fig. 2 - Autorização de Sr. Carlos Jorge Baptista.....	149
Fig. 3 - Autorização de D. ^a Maria da Conceição Pinto Lopes Gomes	150
Fig. 4 - Autorização de D. ^a Maria Helena Silva de Sá Miranda Patrício	151
Fig. 5 - Autorização de Sr. Abrandino Manuel Fernandes.....	152
Fig. 6 – Autorização de Sr. Pe. Basileu dos Anjos Pires.....	153
Fig. 7 - Autorização de Dr. Luís Filipe Rodrigues da Costa	154

Apêndices

A - Guião da entrevista

Este guião foi construído com o intuito de obter por parte dos entrevistados a informação necessária para apurar o tipo de festas, jogos e tradições que se praticavam em Macedo de Cavaleiros, nomeadamente desde a segunda metade do século XX, e as que se praticam atualmente. Consoante o caso concreto de cada entrevistado, houve pequenas alterações ao guião original, uma vez que foi dada aos entrevistados liberdade para se expressarem sobre os assuntos em causa. Concretamente na entrevista à D.^a Conceição Lopes, membro do rancho folclórico, e ao Pe. Basileu, diretor do Santuário de Balsamão, o guião sofreu alterações mais profundas, pelo necessário cuidado de adaptar as questões a cada caso específico, conforme esclarecido no capítulo da metodologia deste trabalho.

Identificação:

Como se chama? (Nome completo)

Naturalidade:

Quando nasceu? (Data de nascimento)

Onde nasceu? (Local de nascimento)

A sua vida / biografia e constituição da família

Onde passou a infância?

E a juventude?

Quantos anos frequentou a escola?

Onde estudou? (Escola, liceu, universidade ...)

Na infância/juventude, viveu com os pais?

Tem/teve irmãos? Se sim, quantos?

Conviveu/Viveu com os avós?

Aprendeu uma profissão? Qual?

Em que local? Onde trabalhou?

Foi fácil encontrar trabalho?

Quantos trabalhos teve nesse local?

Quando e como conheceu o seu cônjuge?

Quando casaram?

Quantos filhos tiveram?

Celebrações e vida social na infância e juventude

Quando era jovem, como se divertia?

Que festas se recorda de celebrar?

Em que datas ocorriam?

Como se celebravam?

Ainda se mantêm? (datas e formas de celebração)

Algo mudou? Se sim, o quê?

Que jogos se lembra de jogar?

Como se jogavam?

Onde e com quem aprendeu esse(s) jogo(s)?

Ainda se mantêm?

Recorda-se de outras festas que ocorriam na terra?

Como eram celebradas?

Recorda-se de outros eventos sociais que juntassem a população/comunidade local?

Em que datas se realizavam?

Como se realizavam?

Qual a opinião da comunidade sobre esses eventos?

Considera que esses eventos/celebrações/jogos marcaram a identidade da sua comunidade?

Se sim, de que forma?

Migração

Migrou para uma cidade?

Para qual? Por quê?

Se trabalhou fora da terra, com que frequência voltava à terra?

Por que ocasiões voltava à terra?

Emigração

Emigrou para o estrangeiro?

Para que país? Quando? Por quê?

Quantos anos aí ficou?

Quando regressou?

Qual o(s) sentimento(s) que guarda desse país/povo?

Voltou a esse país desde que decidiu regressar a Portugal?

Considera que trouxe algo (valores, hábitos, modos de estar, etc.) desse país/cultura?

Se sim, considera que implementou esses hábitos na sua rotina diária?

Se sim, considera que difundiu esses valores/modos de estar na sua terra?

Práticas religiosas

Pratica / frequenta alguma religião? Qual?

Andou na catequese?

Fez as comunhões? Crisma?

Ia nas procissões?

Pertenceu à fábrica da igreja?

Foi mordomo de alguma festa religiosa?

Qual a importância/responsabilidade desse cargo?

Ainda se mantém?

De que forma a igreja/religião influencia/ou as festividades na terra?

As Velhas e Novas Emigrações

De que forma as emigrações alteravam/alteram a vida da comunidade?

De que forma as emigrações interferiam nas festividades/celebrações da comunidade?

(novos contributos, alterações, etc.)

Considera que as emigrações ainda interferem nas festividades/celebrações da comunidade?

Se sim, de que forma?

As tradições e o sentido de comunidade

Considera que atualmente as festividades/celebrações/jogos ainda caracterizam uma comunidade? Por quê/não?

Considera que as festividades/celebrações/jogos são importantes para que se conheça e para se dar a conhecer uma terra/comunidade? Por quê/não?

Considera que as festividades/celebrações/jogos são importantes para que as pessoas de uma comunidade se identifiquem com a sua terra/comunidade? Por quê/não?

Considera que cada pessoa deve ter um papel ativo na preservação das festividades / celebrações/jogos da sua comunidade?

Qual o reflexo / efeito que esse papel interventivo de cada um pode ter no futuro?

Remate da entrevista

Tem alguma história em especial que nos queira contar?

Outros assuntos/histórias...

Anexos

A - Autorizações para publicação das entrevistas

Património Cultural Imaterial

- Macedo de Cavaleiros –

AUTORIZAÇÃO

Eu, Maria Madalena Vasconcelos Delgado, autorizo Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal, a registar a entrevista oral, a fazer a transcrição da entrevista para texto escrito, bem como a publicar os materiais (escritos e orais) em suporte papel e digital, na Dissertação para obtenção do grau de Mestre, no âmbito de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas, variante Comércio e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Olinda Santana, docente e investigadora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Macedo de Cavaleiros, 18/7/2016

MD.

Fig. 1 - Autorização de D.^a Maria Madalena Vasconcelos Delgado

Património Cultural Imaterial

- Macedo de Cavaleiros –

AUTORIZAÇÃO

Eu, Carlos Jorge Baptista, autorizo Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal, a registar a entrevista oral, a fazer a transcrição da entrevista para texto escrito, bem como a publicar os materiais (escritos e orais) em suporte papel e digital, na Dissertação para obtenção do grau de Mestre, no âmbito de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas, variante Comércio e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Olinda Santana, docente e investigadora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Carlos Jorge Baptista, 16/7/2016.

Olinda Santana

Fig. 2 – Autorização de Sr. Carlos Jorge Baptista

Património Cultural Imaterial

- Macedo de Cavaleiros –

AUTORIZAÇÃO

Eu, Maria da Conceição Pinto Lopes Gomes autorizo Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal, a registar a entrevista oral, a fazer a transcrição da entrevista para texto escrito, bem como a publicar os materiais (escritos e orais) em suporte papel e digital, na Dissertação para obtenção do grau de Mestre, no âmbito de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas, variante Comércio e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Olinda Santana, docente e investigadora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Macedo de Cavaleiros .22/8/2016

Maria da Conceição Pinto Lopes Gomes

Fig. 3 - Autorização de D.^a Maria da Conceição Pinto Lopes Gomes

Património Cultural Imaterial

- Macedo de Cavaleiros –

AUTORIZAÇÃO

Eu, Maria Helena Silva de Sá Miranda Patrício, autorizo Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal, a registar a entrevista oral, a fazer a transcrição da entrevista para texto escrito, bem como a publicar os materiais (escritos e orais) em suporte papel e digital, na Dissertação para obtenção do grau de Mestre, no âmbito de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas, variante Comércio e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Olinda Santana, docente e investigadora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Corticos, 28/07/2016.

Maria Helena Silva de Sá Miranda Patrício

Fig. 4 - Autorização de D.^a Maria Helena Silva de Sá Miranda Patrício

Património Cultural Imaterial

- Macedo de Cavaleiros –

AUTORIZAÇÃO

Eu, ABRANDINO MANUEL FERNANDES, autorizo Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal, a registar a entrevista oral, a fazer a transcrição da entrevista para texto escrito, bem como a publicar os materiais (escritos e orais) em suporte papel e digital, na Dissertação para obtenção do grau de Mestre, no âmbito de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas, variante Comércio e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Olinda Santana, docente e investigadora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

CNACIM, 28/07/16.

Abrandino Manuel Fernandes

Fig. 5 - Autorização de Sr. Abrandino Manuel Fernandes

Património Cultural Imaterial

- Macedo de Cavaleiros -

AUTORIZAÇÃO

Eu, Basileu dos Anjos Pires, autorizo Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal, a registar a entrevista oral, a fazer a transcrição da entrevista para texto escrito, bem como a publicar os materiais (escritos e orais) em suporte papel e digital, na Dissertação para obtenção do grau de Mestre, no âmbito de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas, variante Comércio e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Olinda Santana, docente e investigadora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Basileu 22,08,2016

Dr. Basileu

Fig. 6 - Autorização de Sr. Pe. Basileu dos Anjos Pires

Património Cultural Imaterial

- Macedo de Cavaleiros -

AUTORIZAÇÃO

Eu, Luís Filipe Rodrigues da Costa, autorizo Ana Paula de Albuquerque Cardoso Gonçalves Liberal, a registar a entrevista oral, a fazer a transcrição da entrevista para texto escrito, bem como a publicar os materiais (escritos e orais) em suporte papel e digital, na Dissertação para obtenção do grau de Mestre, no âmbito de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas, variante Comércio e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Olinda Santana, docente e investigadora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Podence, 23 de 7/2016.

Luís Filipe Rodrigues da Costa

Fig. 7 - Autorização de Dr. Luís Filipe Rodrigues da Costa

B - Poemas da autoria de alguns dos entrevistados

Poema elaborado e cedido pela D.^a Maria Madalena Vasconcelos Delgado

“PRADO DE CAVALEIROS”

Ser do Prado de Cavaleiros
Nos tempos que já lá vão
Era ser alegre e feliz
Viver em união.

No poço lavavam a roupa
Acorada com sabão
As mães que eram rainhas
De alma e coração.

Todo o vizinho era pobre
Mas rico de coração
O pão que havia na mesa
Também era do irmão.

Os rapazes traiçoeiros
De calça e jaquetão
Faziam olhinhos marotos
Às raparigas de então.

Jogos na Páscoa florida
Orvalhada no S. João
Malhadas em pleno Agosto
Reis cantados ao serão.

No cabelo brilhantina
No bolso nem um tostão
E bons pezinhos de dança
Uns eram sim outros não.

A roda era animada
Naquela ocasião
O cântaro subia mais alto
Passando de mão em mão.

As raparigas presenteiras
Com o seu cântaro na mão
Iam buscar água à bica
Suspirando com paixão.

Nas tardes quase ao sol posto
Os lavradores no verão
Celeiros traziam para casa
Garotos jogavam ao pião.

Se aquele tanque contasse
Tantos segredos de então
Tantas juras de amor
Ah! Tantos beijos de raspão.

E os bois tão pachorrentos
Bebiam com sofreguidão
No tanque a água fresquinha
Que entoava uma oração.

E assim éramos felizes
A cantar esta canção
Adeus Bairro da Moca
Ai sim ai sim ai não.

No largo estava a Central
De motores em turbilhão
Havia luz pelas ruas
Mas quase de lampião.

Madalena Vasconcelos
Macedo de Cavaleiros, Agosto 2010

Poema da autoria de Carlos Baptista, sobre a chegada dos segadores a Macedo de Cavaleiros.

De comboio ou a pé
Vinham homens às centenas
Para aqui ceifar o pão
Destas cearas pequenas.

Lá iam eles para o campo
Quando ainda o sol dormia
Ceifar aquele loiro manto
Ao calor do sol que havia

Chamavam-lhe os segadores
Chegavam no mês de Junho
Rudes mas trabalhadores
Sempre de ceitoura em punho.

Ao som do acordeão
Cantavam canções de amor
Entoadas em alto som
Talvez... para espalhar a dor.

Procuravam um patrão
Que lhes desse que fazer
Pediam vinho a tostão
E bacalhau para comer.

O pão ficava no campo
Esperando ser apanhado
E os segadores lá partiam
Para começar noutro lado.

In: Baptista, Carlos (2007): *Pela Noite dos Tempos*. Leiria: ColorEstúdio, Artes Gráficas Lda:
43.

Poema da autoria de Carlos Baptista, sobre os bailes da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Macedenses:

Quem não se lembra
De uns trintas anos atrás
Dos bailes da associação
Coisa que hoje se não faz.

As raparigas
Que todas se engalanavam
Se não tinham namorado
Era ali que engatavam.

Calça apertada
Sapatinho de verniz
Brilhantina no cabelo
E o pingo no nariz.

Vinham dos Olmos
De Chacim de Vale de Prados
Para dançar nessa noite
Com solteiros e casados.

Lá ia o Zé
Com o seu ar de engatatão
Para dar um pé de dança
E se mostrar folião.

De madrugada
Rebentavam-se os balões
Bebiam-se mais uns copos
Com os últimos tostões.

In: Baptista, Carlos (2007): *Pela Noite dos Tempos*. Leiria: ColorEstúdio, Artes Gráficas Lda.: 49.

Poema da autoria de Carlos Baptista, sobre as mondadeiras:

Juntavam-se pela manhã
Bonitas como papoilas
Com coletinhos de lã
As mais bonitas moçoilas.

Cantando canções de amor
Misturadas na verdura
Da seara ainda em flor
Que tratavam com ternura.

Em simbiose perfeita
A mulher e a natureza
Contribuíam para a colheita
Para o pão não faltar na mesa.

Libertavam a seara
Catando as ervas daninhas
Beijava-as o sol na cara
Tornando-as moreninhas.

Chamavam-lhe as mondadeiras
Trabalhavam sol a sol
Jovens trabalhadeiras
Cantando como o rouxinol.

In: Baptista, Carlos (2007): *Pela Noite dos Tempos*. Leiria: ColorEstúdio, Artes Gráficas Lda.: 85.

C - Registos fotográficos

Registos fotográficos:

Anexam-se fotos de diversas fontes, ilustrativas dos assuntos e festividades trabalhados na investigação, bem como de locais significativos no concelho.

MACEDO DE CAVALEIROS



Fotos dos bailes, neste caso no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários. Fonte própria.



Foto do Tanque dos Cavaleiros (bairro do Prado de Cavaleiros), 3.ª década do século XX. Fonte: Luís Aníbal Dias Liberal.



Foto do Tanque dos Cavaleiros (bairro do Prado de Cavaleiros), atualmente. Fonte: Luís Aníbal Dias Liberal.

CEIFAS E MALHADAS – OS SEGADORES



Fotos da recriação da tradição da ceifa e malha do cereal, levada a cabo na freguesia de Morais anualmente, em julho. Uma iniciativa da Junta de Freguesia com o apoio da Câmara Municipal.

Fonte: página oficial da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DA CASA DO POVO DE MACEDO DE CAVALEIROS (GCER)



Fotos do Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros onde podem ver-se os trajes e instrumentos de trabalho e alguns trajes ricos. Fonte: página oficial do GCER disponível em <http://grupogcer.wix.com/macedodecavaleiros/pt> (consultado em 15 de setembro de 2016).

CORTIÇOS



Foto do interior da capela do Solar dos Mirandas. Fonte própria.



Foto do Núcleo Museológico do Azeite "Solar dos Cortiços". Fonte: página oficial da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.



Foto do lagar de azeite a céu aberto, Cortiços. Fonte: Luís Aníbal Dias Liberal.

Foto de um pombal, Cortiços.
Fonte própria.



CHACIM



Fotos das ruínas do Real Filatório, em Chacim, e Centro Interpretativo. Fonte: página oficial da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.



Foto da Capela da Santíssima Trindade. Fonte: Luís Aníbal Dias Liberal.

BALSAMÃO



Vista aérea do Santuário de Balsamão. Fonte: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/turismo-convento-e-santuario-de-balsamao-sao-tesouros-da-diocese-de-bragancamiranda/> (Consultado em 15 de setembro de 2016).



Foto de imagem de Nossa Senhora de Balsamão. Fonte própria.

PODENCE



Foto de Caretos no Entrudo Chocalheiro, em Podence. Fonte própria.



Foto de Careto a chocalhar moça.
Fonte própria.



Foto de pormenor de máscara do Careto.
Fonte própria.



Foto da queima do Entrudo.
Fonte: página oficial da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

D - Mapas

